

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

FABIANA CRISTINA ZACARIAS GOMES LEOPOLDINO

**FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: ações extensionistas
multidisciplinares e a contribuição do Serviço Social**

CAMPINAS

2021

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
FABIANA CRISTINA ZACARIAS GOMES LEOPOLDINO**

**FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: ações extensionistas
multidisciplinares e a contribuição do Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jeanete Liasch Martins de Sá.

CAMPINAS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
FABIANA CRISTINA ZACARIAS GOMES LEOPOLDINO

**FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: ações extensionistas
multidisciplinares e a contribuição do Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e
aprovado em (dia) de (mês) de (ano) pela comissão
examinadora:

Prof.^a Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá
Orientadora e presidente da comissão
examinadora.
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

Prof.^a Dr.^a. Maria Virgínia Righetti
Fernandes Camilo
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

Prof.^a Dr.^a. Camilla Marcondes Massaro
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

CAMPINAS

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus que mais uma vez preparou os caminhos para que eu pudesse trilhar, caminhos estes com algumas dificuldades, mas ele me deu forças para superar os desafios. A Ele toda a Honra e Glória.

Agradeço a Pontifícia Universidade de Campinas, que proporcionou realizar um sonho de criança, a formação em Serviço Social, e por todos os espaços pelo quais eu compus na universidade, grupos de estudos, núcleos artísticos e por fim, projeto de extensão universitária os quais trouxeram grandes experiências para o meu crescimento.

Ressalto sobre a participação do grupo de estudo, Sistema Prisional Direitos Humanos e Sociedade, sou imensamente grata pelas professoras e doutoras Virginia Righetti Camilo e Camilla Massaro por deixarem eu participar como ouvinte mesmo quando ainda não era aluna. Saibam que vocês foram a minha primeira inspiração e motivação para escolher esta universidade.

Agradeço a todos os professores que contribuíram no meu processo de formação na construção de um pensamento crítico e posicionamento ético. Um agradecimento especial para minha orientadora, professora e doutora Jeanete Liasch por todo o suporte e paciência para me ajudar a concluir esta monografia.

Agradeço as minhas supervisoras de estágio Mariana Soares, Amanda Ferrari, Marisa Moreira e irmã Cacilda por todo aprendizado.

As minhas avós Jesuína e Antônia e minhas tias avós Dolores e Tereza que sempre acreditaram no meu potencial.

A minha mãe pelo apoio incondicional, aos meus irmãos Anderson e Éder e minha linda sobrinha Geovana que nos trouxe tanta alegria.

Agradeço ao meu amigo, esposo e companheiro de luta Marcos Filipe que contribuiu para que esta graduação pudesse se concretizar.

Agradeço aos meus sogros por todo apoio e incentivo nesta caminhada.

A minha amiga Jéssica Sousa que sempre esteve presente e disposta a ajudar.

Agradeço a todos os colegas da PUC em especial aos meus colegas Thais Quinete, Jair Gustavo e Celine Costa por toda parceria nos trabalhos e seminários durante estes quatro anos e aos que me receberam com carinho em outra turma Leticia Mariany, Nathalia Estefani e Michele Cristina e expresso minha gratidão a Isabela Rodilha e Gabriela Bianchini, por todo incentivo e inspiração.

***Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem
ela tampouco a sociedade
muda. Paulo Freire***

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a análise central de ações extensionistas multidisciplinares, destacando a extrema importância do Serviço Social no que se refere às práticas para fortalecimento de vínculos familiares, voltadas a famílias de pessoas privadas de liberdade. Para este fim, o projeto de extensão Sistema Prisional, famílias e vínculos comunitários: buscando caminhos de acolhimento e respeito, criado ainda no ano de 2020, torna-se o objeto dessa pesquisa. O referido projeto desenvolveu-se, fundamentalmente, através da parceria com a unidade do CRAS do Jardim Novo Ângulo, na cidade de Hortolândia / SP. Elemento basilar para este trabalho é o caráter plural e multidisciplinar da equipe que compõe este projeto, isto é, formado por seis alunos dos cursos de serviço social, ciências sociais e filosofia, nos anos seguintes já contava com alunos dos cursos de direito, psicologia, pedagogia e relações públicas, totalizando a participação de vinte alunos. Destaca-se a riqueza dos múltiplos olhares e das contribuições que resultaram na produção de conteúdos informativos mesclando diversas linguagens e ampliando assuntos centrais como o respeito e empatia da comunidade para com as famílias que têm um ente recluso. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter exploratório-descritivo, com base nas contribuições e depoimentos de dois participantes de cada curso. Em suma, foi possível compreender, a partir deste trabalho, como as diversas violações de direitos recorrentes no sistema prisional não se limitam ao recluso, mas referem-se também a seus familiares.

Palavras-chave: Família. Fortalecimento de vínculos. Extensão universitária, Serviço Social, Multidisciplinaridade.

ABSTRACT

The present work aims at the central analysis of multidisciplinary extension actions, highlighting the extreme importance of Social Work with regard to practices for strengthening family bonds, aimed at families of people deprived of liberty. To this end, the Prison System, Families and Community Links: seeking ways of welcoming and respect, created in 2020, becomes the object of this research. This project was developed, fundamentally, through a partnership with the CRAS unit in Jardim Novo Ângulo, in the city of Hortolândia/SP. A basic element for this work is the plural and multidisciplinary nature of the team that makes up this project, that is, formed by six students from the courses of social work, social sciences and philosophy, in the following years it already had students from the courses of law, psychology, pedagogy and public relations, totaling the participation of twenty students. The richness of the multiple perspectives and contributions that resulted in the production of informative content is highlighted, mixing different languages and expanding central issues such as respect and empathy between the community and the families that have a recluse. Therefore, a qualitative exploratory-descriptive research was carried out, based on the contributions and testimonies of two participants of each course. In short, it was possible to understand, from this work, how the various violations of recurrent rights in the prison system are not limited to inmates, but also refer to their families.

Keywords: Family. Strengthening of bonds. University Extension, Social Work, Multidisciplinarity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL.....	14
2.1	Resgate histórico Sistema Prisional.....	14
2.2	Encarceramento em massa e o racismo estrutural.....	18
2.3	Aspecto social das drogas na reincidência do sistema prisional.....	23
3	PROJETO DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS.....	29
3.1	Extensão universitária.....	29
3.2	Projeto de Extensão: Sistema Prisional, direitos humanos e sociedade: compartilhando experiência e trilhando caminhos para o respeito aos familiares de pessoas presas. 2020.....	34
3.3	Projeto de Extensão: Sistema Prisional, famílias e vínculos comunitários: buscando caminhos de acolhimento e respeito em 2021.....	39
3.4	Multidisciplinaridade na extensão universitária	44
3.5	A contribuição do Serviço Social na equipe multidisciplinar	46
4	TERRITÓRIO E COMUNIDADE	49
4.1	Papel Socioeducativo: A atuação do Serviço Social no combate ao preconceito contra os familiares de pessoas em privação de liberdade	51
4.2	A contribuição do Serviço Social no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários com as famílias de pessoas em privação de liberdade	55
5	O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITARIA SOB A ÓTICA DOS ALUNOS E DOS PROFISSIONAIS	59
5.1	A análise das entrevistas com os Profissionais	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	105

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS ALUNOS.....	106
APÊNDICE C - PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA ALUNOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	107
APÊNDICE D - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS ALUNOS AOS PROFISSIONAIS E COORDENADORA DO PROJETO.....	108
APÊNDICE E - MOSAICO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO.....	109
APÊNDICE F – LOGOTIPO DO PROJETO DE EXTENSÃO VÍNCULOS.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Índice de vulnerabilidade Social elaborado por Vera Plácido.....	36
Figura 2 – Mapa Complexo Penitenciário Campinas/Hortolândia.....	37
Figura 3 – Capa da cartilha.....	39
Figura 4 – Encontro Presencial na escola EMEF Dayla Cristina Jardim Santiago.....	46
Figura 5 – Cadernos de atividades pedagógicas sobre o livro Pai Francisco.....	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo apresentar as ações multidisciplinares desenvolvidas por alunos no âmbito da extensão universitária, a partir da experiência do desenvolvimento do Projeto de Extensão, chamado “Vínculos”, na Pontifícia Universidade Católica-PUC Campinas. O público-alvo são os familiares de pessoas privadas de liberdade atendidas no CRAS Jardim Novo Ângulo em Hortolândia/SP. O CRAS Jardim Novo Ângulo é parceiro do projeto extensão, e esta parceria possibilitou esse Projeto, a fim de contribuir no acolhimento e fortalecimento desses familiares, assim como orientá-los visando a efetivação dos seus direitos

Para o ano de 2021 o plano de trabalho de alunos voluntários de extensão (GAVE) teve como principal proposta, ouvir, compartilhar, informar e sensibilizar as diversas esferas envolvidas no cotidiano da comunidade, visando integrar Universidade, Estado e sociedade, em busca de caminhos de acolhimento e respeito a familiares de pessoas privadas de liberdade.

Evidenciando o papel da extensão como uma ferramenta pedagógica, subsidiando a articulação entre o ensino-extensão-pesquisa, além do mais contribui na formação cidadã dos alunos. Este trabalho se faz necessário principalmente ao considerarmos que a extensão universitária é de suma importância pois dialoga com as demandas da comunidade e auxilia através de conhecimentos adquiridos e aperfeiçoados pela troca de saberes entre alunos e profissionais.

Tal contexto desvela o sistema prisional o qual expressa questões sociais que perpassam o cotidiano das famílias e dos detentos, resultando em diversas dificuldades de sobrevivência na unidade prisional, como falta de assistência médica, instalações insalubres, além da superlotação e o encarceramento em massa da população jovem negra.

Sendo assim, pretende-se problematizar qual é o papel do serviço social com os familiares de pessoas privadas de liberdade na perspectiva de direitos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, posto isso, o Serviço social compreende a necessidade de intervenção profissional nas demandas oriundas dos familiares que vivem nestas situações, quem, por diversas vezes, são negligenciados e invisibilizados pela sociedade.

Consideramos que a relevância do tema está ancorada nas ações multidisciplinares no projeto de extensão bem como na atuação do Serviço Social na promoção e garantia dos direitos dos familiares de pessoas privadas de liberdade.

A fim de que se pudesse construir, além de um apanhado de relatos sobre a experiência de extensão aqui apresentada, mas uma análise sobre ações extensionistas multidisciplinares

com familiares de pessoas privadas de liberdade e a contribuição do serviço social no projeto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, composta por alguns dos membros do projeto, mais precisamente doze alunos, sendo dois representantes de cada um dos cursos: Pedagogia, Ciências Sociais, Serviço Social, Direito, Psicologia e Relações Públicas. A amostra conta também com a participação de três profissionais, sendo elas: duas assistentes sociais parceiras do projeto e uma cientista social e pedagoga a qual é professora universitária, e coordenadora do projeto de extensão.

O método de abordagem se deu com base em uma série de perguntas semi estruturadas, possibilitando assim, que os entrevistados tivessem plena liberdade de trazer respostas reflexivas e subjetivas de acordo com sua experiência vivida no projeto. A este exemplo destacam-se pontos como, sua proximidade com a fundamentação teórica alicerçada nas reflexões desenvolvidas no grupo de estudos ligado ao projeto: *Sistema prisional, direitos humanos e sociedade*.

Assim, este trabalho constitui-se de quatro capítulos; o primeiro, intitulado *Sistema Prisional no Brasil*, tem por objetivo apresentar um resgate histórico do sistema prisional, assim como o perfil da população carcerária, o aspecto das drogas e como elas favorecem o encarceramento em massa. O segundo capítulo explana sobre a extensão universitárias e as atividades desenvolvidas nos anos de 2020 e 2021 do projeto de extensão coordenado pela professora Camilla Marcondes Massaro; seguidamente, o terceiro capítulo busca trazer a dimensão da importância do território e comunidade, elencando o papel socioeducativo do assistente social no combate ao preconceito contra os familiares de pessoas em privação de liberdade, visto que a função pedagógica do assistente social está vinculada às dimensões teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa que se estabelecem na Lei que Regulamenta a Profissão. Além disso, destaca-se também a contribuição do serviço social no fortalecimento de vínculos das famílias de pessoas privadas de liberdade.

O quarto capítulo é composto por depoimentos dos entrevistados, aliados à análises do contexto das ações extensionistas, de modo que se possa observar a partir destes, o reconhecimento da importância das ações da multidisciplinaridade no projeto de extensão universitário. Por fim, os relatos confirmam a hipótese e a consecução dos objetivos, explicitando a importância do serviço social para além de viabilizar os direitos sociais, mas também criar meios para promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de pessoas em privação de liberdade e seus familiares.

2 SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

O sistema prisional é composto por um conjunto de estruturas produzidas historicamente nas quais se possa abarcar, e, mais do que isso, encerrar os indivíduos indesejados, desviantes da norma, bem como seus familiares que sofrem com toda mudança de rotina estabelecida por este sistema podendo causar danos irreparáveis às suas subjetividades estendendo-se, é claro, às esferas objetivas e materiais de suas vidas.

2.1 Resgate histórico Sistema Prisional

Antes de mencionar o surgimento do sistema carcerário no Brasil é necessário constatar primeiro como ele foi formado. Na formação do seu sistema carcerário, o Brasil foi influenciado pelo método Europeu. De acordo com Michael Foucault (2013), desde o século XVIII, o método assumido na Europa, de punição, visava que esta não deveria ser mais feita a partir do corpo das pessoas, ou seja, através do suplício, mas sim pela transformação do indivíduo em várias esferas psicológica, afetiva, comportamental, etc.

O *suplício* era um termo utilizado por Michel Foucault, citado no seu livro *Vigiar e Punir* (2013), onde consta o seguinte relato:

Damiens fora condenado, em 2 de março de 1757, a fazer confissão pública diante da porta principal da Igreja de Paris, aonde devia ser levado e conduzido numa carroça, nu, em camisola, segurando uma tocha de cera acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na praça de Grève, e num cadafalso que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas, barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o parricídio, queimada enxofre, a arder, e nas partes em que será atezado serão deitado chumbo derretido, azeite a ferver, piche em fogo, cera e enxofre derretidos, e depois o seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e os seus membros e corpo consumidos no fogo, reduzidos a cinzas, que serão lançadas ao vento (FOUCAULT, 2013, p.14).

A partir da reformulação desta estratégia de punição pautada na humilhação pública e punição do corpo, como um espetáculo punitivo, extinta e em aproximadamente “três quartos de séculos depois” – isto é, cerca de 75 anos -, iniciou-se uma nova estratégia para os condenados: a casa de Jovens detidos de Paris. Essa instituição tinha um rígido cronograma de horários a serem cumpridos de modo que os prisioneiros se mantivessem ocupados e úteis. Assim, desde às 6 horas da manhã estavam envolvidos em tarefas diárias como: leitura acerca da moral religiosa, escola, trabalho em oficinas, alimentação e até às 20h30 deveriam já estar em suas celas fechadas, sendo vigiados constantemente, a fim de evitar balbúrdia. É, ainda,

nestas instituições que o trabalho se torna uma característica essencial da pena de prisão sobre a qual trataremos adiante.

O cenário brasileiro, é evidente, demonstra contornos específicos. Carla Akotirene citada por Juliana atenta-nos às condições das primeiras instituições prisionais encontradas ainda no período colonial:

Embora não merecesse atenção central por parte das autoridades coloniais, a desorganização, insegurança e falta de higiene presentes nesta época eram tão absurdas como as da atualidade, havia uma diferença crucial na relação delito/cárcere: a prisão não era absoluta. As mesmas serviam apenas como lugares improvisados, para a detenção de suspeitos à espera de julgamentos, ou ainda para condenados que aguardavam a execução da sentença. Tanto que o castigo e o controle social da colonialidade não tinha obsessão por esse espaço de privação de liberdade (AKOTIRENE apud. BORGES, 2019 p. 38)

Destaca-se que, ainda neste período, em território brasileiro, o corpo do criminoso também era considerado um meio para o flagelo, isto é, a punição também era guiada a partir de seu corpo e seu sofrimento. Não havia, ainda, um modelo jurídico para decisão de penas, as orientações para decisões de fins punitivos eram baseadas no Livro V das Ordenações Filipinas sobrepujado, posteriormente, pelo Código Criminal de 1830. Tal código mencionava em seu artigo 60, que, especificamente e apenas no caso de o criminoso ser escravo, era permitido que o submetessem a penas cruéis e humilhantes voltadas ao sofrimento do corpo, entre outros sofrimentos naturalizados pela sociedade da época, como, por exemplo, a pena de galés¹ e prisão perpétua. Este artigo foi, enfim, revogado no ano de 1886, pela lei 3.310.

Ademais, problemas correntes ainda nas primeiras penitenciárias são constantes até os dias atuais. Isso se dá em face da precariedade do sistema prisional, que se estende pela estrutura das unidades, uma vez que estes espaços não são pensados para o bem-estar e permanência a longo prazo de indivíduos, ou, dito de outro modo, são locais negligenciados e assim, tornam-se verdadeiras masmorras, bem como assinala Akotirene apud. Borges (2019). Além do que, embora ainda em 1824, a Constituição Federal, em seu artigo 179 promulga a abolição de penas cruéis como o açoitamento e a tortura, ao relegar pessoas a condições de vida de tão ínfimo bem-estar, representa também formas de tratamento cruéis e torturantes.

A esse respeito, foram determinadas pela Lei 1º de outubro de 1828, medidas que pudessem garantir os direitos básicos do preso. A referida lei postula em seu artigo 56, que:

¹ Esta pena refere-se, em linhas gerais, à prestação de trabalhos para a província na qual tenha sido cometido o delito, onde o réu poderia, ainda, estar preso com correntes pelos pés.

Em cada reunião, nomeará uma comissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a quem encarregaram a visita das prisões civis, militares, e eclesiásticas, dos cárceres dos conventos dos regulares, e de todos os estabelecimentos públicos de caridade para informarem do seu estado, e dos melhoramentos, que precisam (BRASIL, 1828).

Ainda no artigo seguinte deste mesmo documento, descreve-se que “Tomarão por um dos primeiros trabalhos, fazer construir ou consertar as prisões públicas, de maneira que haja nelas a segurança, e comodidade, que promete a Constituição.” (BRASIL, 1828). A Constituição de 1824, carta magna da coordenação das condutas no território nacional, bem como referido anteriormente, indicou também em seu artigo 179, inciso XXI que “As Cadeias serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réus, conforme suas circunstâncias, e natureza dos seus crimes.” (BRASIL, 1824). À luz da referida lei, ressalta-se que tais responsabilidades fossem das câmaras municipais existentes em cada município. Em 1829 foi feito o primeiro relatório destas comissões²

No Brasil, desde 1796, havia determinação através da Carta Régia de 8 de Junho, para construção de instituições correcionais chamadas, sumariamente, de Casas de Correção. Porém, só entre as décadas de 1830 a 1860 foram, de fato, construídas exemplares como a Casa de Correção da Corte no Rio de Janeiro (1850), Casa de correção de São Paulo (1852) e Casa de Prisão com trabalhos da Bahia (1860-1865); Esta última, por sua vez, desenvolveu métodos para a obrigação ao trabalho através dos quais acreditava-se que, após um tempo de isolamento social juntamente com o esforço de trabalhos manuais e orações, era possível buscar arrependimento, transformando, desse modo, o indivíduo desviante.

Cabe mencionar que o trabalho não se encerrava apenas como prática de transformação da natureza para suprimento de necessidades essenciais, mas toma, desde antes, contornos morais.

Em 1890 com a atualização de um novo código penal, possibilitou-se novas categorias de prisão, dentre as quais estavam, a partir desse momento, os modelos de prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar (PAULA et.al, 2019). Além disso, foram anuladas medidas como aquelas que possibilitam penas de morte e perpétua. Neste momento, restringe-se, ainda, o tempo de submissão dos indivíduos às suas penas a no máximo 30 anos a pena máxima. Atualmente o Brasil possui apenas três tipos de penas: privativa de liberdade - isto é, de privação de liberdade -, restritiva de direito e de multa. Assim, o modelo

² PAULA et al. **História do Sistema Carcerários e as possíveis causas da crise atual no Brasil**. In: CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, VII, 2019, Ponta Grossa. Anais, Ponta Grossa: CPAS, 2019.

ao qual nós voltaremos prioritariamente mais adiante neste trabalho é o modelo de privação de liberdade, uma vez que este representa o modelo sob o qual estão submetidas a maior parcela dos indivíduos desviantes brasileiros.

Após isto, em 1940 houve um novo código penal com atualizações em 1941 pelo jurista Francisco Campo. Este documento seria novamente modificado no ano de 1984. Na referida versão do documento, os direitos específicos das pessoas privadas de liberdade serão contemplados e descritos na lei de execução penal LEP 7210/84 criada em 1984, que dispõe ainda em seu artigo 1º que “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” Nota-se, pois, que apesar de todos os processos históricos de transformação ao longo dos anos, o sistema prisional sempre esteve envolto de contradições em seu discurso de transformação positiva dos indivíduos que submete às suas instituições, seja por meio do trabalho, educação, ou apenas concentração de suas vidas. Em outras palavras, parece-nos evidente que o elemento principal que forma este sistema, o ser humano, é constantemente colocado sob prova de sobrevivência, isto é, se há alguma transformação, ela diz respeito, antes, à sua desumanização.

A fim de que se pudesse estipular o que se entende por adequado ao tratamento de pessoas privadas de liberdade em nosso tempo, redigiu-se o documento das Nações Unidas intitulado *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos*³, conhecido também, como *Regras de Nelson Mandela* (BRASIL, 2016). Nele estão expressas orientações de manutenção da vida digna para pessoas privadas de liberdade nas mais diversas esferas que a possibilitam. Dispõe-se, por exemplo, no artigo 42, que

As condições gerais de vida expressas nestas Regras, incluindo as relacionadas com a iluminação, a ventilação, a temperatura, as instalações sanitárias, a nutrição, a água potável, a acessibilidade a ambientes ao ar livre e ao exercício físico, a higiene pessoal, os cuidados médicos e o espaço pessoal adequado, devem ser aplicadas a todos os reclusos, sem exceção. (BRASIL, 2016)

Sintomas dessas condições precárias e desumanas, são, por exemplo, o abandono e descaso do poder público, a superlotação, falta de assistência médica, e privação dos demais elementos que garantiriam sua dignidade enquanto ser humano. Tais características localizam-

³ UNODC. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

se, de acordo com Loic Wacquant, em sua nota aos leitores brasileiros, em meio a um cenário estrutural de punição desumana e com alvos bem definidos, quando aponta que:

“[...] É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições jurídicas servindo para alguma função penalógica - dissuasão, neutralização ou reinserção. O sistema penitenciário brasileiro acumula com efeito as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna de Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público [...] o aparelho carcerário brasileiro só serve para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias cujos membros ele sequestra e para alimentar a criminalidade pelo desprezo escandaloso da lei, pela cultura da desconfiança dos outros e da recusa das autoridades que ele promove.” (WACQUANT, 2011, p. 13-15).

Nesta perspectiva, o indivíduo se esbarra com as consequências do crime cometido sendo ele reconhecido como perverso na sociedade, obrigado a consentir com o jugo das instituições que dominam, agridem e controlam seu corpo e sua subjetividade. Esse processo de análise deve ser balizado, fundamentalmente, por meio da discussão possibilitada pelo conceito de estigma, segundo exposto por Erving Goffman (2019), posto que este, é, indiscutivelmente, uma marca que se estende por todas as relações do indivíduo que o possui, e diversos são os seus afetos e desdobramentos de adaptação à condição de estigmatizado - à qual ele não está alienado, mas incorporado -, visto que

[...] os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como o seu defeito, levando inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não portador dele (GOFFMAN, 2019, p. 17).

Assim, é como se o indivíduo se visse como o crime e todos os mecanismos sociais reforçassem esse estigma, deixando de possuir características próprias, sendo apenas reforçado pela falta cometida.

2.2 Encarceramento em massa e o racismo estrutural

O constante quadro de aprisionamento geral torna claro um perfil específico das pessoas que compõem a população carcerária, que, segundo Borges (2019), são “em sua maioria periféricas e negras”, ainda de acordo com a autora, este quadro “denota como está arraigada,

ainda, o cerne punitivo escravocrata e de ideias medievais em nossa sociedade, principalmente nas instituições de caráter repressivo e de controle social”.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2019), há no Brasil 748.009 pessoas encarceradas, destas, 362.547 estão em regime fechado e 133.408 em regime semiaberto. Ao analisarmos o perfil desses indivíduos, o recorte feito pelo sistema abarca também aqueles com baixa escolaridade. Isto posto, não há como falar de encarceramento em massa sem falar de raça, assim como não há como falar de raça sem falar da sua criação enquanto conceito, não há como falar de sua criação sem falar de seu propósito.

O conceito de raça surgiu em meados do século XVI, ALMEIDA (2019). Com base na classificação de indivíduos a partir de raças considera-se uma hierarquia racial, transmutada ou, posteriormente reconhecida, enquanto racismo, tendo em vista que essa parcela da sociedade são racializadas por não se enquadrarem no padrão da “superioridade”. Partir dessa hierarquia, uma série de estereótipos cercadores e estigmatizadores das identidades instituem-se e passam a legitimar a escravidão de vários países africanos. Assim, teorias biológicas, antropológicas e sociais são criadas e reforçadas de modo a englobar, é claro, as esferas econômica e política, limitando-se, apenas, por aspectos fenotípicos como as cores de sua pele. Compreende-se, pois, que o racismo se instaura desde a racialização de povos que não se enquadram no padrão da “superioridade”. Aliás, ao tratarmos sobre escravidão, é de suma importância ressaltar os processos de convencimento da sociedade europeia por parte de seus governantes em com vistas à adesão deste regime que, posteriormente condenaria uma grande parcela da população africana a tratamentos desumanos que não se limitaram àquele tempo.

Em 1452, o Papa, figura máxima da Igreja Católica, Nicolau V, concedeu ao Rei de Portugal, Afonso V, por meio da Bula Papal Dum Diversas “a Benção” de reduzir a população de países africanos que estavam em seu domínio a escravidão perpetua. Para tanto, vejamos a seguir as palavras escritas em carta por ele para o rei de Portugal:

Nós vos concedemos pleno e livre poder, por meio da autoridade apostólica por este edito, para invadir, conquistar, combater, subjugar os sarracenos e pagãos, outros infiéis e outros inimigos de Cristo, e onde quer que estejam estabelecidos seus Reinos, Ducados, Palácios Reais, Principados e outros domínios, terras, lugares, propriedades, acampamentos e quaisquer outras possessões, bens móveis e imóveis encontrados em todos esses lugares e mantidos em qualquer nome e possuídos pelos mesmos sarracenos, pagãos, infiéis e inimigos de Cristo, reinos, ducados, palácios reais, principados e outros domínios, terras, lugares, propriedades, acampamentos, possessões do rei ou príncipe ou dos reis ou príncipes, e conduzir esses povos em escravidão perpétua e aplicar e apropriar domínios, ducados, palácios reais, principados e outros domínios, bens e bens deste tipo para você e seu uso e seus sucessores os Reis de Portugal (BULA DUM DIVERSAS, p. 81 apud OLIVEIRA, 2018, p. 83).

Neste período a igreja detinha poderes ainda mais fortes que aqueles destinados ao rei, uma vez que este era também o símbolo da vontade de Deus. De mesmo modo, sua influência alastrou-se por todas as camadas sociais, fossem nobres ou plebeus, conduzindo, deste modo, suas convicções de modo coercitivo. Isto posto, a concordância da população portuguesa devido a influência católica toma força de modo que a escravidão dos povos dos países africanos e seu sofrimento, transformando-se parte-a-parte, no maior genocídio da história realizado pelo homem branco, em face da estapafúrdia ideia da inferioridade dos povos africanos através do racismo científico.

Já em 1820, o médico Robert Knox, da cidade de Edimburgo na Inglaterra, foi um dos principais cientistas da época a sustentar essa teoria. Buscava comprová-la por meio de estudos comparativos de materiais humanos como esqueletos, cadáveres e crânios de europeus em relação a esqueletos cadáveres e crânios dos africanos, chegando a concluir modo que havia uma ligação estrita e determinante entre as estruturas físicas dos indivíduos - ou seja, por terem crânios menores, por exemplo - a partir da qual se poderia justificar sua escravização, torturas e seu extermínio. Seus corpos encerravam, portanto, ideais de inferioridade determinantes. Tais afirmações migram para os Estados Unidos, pois o médico Samuel George Morton, com sua base de estudos em anatomia e cranologia, corroborava para os ideais de superioridade entre raças fundada em teorias biologizantes de inteligência, capacidade de socialização etc.

Este estudo infundado, mentiroso e completamente racista, também veio para Brasil, pois foi um país escravocrata, e é fundamentada nessa herança, que a população branca dominante, como os senhores de escravos ou não acreditavam nessa mentira, e tratavam o negro durante e após a escravidão como seres inferiores. Em suma, o conceito de raça passa a tomar forma através da ideologia dominante como parte da estrutura, isto é, transmutando-se em racismo estrutural constituindo os pilares da sociedade brasileira, mantendo-se como pauta central até os dias atuais no Brasil. Importantes contribuições a este respeito são desenvolvidas em nosso tempo por teóricos antirracistas para a compreensão deste tema. Silvio de Almeida (2019) esclarece-nos

[...] as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. (ALMEIDA, 2019, p. 30).

Conforme Almeida (2019), o racismo estrutural irradia-se nas mais diversas esferas da sociedade, de tal modo, que também afetam as instituições dando origem ao racismo institucional, até que possa tomar formas de coerção cada vez mais sutis e refinadas, cooptando, assim, os indivíduos desde o plano material ao subjetivo, constituindo o mundo social, cultural, político e econômico em cada uma de suas, relações ou seja, perpassa o âmbito individual, pois está presente nas instituições da sociedade contemporânea. Com isso, o que nos parece evidente através desta reflexão é a continuidade histórica de melhores condições de vida para pessoas não-negras, ou seja, gozam de melhor alimentação, moradia, empregos, educação, acesso à cidade etc.

Ainda no mesmo esteio, a população negra foi concebida como alvo e inimigo a ser perseguido historicamente também quando consideramos, por exemplo, os apontamentos feitos por Borges (2019) ao discorrer sobre a criminalização contínua de práticas específicas e constituintes da cultura dos povos escravizados no Brasil, isto é, uma vez definidos a capoeira, a falta de emprego e moradia como crimes condenáveis, nota-se, pois, que não seria universal a condenação, mas sim, voltada àqueles para os quais esses elementos não eram mera questão de escolha, para aqueles que tinham antes e de forma brutal, sido relegados a um não lugar, a um pertencimento periférico e de apagamento. Não à toa, portanto, instituições como a polícia e o sistema de justiça criminal têm papéis bastante duais no que diz respeito à sua função central de acordo com as diferentes populações frente às quais se apresenta. Dito de outro modo, como representantes munidos pela força e poderes do Estado, para a população branca estas podem representar ordem e segurança, enquanto para a negra, diz respeito, principalmente, a experiências de medo. Borges (2019) descreve este quadro do seguinte modo:

A realidade do sistema de justiça criminal é absolutamente diversa de garantir segurança, mas um mecanismo que retroalimenta a insegurança, e aprofunda vigilância e repressão. Ao perguntar para qualquer pessoa negra periférica quais são as instruções que ela recebe desde pequena sobre comportamento, conduta e confiabilidade na polícia, um braço central para o funcionamento das engrenagens de exclusão, certamente será percebida não uma mera distorção de um suposto papel da organização. Será explicitado o elemento central de surgimento de uma instituição constituidora de um aparato sistêmico para reproduzir e garantir a manutenção de desigualdades sustentadas em hierarquias (BORGES, 2019 p. 86)

Quanto à Justiça e seus representantes oficiais, o quadro não é menos grave e preocupante. De acordo com Borges (2019, p. 89), uma das principais problemáticas neste campo é a falta de vozes e olhares negros no âmbito dos julgamentos oficiais e órgãos por eles responsáveis. A esse respeito a autora pontua que “84,5% dos juízes, desembargadores e ministros do Judiciário são brancos, 15,4% negros, e 0,1% indígenas”, segue-se ainda que

69,1% dos servidores do Judiciário são brancos, 28,8% são negros, 1,9% amarelos”. Em contrapartida, porém, a população carcerária que deve ser por eles assistida e que deles depende, parece representar uma dura oposição, segundo expresso por Borges “67% da população prisional é negra (tanto entre homens quanto entre mulheres); 56% da população prisional masculina é jovem, 50% da população prisional feminina é jovem.”

Logo, os apenados encontram ainda diversas dificuldades naquilo que concerne a defesa de seus direitos, como por exemplo, quando nos atentamos ao fato de que a instabilidade no corpo de defensores a sua disposição é também defasado e/ou sofre diversas modificações ao longo dos infinitos processos judiciais. Em vista disso, a autora destaca o quadro do seguinte modo:

Um dado preocupante e que demonstra as falhas do sistema é o de que em 46% dos casos houve troca de defensores, em 75,4% houve troca de promotores e em 73,5% houve troca de juízes”. O que significa maiores dificuldades ao acusado e distorções nas penas, já que defensores não terão tempo para conhecer o processo com a qualidade necessária; assim como promotores e juízes, decisivos na definição da pena, também não terão condições desejáveis para o entendimento do caso e, portanto, para a decisão adequada (BORGES, 2019, p. 88).

Borges (2019) ressalta ainda, sobre as condições da população negra na sociedade brasileira, que estes representam 76% entre os mais pobres no país, além disso, três a cada quatro negros, figuram entre os 10% com a menor renda. Ademais, os salários desiguais chegavam, até 2015, a 59,2% de diferença se comparado aos salários dos brancos. Pode-se observar que ainda na contemporaneidade os trabalhos realizados pelos negros, são em posições ou categorias inferiores, mantendo-se assim, ainda na esteira da subserviência aos brancos. Destacamos, então, que para os negros, o trabalho nunca foi simples fator de “edificação moral”, mas sim, mecanismo de subalternização e controle, bem como um poderoso meio de manutenção da estrutura de dominação hierárquica.

Sintoma grave dessa estrutura racista de vulnerabilização, marginalização e criminalização constante e desenfreada das existências negras é, pois, seu aprisionamento massivo e a forma como são os seus corpos que continuam, anualmente, a compor a maior parte dos dados gerais do sistema carcerário brasileiro, sendo, conseqüentemente, maioria da população carcerária. Isso ocorre, pois as instituições são reflexo de uma sociedade racista a que estão submetidos. Não por acaso, aliás, essa estrutura afeta com maior força, especificamente, a população jovem negra, que perde uma de suas vidas, a cada 23 minutos, segundo Altas da violência de 2019.

Consoante com estas práticas do racismo – e para que elas se mantenham e continuem se fortificado, o corpo do negro é estigmatizado, subalternizado e o modo como isto é posto, segundo Borges (2019) compromete as expectativas que o indivíduo negro conceberia enquanto como um sujeito de direito, alguém capaz de alcançar objetivo, ocupar lugares no mundo. É neste viés, de reparação histórica e tentativa de garantia desse quadro social tão cruel, que se faz a importância de políticas de ações afirmativas que possibilitam a inserção das pessoas pretas em universidade e concursos, por exemplo. Almeida (2019) compõe, a partir de seus estudos, importantes contribuições sobre a opressão sofrida pelo povo negro no período escravocrata e após, tendo em vista que mesmo após a abolição deste sistema no país, os negros vivenciam diariamente problemas alarmantes de exclusão social e econômica oriundos desta época. Isso acontece, pois a sociedade Brasileira teve seu crescimento econômico após queda do império e início da república sem envolver os negros nesse crescimento, ou seja, privavam a população preta de direitos sociais, econômicos, acesso ao trabalho e em contrapartida fornecia incentivo e terra para imigração europeia com a justificativa que eles possuíam capacidade e mão de obra qualificada.

2.3 Aspecto social das drogas na reincidência do sistema prisional

O uso abusivo de drogas é um elemento central da nossa sociedade, não apenas como um alvo da caçada policial e suas relações extremas com a criminalidade, trata-se, também, e principalmente, de uma questão de saúde pública e uma importante chave econômica. No entanto, a maneira como ele é tratado foi mudando ao longo da história. Antes dos anos de 1900, muitas drogas, que hoje são consideradas ilícitas, eram vendidas em farmácias livremente, tanto para produção de medicamentos, para uso na medicina, em procedimentos cirúrgicos dentários, como também para as pessoas que assim desejassem e tivessem condições financeiras para comprar - ou seja, pessoas de classe média-, fosse com intuito de sentir prazer, de usar excessivamente como tentativa de suicídio, desilusão amorosa, problemas financeiros, perda de interesse pela vida, entre outros, assim, não pode-se afastar, já neste momento, o uso de drogas para fins recreativos e não justificados no âmbito dos tratamentos. Já neste período a cocaína passa a figurar como uma das substâncias mais consumidas, e transmuta-se como elemento perigoso. De acordo com Moreira (2015, p.) “Em meados da década de 1900, a cocaína foi deixando as propagandas médicas e farmacêuticas para compor as colunas policiais em noticiários sobre os suicídios e as tentativas de suicídio que ocorriam na cidade”.

A partir de então, o uso começou a gerar desconfiança nas pessoas e aquelas que apresentavam crises de intoxicação, passaram a ser sujeitadas a internações no Pavilhão de Observação, uma instituição criada no ano de 1892, ano central, aliás, no qual foi promulgado o decreto nº 896, de 29 de junho, que dispunha a Assistência Médico-Legal de Alienados. O registro do primeiro paciente ocorreu apenas em maio de 1894. Uma das principais funções desta instituição era ministrar disciplinas práticas da cadeira de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e vigiar, por 15 dias, aqueles considerados suspeitos de alienação mental encaminhados pelas policiais, a fim de averiguar se estes tinham alguma doença mental. Caso este quadro fosse então comprovado, a pessoa deveria ser conduzida ao Hospício de Alienados. Assim expressa Moreira (2015) a ligação existente entre a instituição de controle do Estado e os indivíduos a quem sujeitava:

Em alguns casos os próprios toxicômanos ou seus familiares procuravam a polícia pedindo um encaminhamento para o Pavilhão de Observação, que era uma forma de garantir o custeio do tratamento pelo Distrito Federal (MOREIRA, 2015 p. 67).

Outro motivo das internações no Pavilhão de observação era o uso abusivo do álcool - que tem, hoje, seus efeitos prejudiciais comparados àqueles próprios do uso da cocaína -, uma vez que esta substância também é capaz de levar a quadros como delírios, agitação, entre outros males. Com o avanço da medicina, foi possível identificar quais são os sintomas de pessoas que possuem alguma dependência de substância psicoativas SPA de modo mais adequado. Segundo a SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas), as substâncias psicoativas são desejadas pelo fato de transformar sensações, percepções, estados emocionais, e que estas alterações se diferem quanto em relação à quantidade de uso de SPA, persuadindo o indivíduo em suas atitudes.

Por estas razões trata-se, pois, de uma questão de saúde pública, uma vez que o uso abusivo de drogas causa dependência química nos indivíduos, desde as drogas lícitas como o tabaco/cigarro, álcool como também as drogas ilícitas, por exemplo a cocaína, crack, maconha. Isto posto, o que buscamos dizer é que tratar questões de saúde como pautas próprias do âmbito criminal, não é um simples erro ou medida de combate, mas sim, medidas irresponsáveis, limitadas e limitantes de bem-estar social e que se dão de modo cruel e sistêmico. Há que se destacar ainda que, atualmente a polícia também se mostra faz – ou é assim feita - protagonista ao tratarmos sobre drogas, pois visto que é ela quem faz a apreensão a estas substâncias e dá a voz de prisão aos indivíduos quando flagrados. Além disso, bem como tratado anteriormente, as ações policiais em combate - ao tráfico de drogas, neste caso, mas não só – têm seus alvos

historicamente bem definidos e duramente perseguidos, desse modo, essas ações se assemelham a caçadas brutais diariamente, de modo mais ou menos escancarado, nas periferias e favelas.

O Tráfico, é sabido, é um dos maiores e mais rentáveis negócios no que diz respeito à obtenção de lucros. No ano de 2018 seu faturamento representou aproximadamente 17 bilhões de reais. Apenas a venda de maconha foi responsável por cerca de R\$12 bilhões⁴ de reais, enquanto a venda de coca representou cerca de R\$5 bilhões.

A Constituição Federal no artigo 144 dispõe a prática ostensiva da função das polícias militares na preservação da ordem pública. Neste esteio, é legitimada a violência policial, conforme assinalado por Maria Lucia Karam (S/D)

O pretexto para a ocupação militarizada de favelas, como se fossem territórios “inimigos” conquistados ou a serem conquistados, é a “libertação” dessas comunidades pobres do jugo dos “traficantes” das selecionadas drogas tornadas ilícitas. Com efeito, é exatamente a proibição a determinadas drogas tornadas ilícitas o motor principal da militarização das atividades policiais (KARAM s.d.).

O combate das polícias contra o narcotráfico é prejudicial às comunidades que sofrem com medo dos conflitos, o que não ocorre de modo despropositado, ao considerarmos suas ações truculentas e sangrentas. Dito de outro modo, viver nesses espaços toma, novamente, contornos determinantes de legitimação para políticas e ações contínuas baseadas no medo, tortura, e o genocídio das populações já historicamente subjugadas. Existir, nas condições as quais foram relegados, representa a punição da existência.

A fim de garantir a prevenção, pelo contrário, há falta de orientação e diálogo claro para a socialização adequada de informações sobre o assunto. Ademais não há medidas eficazes de combate ao uso de drogas, na esfera educacional, por exemplo, pouco há a respeito do tema de modo que possa ser uma pauta verdadeiramente alinhada com as famílias. Este quadro se dá, em grande medida, pelo status de tabu conferido a ele, tornando-o também afastado de discussões extensas e ricas em nossa sociedade, em virtude dos diversos preconceitos que o envolvem, bem como o medo criado e reforçado continuamente por meios midiáticos, por exemplo, estigmatizando-o – bem como às suas vítimas – cada vez mais. A esse respeito dispõe Souza (2006):

⁴ UOL. **Tráfico de droga move R\$ 17 bi por ano, diz general que defende legalização.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/21/trafico-de-droga-move-r-17-bi-por-ano-diz-general-que-defende-legalizacao.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

O dependente, quase sempre, perde a família, o emprego, os amigos, mas não a droga. Mas, para consegui-la, é preciso conseguir o dinheiro, muito dinheiro, sempre mais dinheiro. E quando o status social do dependente não lhe permite isso, quase de imediato parte para a violência do roubo. Progressivamente começa a ser violento contra aqueles que não aceitam sua situação: sua família, seus amigos, colegas de trabalho e, finalmente, contra si mesmo (SOUZA, 2006, p. 47).

Uma das medidas de maior significado a este respeito, aderido por diversos estados brasileiros foi o programa Educacional de Resistência às Drogas, PROERD⁵, que visa, em linhas gerais, a educação e orientação ao combate às drogas para crianças e jovens da rede municipal, estadual e particular do ensino fundamental. Apesar das boas práticas do programa PROERD vale ressaltar a contradição de como é dada a sua realização, pois é um programa educacional, mas aplicado pela PM, a mesma que muitas vezes usa de força ostensiva e repressiva para contenção das pessoas que usam substâncias psicoativas, ou seja, ao mesmo tempo são “educadores” e o braço agressivo do Estado.

Haja vista que é necessário mais desdobramentos e políticas públicas para diminuir a adesão ao uso de drogas por adolescentes e jovens, assim como também criar meios e melhores condições econômicas para que este não seja um caminho possível, e, muito menos, o principal)

No código penal brasileiro a droga é criminalizada desde o seu uso até a prática de venda, conhecida como tráfico. Em seu artigo 33 ficam proibidos os seguintes atos:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar [...] utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

No código penal as leis determinadas referentes ao uso de drogas e o tráfico de drogas são distintas, porém na prática não há um parâmetro que defina claramente aqueles que seriam apenas usuários e aqueles que são, de fato, traficantes. Com isso, concede-se à autoridade policial e o sistema de justiça, o poder arbitrário de caracterizar por qual das práticas será

⁵ O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Criado em 1993 com a primeira turma de instrutores formados na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB). Em 1997 foi expandido para a Polícia Militar, sendo criado, no ano seguinte, o Centro de Treinamento do Programa, desenvolvendo cursos para o estado de São Paulo e mais de 18 estados brasileiros e o Distrito Federal. Em 2002 se tornou um programa institucional em todas as Polícias Militares do Brasil, sendo que São Paulo atuou na expansão desse programa em todos os estados brasileiros, incluindo o RJ, que teve o PROERD extinto por um período.

PM. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Disponível em:

<<http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

definida a vida de um indivíduo. E o fato é que esta falha permite uma seletividade penal devido às diversas influências, social, política, do racismo estrutural, do território onde a pessoa vive entre outras interferências que subsidia a facilitação para um encarceramento em massa. BORGES (2019). Seletividade Penal indica a mobilização de ferramentas para a coação, culpabilização e criminalização de uma parcela da população frente a outra, isto é, a seleção de uma parcela específica. Para que isso ocorra, é necessário primeiro, que se tenha um alvo rigidamente definido e estigmatizado, de modo que se possa legitimar tais medidas.

Reitere-se ainda que não são iguais as punições para as práticas citadas. Estão dispostos no código penal os seguintes dados referentes à penalização para o tráfico de drogas: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Outrossim, não há também, no código penal, uma pena específica para cada droga e, portanto, todo o uso é ilegal de acordo com a lei. Em face da Lei nº 11.343 de 2006 - conhecida como lei das drogas - o uso e tráfico de psicoativos passou a ser configurado como um dos principais motivos que levam ao aprisionamento contínuo de pessoas, ocasionando, conseqüentemente, um aumento substancial da população carcerária no Brasil, atingindo mais de 300 mil pessoas entre 2006 até 2016, BORGES (2019). Outro fator relevante é o número de reincidência no sistema prisional por conta das drogas. O código penal define este fenômeno da seguinte forma em seu artigo 63: “Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.” (BRASIL, 1984).

Além disso, são diversos os fatores que corroboram para reincidência no sistema carcerário, um deles é a vulnerabilidade social, que limita estes indivíduos alcançarem subsídios como investimento em cursos profissionalizantes, inserção no ensino superior, acesso a um trabalho registrado que possibilite a sua sobrevivência e a de seus familiares de maneira independente. Diferentemente disso, além de não terem acesso aos direitos básicos, são vítimas constantemente de preconceito estruturais que vêm a representar importantes barreiras para a efetivação de oportunidade de emprego para ex-detento, e mesmo que elas sejam efetivadas, o que há, neste caso, é seu enquadramento em posição inferiores, além do que, mantêm-se também o estigma de eternos criminosos, um estigma que se reproduz – e estrutura - suas relações sociais como um todo.

Isto posto, nota-se, a tomada de força progressiva – nos âmbitos discursivos e práticos objetivos, o que é conhecido como guerra às drogas, ou seja, não apenas sua proibição, mas o estabelecimento de medidas para o seu extermínio. Esta medida é - ainda que se mostra

continuamente falacioso e paradoxal -, considerada a melhor alternativa para evitar danos para a ordem pública. Deve-se destacar também que isso se deve, e em muito, alimenta, o mito das “drogas perigosas”, servindo, em grande medida, para corroborar com o genocídio da população negra e seu encarceramento em massa. De acordo com Borges (2019, p. 108), ainda em 2014, no estado do Rio de Janeiro, a porcentagem de ocorrências, o volume de maconha não passava de 6 gramas. Desses casos 75% teve o volume máximo de 42 gramas por ocorrências”. Enquanto na apreensão do crack foi encontrado 5,8 de gramas de 50% nas ocorrências. Os referidos dados, parece-nos, são números muito pequenos frente a tantas atrocidades que podem ser observadas em nossa sociedade quando se trata de crimes sobre drogas e, principalmente em relação à violência policial acometida nas periferias com o intuito falacioso e, desde sua raiz, segregacionista, de proteger a população. De acordo com VALOIS 2021, p.426 juízes e tribunais brasileiros agem como que alistados a guerra, entendendo-se capazes de atingir o tráfico ilícito com suas condutas e interpretações rigorosas.

Relegar essa população em instituições de controle e cercamento não é apenas cruel, mas também inútil, principalmente quando compreendemos que

Prisões são “escolas do crime”, portanto, para indivíduos que cometeram crimes de baixo potencial ofensivo, tem efeito criminogênico. Outra linha de pesquisa sugere que a perda da liberdade e as condições características das prisões geram angústia e raiva, o que pode levar à prática de novos crimes. Nesse sentido, quanto pior a prisão, maiores as chances de reincidência. Evidências sugerem que um ambiente prisional opressor e relações opressoras entre presos não desencorajam a prática de novos crimes (BRASIL, p. 46, 2019).

Assim, em vez das prisões levarem à ressocialização, funcionam como um modelo de reincidência, haja vista que ali os privados de liberdade aprendem novos crimes e se revoltam cada vez mais com o sistema, quando se deparam com a violência, despreparo e descaso com que são tratados.

3 PROJETO DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS

3.1 Extensão universitária

Para compreender a importância da extensão universitária, é necessário refletir onde ela se concretiza, quais suas principais ideias, como se dá na prática e qual a sua importância no ambiente universitário e para a formação acadêmica dos alunos. Podemos perceber assim, que a autora Chaui (2001, p.35), em sua obra ‘Escritos sobre a Universidade’, compreende que:

A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUI, 2001, p. 35)

A universidade faz a mediação entre teoria e prática, a sociedade e os alunos, contribuindo, assim, para a formação do sujeito sob o aspecto da compreensão teórica relacionada com a prática. Ocupa-se, portanto, da articulação dos projetos pessoais e do projeto político da sociedade, que está sempre em movimento, necessitando de estudo contínuo para entender as transformações que surgem e como elas afetam a população brasileira, havendo muitas contribuições do meio universitário na formação de tais estudos (SÁ, p.31, 2019). Morin (2000) assimila, por conseguinte, que a universidade subsidia o pensamento crítico e plural dos sujeitos, apontando sempre questionamentos, como, por exemplo: o meio acadêmico deve se adaptar à sociedade ou a sociedade a ele? Sendo importante ressaltar, que não se trata de impor regras, ou padronizar formas, mas, sim, possibilitar que os cidadãos possam rever seu destino. Além disso, Freire (1983) compreende que o homem é um ser de “práxis”; ou seja, que tem suas próprias atitudes e reflexões na interação com o mundo, sendo resultado de suas próprias ações. Porém ao relacionar a educação com a extensão e as ações do homem, Freire destaca a forma predominante de dominação presente na educação tradicional, e como ela dificulta a atitude reflexiva dos seres humanos, haja vista que em vez de libertá-lo, escraviza-o e o reduz, impossibilitando que seja o protagonista de sua própria história.

Nem sempre a universidade foi reconhecida como um espaço de promoção de reflexão e pensamento crítico, outrora, na implantação do ensino superior no Brasil, em 1808, o meio acadêmico, tinha o caráter somente de promover formação profissional, com muita influência do modelo originário português. Outrossim, mesmo o Brasil conquistando a independência política posteriormente, não houve interesse em gerar em mudanças que modificassem o modelo de ensino superior presente, mantendo a mesma estrutura (MARTINS, 2002). As primeiras escolas de ensino superior no Brasil foram: Cirurgia e Anatomia em Salvador, conhecida atualmente como Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, a escola de Anatomia e Cirurgia atual Faculdade de Medicina da UFRJ e a Academia da Guarda Marinha, ambas localizada no Rio de Janeiro e posterior dois anos foi fundada a Academia Real Militar (ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA DA UFRJ, 2002).

[...] O que a ‘escola superior’ precisava formar era um letrado com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais, habilitado para preencher certos papéis específicos na burocracia, na estrutura do poder político e na esfera das profissões liberais (FERNANDES, 2004, p.278-279).

Diante desta questão, vale ressaltar que as universidades do século XXI têm sido vistas a partir de uma proposta de mercantilização do ensino, visando somente subsidiar a prática profissional. Conforme Florestan (2004), foi apenas nos anos de 1950 que isso mudou, a partir da “[...] demanda das comunidades urbanas dotadas de funções metropolitanas que requeriam um tipo de ensino superior que fosse capaz de responder às exigências intelectuais, sociais e culturais da civilização urbano-industrial” (FERNANDES, 2004, p.288 apud FERRAZ, 2019, p.21).

Partindo desta demanda que surgem maiores estudos e a necessidade de atualização no ensino superior. A extensão universitária teve início na Inglaterra no século XIX, como educação continuada (NOGUEIRA, 2005), devido à indigência para atender as demandas da Revolução Industrial. Posteriormente essa novidade influenciou o Brasil: o primeiro registro de extensão universitária no Brasil foi pela antiga Universidade de São Paulo na Escola Superior e Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG e na Escola Agrícola de Lavras/MG, prevista pelo Decreto nº 19.851, de 11/4/1931 (PAULA, 2013).

A extensão universitária teve um papel muito importante pela luta da transformação social no contexto de reformas estruturais que o Brasil vivenciou nos anos de 1950 até 1960. A começar pelo movimento estudantil União Nacional dos Estudantes (UNE) que se colocou a favor das lutas populares, organizando o primeiro seminário nacional de reforma universitária, que resultou na Declaração da Bahia com os três principais objetivos a seguir:

- 1- A luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus;
 - 2- a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdade de Direito) e de mestre de obras (nas Faculdade de Engenharia), por exemplo; e
 - 3- a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses dos operários.
- ((POERNER, 1968, p.202) APUD PAULA p.14)

Neste momento, era possível visualizar a importância de a universidade estar associada com a comunidade, como também trabalhar a alfabetização de adultos, subsidiada pela metodologia de Paulo Freire. Para isso os estudantes reivindicavam a ampliação do conhecimento, através de campanhas que mobilizaram a sociedade, baseado em pensamentos críticos. Poder estudar não deveria ser um privilégio, mas um direito a todos que quisessem, com uma inserção na universidade sendo possível para todos (CHAUI, 2001, P.36). Um dos alunos entrevistados desta pesquisa expõe:

“Eu sou bolsista na PUC, sou bolsista na vida, então eu preciso valorizar o que eu consegui, quero aproveitar tudo o que eu puder aproveitar dentro da universidade e participar do projeto de extensão era um dos meus objetivos[...] vejo como uma oportunidade para ajudar outras pessoas, acredito que ter acesso à informação ao conhecimento é um direito básico” (Entrevistado, 2021)

Este depoimento, de um aluno que estuda em uma universidade particular, reflete o que já era uma pauta reivindicada pelo movimento estudantil desde a ditadura militar, sendo possível refletir que, mesmo após anos, não houve mudanças neste âmbito da educação. Em resposta às ações do movimento estudantil, foi criada, em 1961, o Centro Popular de Cultura (CPC), com objetivo de incentivar a participação popular e levar as favelas/aglomerações a refletirem sobre as possibilidades de uma nova sociedade, as intervenções eram por meio da arte, música, cinema e literatura como símbolo de resistência para protestos e denúncias. Outra pauta relevante era a luta por defesa das Escolas Públicas, originando o projeto de Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional sancionada pelo presidente João Goulart em 1961 (PAULA, 2013).

Compreende-se assim que o anseio do movimento estudantil ao expressar a vontade de aproximação da universidade com a população já era um início da extensão universitária. Contudo, as práticas extensionistas relacionadas com as lutas populares passaram a ser tratadas como marginalizadas e/ou informais, reação causada pelo golpe civil-militar de 1964 que se fez contra a Educação Popular (GADOTTI, 2017).

Apesar das opressões sobre os movimentos sociais e do descaso com a educação, houve um avanço através da reforma universitária, consolidado pela Lei 5.540/68, que dispõe sobre o

ensino superior, destacando em seu artigo 20 que “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”. Desta forma, com o ressurgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicais, foi promovida uma nova perspectiva: a Extensão Universitária no âmbito da Educação Popular (BRANDÃO, 1982).

Em novembro de 1987, ocorreu a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), uma entidade de suma importância, que se estende até os dias atuais, comprometida com a sociedade e que valoriza a transformação social, tendo a Extensão Universitária como “uma via de mão dupla” entre a Universidade e sociedade (GADOTTI, 2017). O FORPROEX, estabeleceu uma ampla divisão de temática para efeito das práticas extensionistas, o trabalho aqui mencionado faz parte de eixos muito importantes, como de direitos humanos, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, tecnologia de produção e cultura.

Visto tantas áreas abrangentes, pode-se fazer um breve destaque sobre a atuação do serviço social na extensão universitária, recordando sobre a questão social e como as ações interventivas da profissão tem proximidade com as diversas realidades sociais, em seguimentos de espaços urbanos e rurais onde também se realizam ações extensionistas.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) expõe sobre a resolução N^o 7, 18 de dezembro de 2018, as diretrizes para a Extensão na Educação Superior, e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que se refere à Curricularização da Extensão Universitária, algo que ainda está sendo implantado e é diferente dos projetos de extensão. Assim, tal resolução expõe que:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Resolução do Conselho Nacional de Educação, 2018).

A partir do exposto, Ferras analisa que:

A extensão, especialmente, vem sendo marginalizada e reduzida à mera prestação de serviços à comunidade e a cursos de curta duração. Isso quando não é utilizada, como em muitas ocasiões, como propaganda institucional ou é realizada como simples cumprimento de uma obrigatoriedade pelas instituições de educação em nível superior (FERRAS, 2019, p. 16).

Os projetos de extensão universitária devem possuir uma visão atenta à dinâmica social, com disposição ao acolhimento das demandas da comunidade, buscando, sobretudo, contribuição na formação dos alunos envolvidos e possibilidade de intervenção na realidade concreta na comunidade. Conforme Sá:

Na extensão, o ensino rompe as barreiras da sala de aula e da Universidade e estabelece o diálogo com o meio social imediato, permitindo a troca de informações, conhecimentos e experiências entre professores, alunos, organizações sociais, profissionais e população. Estabelece-se uma relação de mão dupla, e o conteúdo resultante desse processo passa a ser multi, inter e transdisciplinar. (MARTINS DE SÁ, 2019, p. 53).

Compreende-se, portanto, que a extensão universitária, além contribuir com a sociedade, corrobora para a formação do aluno enquanto futuro profissional, uma vez que possibilita o enriquecimento das relações socioeducativas e auxilia a formação acadêmica mais humana, pois traz a realidade para dentro do âmbito educacional. A extensão universitária da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), a qual possibilitou o desenvolvimento do projeto de extensão Vínculos, objeto desta pesquisa, é uma instituição que visa o comprometimento com a interação dialógica de professores e alunos com a comunidade. Segundo dados do site da universidade, no ano de 2015 e 2016, a PUC-Campinas foi a Universidade com maiores números de projetos e recursos aprovados pelo Ministério da Educação.

Os resultados do engajamento nos projetos de extensão da PUC-Campinas são notórios nas falas entusiasmadas e satisfatória dos alunos membros de algum projeto de extensão, trago isso por experiência própria de poder participar de três encontros anuais de extensão, contemplando os diversos projetos desenvolvidos e apresentados. O Encontro Anual de Extensão é um evento realizado pela Universidade com o intuito dos alunos apresentarem oralmente os trabalhos desenvolvidos durante o projeto de extensão, ao mesmo tempo, são submetidos a uma avaliação por um grupo de professores e convidados com conhecimento da prática extensionista. O processo de avaliação também é composto pela exigência da entrega de um relatório de extensão dos alunos juntamente com o docente e outro relatório apenas do docente. Alguns enfoques para os alunos são: descrevem as atividades desenvolvidas, fazem autoavaliação sobre a sua colaboração dentro do projeto e sobre a contribuição do projeto para

a comunidade. Para os docentes, o relatório é nomeado como: relatório das atividades docentes, com plano de trabalho de extensão em jornada em tempo parcial, solicitando, por exemplo, os objetivos do projeto de extensão, resultados alcançados, contribuições para o público alvo do Plano de Trabalho de Extensão e para as instituições externas envolvidas, contribuições para a Universidade, números de pessoas direta e indiretamente envolvidas nas atividades do Projeto/Plano de trabalho, indicadores que possibilitam avaliar os impactos positivos ao público-alvo do Plano de Trabalho de Extensão, repercussões externas que permitam a visibilidade do Plano de Trabalho de Extensão, contribuições para o processo de formação dos discentes envolvidos, entre outros apontamento que visam pensar na eficácia, na eficiência e na efetividade de cada projeto de extensão, para que a Universidade potencialize e melhore, impactando positivamente a sociedade.

Nesse sentido, serão apresentadas no próximo item algumas atividades desenvolvidas no Projeto De Extensão do plano de trabalho de 2020 intitulado: Sistema Prisional, direitos humanos e sociedade: compartilhando experiência e trilhando caminhos para o respeito aos familiares de pessoas presas.

3.2 Projeto de Extensão: Sistema Prisional, direitos humanos e sociedade: compartilhando experiência e trilhando caminhos para o respeito aos familiares de pessoas presas. 2020.

O projeto de extensão nomeado Sistema Prisional, direitos humanos e sociedade: Construindo e compartilhando possibilidades para a reinserção social de mulheres privadas de liberdade, iniciou-se dia 01 de Abril de 2020 com um grupo interdisciplinar de alunos voluntários de extensão (GAVE) dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social e Filosofia, coordenado pela professora Camilla Marcondes Massaro.

O projeto foi pensado devido às condições precárias das mulheres encarceradas e de fato esquecidas pela sociedade, tendo em vista que o Brasil é o terceiro país com maior população carcerária no mundo e o quarto país com o maior número de mulheres privadas de liberdade. O objetivo do projeto, a princípio, era realizar oficinas temáticas nas penitenciárias femininas de Campinas, criando o protagonismo das mulheres permeado por diálogos reflexivos, possibilitando o compartilhamento do conhecimento fundamentado nos Direitos Humanos; na compreensão das vulnerabilidades na questão de gênero; raça; etnia e grupo etários; vínculos familiares e sócio afetivos; possibilidades e alternativas de reinserção social quando egressas.

Porém em decorrência da pandemia COVID-19, com as orientações do distanciamento social, a efetivação deste projeto foi inviabilizada. No cenário incerto da reabertura ou não da

unidade prisional, foi necessário que o grupo de alunos reinventasse novas possibilidades para intervenção.

A partir desse momento, o primeiro passo foi produzir conteúdo que pudesse integrar e, desde já, conscientizar o público que viesse a ter contato com os materiais, sobre a importância da reflexão acerca das condições em que vivem as pessoas privadas de liberdade. Desde o primeiro momento já se destacavam a relevância de pensar os vínculos afetivos que, em sua maioria estavam ligados às visitas que, nesse momento, haviam sido interrompidas. Foi produzido um texto analítico acerca dos desdobramentos da COVID no sistema carcerário, construindo reflexões sobre os direitos das pessoas presas, os processos de necropolítica⁶ e as dificuldades que seriam enfrentadas no combate do vírus nas unidades prisionais. O próximo passo foi a gravação de pequenos vídeos e áudios que também refletiam sobre a temática trabalhada. O projeto também foi exposto e discutido em entrevistas concedidas pela professora na rádio⁷ nacional de Brasília.

Em meados do mês de Junho de 2020 foi estabelecida uma parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Novo Ângulo do município de Hortolândia/SP que entre os usuários atendidos, encontram-se muitas famílias de pessoas privadas de liberdade. O CRAS é um órgão público estatal que funciona de forma descentralizada, um serviço de Proteção Social Básica que atende as demandas do território a fim de prevenir ocorrências de situação de vulnerabilidade e risco sociais, atua diretamente no território e com as famílias deste território. O CRAS Novo Ângulo é responsável por atender aproximadamente 48 bairros, ofertando serviços socioassistenciais, como, por exemplo, Programas de Atenção Integral à família que potencializam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Atualmente consta na sua equipe os profissionais de Psicologia e Assistente Social. Além do CRAS Novo Ângulo, o município de Hortolândia/SP também possui outras CRAS: Central, Primavera e Amanda responsáveis por atender os demais bairros da cidade de Hortolândia.

O CRAS Jardim Novo Ângulo também recebe parcerias de outros projetos de extensão da universidade, um deles é intitulado como: Cartografia, Território e Pandemia: Possibilidades de trabalho colaborativo na ação extensionista, coordenado pela professora e Geógrafa Vera

⁶ De acordo com Achille Mbemba compreende “Necropolítica” como a soberania exerce o controle de “quem pode viver e quem deve morrer”

MASSARO, C. M. e MORORÓ, N. F. Biopoder e Necropolítica: gueto, encarceramento e política de morte dos negros. *Latidade*, v. 13, n. 2, p. 34-49, 2020.

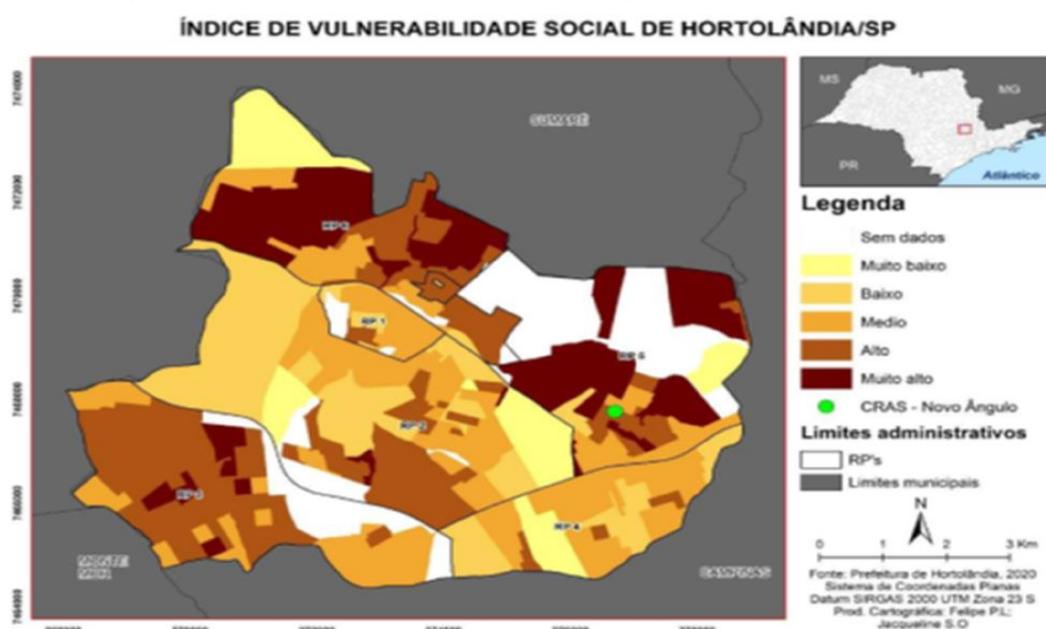
⁷ REVISTA BRASIL. **PUC-Campinas lança cartilha para ajudar familiares de presos**. Disponível em: <<https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2020/12/puc-campinas-lanca-cartilha-para-ajudar-familiares-de-presos>> Acesso em: 17 dez. 2021.

Plácido a qual desenvolve juntamente com a comunidade a importância do pertencimento ao território vivido. Com isso coordenou a elaboração de um memorial cartográfico onde é possível compreender a realidade do território que o CRAS Jardim Novo Ângulo está localizado.

O CRAS Novo Ângulo está localizado em uma Região Vulnerável considerando os vários riscos que a população enfrenta. Trata-se de uma Região Estendida – Cordilheira da Pobreza, de acordo com o NEPO (2017) Vale a pena o destaque – aproximadamente 20% da população, possui renda mensal de até ½ salário-mínimo. Parte significativa desta população é migrante, especialmente do NE, Paraná e da RMC. Caracteriza-se uma dinâmica centrada na mobilidade da exclusão – o que podemos entender como exclusão marginal (PLÁCIDO, 2020-2022, p.14).

Vejamos abaixo o mapa do índice⁸ de vulnerabilidade Social de Hortolândia/SP, o ponto na cor verde mostra a localidade do CRAS Jardim Novo Ângulo e as regiões destacadas na cor vermelha, são as regiões de maior vulnerabilidade social. Afirma Plácido que são regiões caracterizadas como exclusão social.

Figura 1 - Mapa Índice de vulnerabilidade Social elaborado por Vera Plácido



Fonte: PLÁCIDO, 2020-2022.

⁸ O índice de Vulnerabilidade Social de Hortolândia foi calculado utilizando a metodologia utilizada por Marques et al., (2017), cotejado a partir dos seguintes dados: média de moradores por domicílio, dependentes (menores de 12 e maiores de 65 anos); rendimento mensal menor ou igual a ½ salário-mínimo e analfabetos acima de 15 anos. Todas estas informações sobrepostas e espacializadas nos revela que, o CRAS Novo Ângulo está localizado em uma das porções territoriais mais vulneráveis do município (PLÁCIDO, 2020-2022, p.13).

Próximo à localidade do CRAS Novo Ângulo, existe o complexo penitenciário Campinas-Hortolândia, chamado assim pelo fato de estar localizado 30% em Campinas e 70% em Hortolândia. (FREDERICO, 2021). O complexo contém diversas unidades prisionais, os dois Centros de Detenção Provisória (CDP) contemplando o regime fechado-presos provisório, dois Centros de Progressão Penitenciária (CPP) configurado como regime de semiaberto e duas Penitenciárias para os presos que já responde o processo penal, regime fechado.

Os dados conforme a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) de agosto/2021⁹, o complexo atende aproximadamente 9.600 pessoas, sendo que sua capacidade é de 6.404 distribuídas nas suas seis unidades prisionais. Esses dados, são de um complexo prisional particular, e nos ajudam a ilustrar a superlotação das prisões. (Bianchini, Gomes, Massaro, 2021). Esta população está distribuída no espaço representado na figura abaixo, respectivo ao complexo Penitenciário atendido pela unidade do CRAS Novo Ângulo.

Figura 2 - Mapa Complexo Penitenciário Campinas/Hortolândia



Fonte: Elaborado por Jacqueline Dos Santos Oliveira e Felipe Pedroso de Lima

Pensadas a partir das demandas trazidas pelo CRAS Novo Ângulo e considerando o contexto da pandemia, as atividades foram desenvolvidas em meio remoto, possibilitando

⁹ SAP. **Unidades Prisionais**. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html#>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

outros caminhos e recursos como um projeto de extensão “em outros moldes” pois tivemos que pensar em atividades remotas, como a produção de vídeos para o *WhatsApp*, textos para as redes sociais, encontros virtuais via *Microsoft Teams* para organização das atividades e do grupo de estudo com discussão dos textos, livros sobre o sistema prisional. Visto que antes as propostas eram presenciais, as quais não se concretizaram devido a permanência da situação de pandemia.

Assim, o projeto de extensão passou a ser chamado "Sistema Prisional, direitos humanos e sociedade: compartilhando experiências e trilhando caminhos para o respeito aos familiares de pessoas presas."

A maioria das demandas trazidas pelas usuárias do CRAS diz respeito ao preconceito que essas mulheres que são mães, esposas, avós de pessoas em privação de liberdade sofrem na comunidade onde residem. Com todos os cuidados e orientação da organização mundial da saúde na prevenção contra contaminação do vírus, foi preparado um encontro presencial no CCS Jardim Brasil, com estas mulheres. Neste encontro foi entregue um roteiro de perguntas desenvolvido pelos alunos com intuito de compreender suas necessidades e como é a realidade dessas mulheres na comunidade por ter um familiar recluso.

As respostas foram valiosas e subsidiaram a produção de uma cartilha¹⁰, com o intuito de sensibilizar a comunidade na construção da empatia e de uma relação comunitária com estas famílias. A cartilha recebeu o nome: “Pessoas com familiares em presídios: como posso ajudar? A comunidade trilhando caminhos com empatia, acolhimento e respeito” e dispõe de informações gerais do sistema prisional brasileiro, leis, decretos, perfil das pessoas encarceradas, mapa do complexo penitenciário de Hortolândia, informações sobre o auxílio reclusão e número de telefone públicos como rede de apoio.

¹⁰ RODILHA et al. **Pessoas com familiares em presídios: como posso ajudar?**. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/Cartilha-pessoas-presas-atualizada-19_11.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Figura 3 - Capa da cartilha



Fonte: produto do nosso projeto de extensão de 2020

A produção desse material teve a participação de mais três alunos voluntários que contribuíram com os seus conhecimentos específicos na diagramação da cartilha e da construção dos mapas.

A repercussão da cartilha ganhou grande proporção e foi mencionada em uma entrevista na televisão, canal TV Record¹¹ com a participação da aluna Fabiana Gomes e a professora Camilla Massaro

3.3 Projeto de Extensão: Sistema Prisional, famílias e vínculos comunitários: buscando caminhos de acolhimento e respeito em 2021.

O projeto de extensão teve início em meados do mês de Março de 2021, com a mesma proposta do projeto do ano anterior, dando continuidade na parceria com o CRAS Novo Ângulo. Houve um chamamento para alunos interessados na temática e surpreendentemente, a procura de interessados foi grande, totalizando 21 alunos dos diversos cursos: Relações Públicas (5 alunos) Direito (2 alunos), Pedagogia (2 alunas), Ciências Sociais (4 alunos) e Serviço social (4 alunos).

¹¹ PRECONCEITO com ex-detentos: familiares também sofrem. [S. l; s. d.]. (4m30s). Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=766670287219708>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

A primeira ação do projeto foi a criação de um mosaico com as fotos de todos os alunos com nome e o curso respectivo para serem apresentados os novos integrantes às mulheres atendidas pelo CRAS Novo Ângulo.

A partir disso, houve a necessidade da criação de um nome para o projeto com intuito de criar uma identidade, para ser apresentado no CRAS. As opções de nomes sugeridas foram:

- Projeto Favicom: Junção de “Famílias e Vínculos Comunitários”
- Projeto Sabiá: A representação que o Sabiá tem para os indígenas de levar com seu canto esperança, paz e boas energias, assim como o projeto de extensão que busca alcançar famílias e comunidades, levando informação e acolhimento.
- Projeto Cornalina: Conhecida como uma pedra de coragem e força vital, trabalha a criatividade, a fertilidade e promove um trabalho intenso de sexualidade. É uma pedra excelente para tratar todos os tipos de abuso, fazendo a mulher assumir seu poder e despertar a confiança em si mesma para enfrentar as adversidades da vida.
- Projeto Crisocola: Pedra da comunicação e do aprendizado espiritual, é ideal para o fortalecimento da energia feminina. Ela favorece a percepção de si mesma, trabalha a sensibilidade e promove o equilíbrio emocional.
- Projeto Vínculos: A escolha do nome se deu ao entender a família, comunidade e o acolhimento como vários tipos de vínculos e o respeito como uma qualidade de todo esse vínculo.

Por meio de um formulário de votação o nome escolhido foi Projeto Vínculos, Após a decisão foram criados pelos alunos de Relações Públicas, vários logotipos para uma nova votação, assim definindo a identidade visual do projeto. Devido a multidisciplinaridade dos alunos foram pensadas ações para cada curso específico.

No caso de pedagogia: Elaboração de um caderno de atividades pedagógico, baseado no livro Pai Francisco da autora Araújo (2015), pensado para diversas faixas etárias com o objetivo de ser compartilhado com os profissionais da educação, tendo o intuito de aproximar as crianças e as famílias ao falar deste assunto com empatia, visando extinguir o preconceito e discriminação muitas vezes vivenciadas pelas crianças no ambiente escolar. O caderno expõe atividades lúdicas e reflexivas a respeito desta temática.

Em relação aos alunos do curso de ciências sociais: Produção de textos teóricos no aspecto social com a temática do sistema prisional, alguns destes textos foram:

Abuso de poder policial legitimado pela população a uma parte da população, sendo os pobres e moradores da periferia, trazendo a reflexão sobre o estereótipo que foi construído socialmente no que diz respeito à população carcerária, gerando o racismo estrutural; adolescentes em conflito com a lei explanando a interrogativa do que leva os adolescentes cometerem atos infracionais e trazendo dados da porcentagem, conforme Fundação Casa, do perfil desses adolescentes, reafirmando o estereótipo. No mês de setembro de 2021, 5.038 adolescentes em conflitos com a lei eram acompanhados pela fundação casa, a maioria deles ,totalizando 70,02%, negros e 59,05% não haviam concluído os estudos; a nova lei de drogas trazendo a problemática da dificuldade em identificar os usuários dos traficantes e o quanto isso aumentou o encarceramento em massa; a super lotação carceraria e as consequências que ela causa ao indivíduos de condições subumanas e propensas a brigas e violências entre os reclusos sobre outras.

Para o direito: Produção de vídeos curtos com informações de leis e como acessar ao sistema judiciário público.

No caso do serviço social: Informações dos direitos sociais e orientações de acesso a benefícios, programas e projetos disponibilizados pelo CRAS/CREAS. Os vídeos produzidos por este curso tiveram as seguintes temáticas:

- Você sabe o que é o CRAS? Com o intuito de divulgar que este serviço é portas abertas para atendimento e acompanhamento das famílias no território a fim de estabelecer os fortalecimentos de vínculos comunitários;
- Auxílio-reclusão, com orientação de quem são as pessoas quem tem o direito e como fazer para acessar;
- Direitos dos Adolescentes em conflito com a lei, neste vídeo foram apresentados alguns pontos do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto aos seus direitos;
- Medidas Socioeducativas, expostas informações das diversas medidas Socioeducativas e como e quanto tempo elas podem ser aplicadas;
- Reabilitação Criminal pt. 1. este vídeo foi planejado juntamente com a área de direito, trazendo informações do que é e de como solicitar a reabilitação criminal;
- Direitos de Crianças e Adolescentes com familiar recluso, foi abordado a importância das visitas para que crianças e adolescentes mantenham os laços afetivos com seus familiares reclusos;
- Como regularizar o CPF - Serviço Social, explicado a importância deste documento é falado detalhadamente como tirar o CPF pela primeira vez;

- Como realizar o Cadastro Único, explicado que o Cadastro Único é um cadastro que dá acesso a serviços, programas e benefícios sociais da Política de Assistência Social, como por exemplo o Bolsa Família, o Programa Viva Leite, a Tarifa Social de Energia Elétrica e entre outros;
- Por que manter contato com um familiar recluso do sistema prisional? - Serviço Social, explanado sobre a importância da visita no sistema prisional e reflexão que a visita é um direito.

Para o curso de psicologia foi proposto a produção de vídeos na perspectiva de acolhimento e possibilitando reflexão e empoderamento nas famílias em razão do julgamento imposto pela sociedade que culpabiliza estas mulheres por terem um ente recluso.

Vale ressaltar que os três cursos: Direito, Psicologia e Serviço Social, enquanto estudantes, isto é, profissionais em fase de formação, estavam à disposição para auxiliar as famílias em acolhimentos individuais pelo *Google Meet* a fim de estabelecer uma escuta qualificada e orientações necessárias conforme demanda, contudo, esses atendimentos não foram supervisionados, uma vez que, se deram em caráter não profissional. Até o momento só o direito e a psicologia fizeram estes atendimentos.

A área de Relações Públicas, ficou responsável pela criação e organização das páginas nas redes sociais: Instagram¹², Facebook¹³ e Youtube¹⁴ e na edição dos vídeos informativos produzidos pelos outros cursos. Na plataforma Instagram as postagens foram submetidas por categorias, sendo:

- Vínculos News, divulgação de notícias sobre a temática do sistema prisional e novidades dos projetos vínculos
- Vínculos Indica, indicação de conteúdo como livros entre outras coisas sobre o sistema prisional
- TBT (throwback thursday), Repostarem ou divulgação de lembranças da atuação do Projeto Vínculos
- Postagens sobre o projeto, referente a apresentação explicação da atuação de cada curso

¹² Instagram: @proj.vinculos. Disponível em: <<https://www.instagram.com/proj.vinculos/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

¹³ Facebook: Projeto Vínculos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/proj.vinculos>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

¹⁴ Youtube: Projeto Vínculos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCHxQGaPuvnGqLV0Er2jJ0lg>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

- Postagens informacionais temáticas sobre o sistema prisional produzidas pelos integrantes do curso de Ciências Sociais e adaptadas pelo grupo de Relações Públicas;
- Vídeos e Reels com materiais produzidos pelos cursos de Serviço Social, Direito e Psicologia.

Enquanto a edição dos vídeos referente à organização do grupo, tinha um calendário com temas e datas respectivas para conclusão dos vídeos semanalmente, ou seja, cada semana um curso era responsável pela entrega de um vídeo.

Durante o processo de criação dos vídeos, os alunos elaboravam um roteiro e compartilhavam com a coordenadora do projeto, que dava orientações e compartilhava as ideias também com os profissionais do CRAS e CREAS. Depois da aprovação do roteiro, o vídeo era gravado e enviado por whatsapp para os alunos de relações públicas, que inseriram a legenda necessária através do aplicativo Cap Cut e acrescentavam a identidade visual do Projeto. Os vídeos eram compartilhados com os usuários do CRAS e disponibilizados no canal do YouTube.

Apesar das atividades estarem divididas por curso, os alunos se relacionam com os temas buscando efetividade em cada material produzido através das opiniões e trocas de experiências na multidisciplinaridade de cursos.

Os encontros do grupo são realizados via Microsoft teams no primeiro semestre às segundas feiras e no segundo às quartas feiras, os alunos também estudam conteúdos teóricos através de leituras de artigos e livros relacionados com a temática do sistema prisional. Uma destas leituras, foi a obra "Pai Francisco", um livro infantil relatando a história de uma criança que vivencia a ausência do pai que está recluso no sistema prisional, a autora do livro participou do diálogo com os alunos do projeto.

O projeto de extensão teve uma grande amplitude e foi apresentado em eventos institucionais e em congressos nacionais e internacionais. No dia 15 de setembro a coordenadora do projeto juntamente com os alunos de relações públicas apresentaram o trabalho desenvolvido pelo grupo no evento "Reverbera" do Centro de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas o qual teve como tema central "Comunicação e Linguagem: novos desafios".

Este evento que é de responsabilidade de organização do Centro de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas, tem o objetivo de integrar os seguintes cursos de graduação: Artes Visuais, Design Digital, Fotografia, Jornalismo, Letras, Mídias Digitais, Publicidade e

Propaganda, Relações Públicas e Turismo, além do seu Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte.

Foi produzido o artigo: Extensão com familiares reclusos e Serviço Social pelas alunas de serviço social Gabriela Bianchini e Fabiana Gomes e coordenadora do projeto Camilla Massaro, a apresentação do artigo feita para Gabriela Bianchini no congresso Latinoamericano e Caribenho de Educação em Direitos Humanos. Democracias, violências e resistências: tensões em tempos de diversidade e interculturalidade. Três Lagoas/MS.

Elaborado outro artigo com o título Sistema Prisional, Família e Vínculos Comunitários - buscando caminhos de acolhimento e respeito, com as autoras: coordenadora do projeto Camilla Massaro; e alunas Fabiana Gomes; Gabriela Bianchini; Julia Paschoal de serviço social, mais a aluna Rafaela Jordão de psicologia. O qual teve aprovação no congresso VII Congresso de Extensão e Cultura (CEC) Pelotas/RS.

No próximo item será discutido sobre a multidisciplinaridade no projeto de extensão.

3.4 Multidisciplinaridade na extensão universitária

O conceito da multidisciplinaridade, segundo Japiassú (1976), é uma ação simultânea de uma gama de disciplinas em torno de uma temática comum, caracterizada de forma fragmentada, ou seja, não há, de fato, o envolvimento ou a exploração em relação aos conhecimentos disciplinares. De acordo com Bicalho (2011), a multidisciplinaridade está hierarquicamente no primeiro nível de integração entre as disciplinas, se comparada, por exemplo, com a inter e a transdisciplinaridade.

O projeto de extensão Vínculos apresentado neste trabalho pode ser considerado como uma equipe multidisciplinar por ter alunos de vários cursos, conseqüentemente, várias disciplinas e saberes específicos, mas que trabalham de forma interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é utilizada em vários espaços ocupacionais e o seu uso garante a troca de saberes a partir de um mesmo objeto. No âmbito educacional, por exemplo, possibilita o diálogo entre as disciplinas, valorizando os múltiplos conhecimentos.

Segundo Fazenda (2018), a interdisciplinaridade não é apenas a união de disciplinas, mas, sim, algo que vai além do conhecimento, considerando tudo que possibilita a construção da formação do professor, isto é, sua cultura, seus saberes e sua vivência diária. Assim como para o autor Japiassu (1976), a interdisciplinaridade se distingue como uma troca viva entre especialistas e a relevância das disciplinas de um mesmo plano de trabalho.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados (BRASIL, 1999, p. 89).

No entanto, se o conhecimento não for partilhado, não agrega valor aos indivíduos, invalidando tanto a capacidade do desenvolvimento do intelecto, quanto o seu crescimento social. O isolamento do conhecimento fragmenta, de um modo geral e juramentado, a especialização disciplinar, ou seja, gera conteúdos desconectados e desorganizados. A fragmentação acarreta a prevalência de uma inteligência míope, como adverte Japiassu (2006).

Ainda sobre a fragmentação, de acordo com Morin (2000, p. 43), “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional”.

O aspecto da interdisciplinaridade é rico, pois garante um olhar abrangente, contemplando reflexões das infinitas relações na extensão social, natural e cultural, permeando, pela análise crítica, o fazer e o refazer do ser social. Porém, na contemporaneidade, há uma necessidade de especialização excessiva, uma vez que a concorrência da ordem social gera um grau de insatisfação nas pessoas, promovendo o desejo de saber cada dia mais e mais. Este saber e fazer específico é similar à multidisciplinaridade, na qual cada indivíduo desenvolve determinada ação no seu espaço, segundo suas teorias, isto é, cada disciplina permanece isolada.

Segundo o autor Japiassu (1976), a prática multidisciplinar funciona a partir de justaposições de soluções de diversas disciplinas que não necessitam de uma coordenação ou uma equipe para resolução de algo. Assim, faz com que determinado problema seja resolvido com informações de duas ou mais especialidades, sem que haja interação e uma metodologia a seguir. Ela é relevante, pois é melhor do que o pensamento único.

Além da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, existe o termo transdisciplinaridade, o qual é uma prática de articulação no nível mais elevado. Segundo a autora Minayo:

[...] ação da transdisciplinaridade é a resultante da capacidade que nós temos de ultrapassar as fronteiras das disciplinas pelo investimento articulado e a contribuição das diferentes disciplinas em jogo, num processo de investigação que inclui articulação de teorias e conceitos, métodos e técnicas e, não menos importante, do diálogo entre as pessoas (MINAYO, 2010, p.437).

Pensando nesses aspectos de multi, inter e transdisciplinaridade, foi pensado um projeto de extensão que atendesse a comunidade e suas demandas, conforme Gadotti propõe:

Um projeto de extensão nesta perspectiva supõe um conjunto de atividades inter-relacionadas que se realizam num dado território para resolver determinadas problemáticas por meio de estratégias explícitas. Por isso, partir da análise crítica das práticas de extensão no território e mapear todas as articulações que a Universidade tem com a sociedade, é fundamental. A extensão é também a universidade no território. O território deve ser entendido aqui como um campo de estudo e de intervenção e, ao mesmo tempo, como um espaço de diálogo da universidade com a sociedade (GADOTTI, 2017, p. 12).

Como mencionado anteriormente, o projeto de extensão é feito em parceria com o CRAS Jardim Novo Ângulo o qual também tem parceria com o projeto de extensão coordenado pela professora Vera Plácido. Apesar de serem ordenados com objetivos diferentes sendo ou não o mesmo público-alvo, os usuários atendidos no CRAS podem acessar as diversas informações e terem conhecimento das ações multidisciplinares extensionista de ambos projetos, o que corrobora para serem atendidos em suas diversas demandas.

A figura 3, a seguir, mostra o encontro presencial realizado no dia 4 de dezembro de 2021, na escola EMEF Dayla Cristina Jardim Santiago, onde foram apresentados o memorial cartográfico e as atividades realizadas pelo projeto Vínculos.

Figura 4 - Encontro Presencial na escola EMEF Dayla Cristina Jardim Santiago



Fonte: Arquivo Pessoal (2021)

3.5 A contribuição do Serviço Social na equipe multidisciplinar

O serviço social é uma profissão interventiva que atua diretamente com as demandas oriundas da questão social. Conforme Yamamoto (2000) a questão social refere-se ao conflito

do capital versus trabalho, englobando os problemas sociais, políticos e econômicos que decorrem das relações cotidianas do trabalho, fortalecendo a desigualdade social. Na medida em que o Serviço Social encontra limitações na sua atuação em frente às expressões da questão social é fundamental a interdisciplinaridade para eficácia dos atendimentos, pois ela possibilita a articulação com a rede, ou seja, serviços e profissionais de outras áreas em diversos campos sócio-ocupacionais como nos hospitais, campo jurídico, área educacional entre outros. O próprio código de Ética do Assistente Social 1993, incentiva que o Assistente Social trabalhe com práticas interdisciplinares.

Ao falar de interdisciplinaridade, ocorre-nos usar a ideia de rede, uma metáfora que tem sido muito usada hoje para representar a complexidade e a pluralidade dos caminhos mediadores na construção dos saberes e dos conhecimentos. Na verdade, o conhecimento é processo. Por isso, a metáfora da rede, uma teia que vai se tecendo, na qual tudo está interligado. Portanto, não há o de cima e o de baixo, não há o conhecimento de primeira categoria e de segunda. Há, sim, uma intercomplementaridade dos saberes que, por certo, irá gerar uma solidariedade de ações (**Ibidem**). (MARTINS DE SÁ, 2019, p. 59).

O trabalho em rede gera conexões necessárias para viabilizar uma ação e mobiliza articulações. Articulações públicas ou privadas intersetoriais importantes para uma organização fluida que agrega nas equipes a socialização de informações evitando a duplicidade de prestação de serviços.

O Serviço Social destaca-se por ser um formador de profissionais críticos, que são capazes de abarcar as a totalidade de dimensões que perpassam as trajetórias dos sujeitos, bem como atuar na formulação e execução de políticas públicas. Desenvolve serviços em vários seguimentos adjuntos de multiprofissionais, no caso do CREAS Centro de Referência Especializado em Assistência Social oferta serviços de Proteção Especial de Média Complexidade, tendo segundo a Resolução do CNAS 17/2011 equipe de referência composta por profissionais reconhecidos normativamente: advogado, assistente social e psicólogo que para atendimento dos usuários articulam com a rede intersetorial, saúde, educação, política de habitação etc. Os quais possibilitam juntos a viabilização dos direitos dos usuários, reforçando o compromisso do trabalho técnico do profissional, “a proteção integral requer complementaridades na intervenção dos profissionais de diferentes serviços”, na assistência social, esta correlação acontece entre os serviços compreendidos pelas, proteção social, a básica e a especial (TORRES, 2014).

Neste contexto, evidencia-se o trabalho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que atua com as demandas do território, estimulando sua participação no mesmo e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, abrangendo toda rede intersetorial. Os

atendimentos aos usuários promovem espaço de diálogo e construção de estratégias, viabilizando a criação de políticas públicas voltadas às necessidades de diferentes acessos aos serviços, tanto da saúde como na educação, no esporte, na cultura e na assistência social.

É sempre uma profunda responsabilidade realizar intervenção na vida de seres humanos, homens, mulheres e crianças que possuem história, desejos, sonhos, dificuldade e fragilidades – como qualquer outro, com diferença de que tiveram oportunidades concretas bastante diferenciadas. Assim, respaldar-se para realizar as chamadas “escolhas de intervenção” demanda superar limites já estabelecidos, sobretudo, aqueles que se referem à avaliação da própria atuação. Espaço privilegiado quando aproveitamos os diferentes conhecimentos e áreas com os quais estamos envolvidos (CARVALHO, 2012, p.77 apud CARVALHO, 2019, p.171).

A partir dessa reflexão de Carvalho (2021, p.77) apud Carvalho (2019, p. 171) é notório o trabalho do assistente social quando em contato com o meio e ciente dos impactos que pode promover, a partir de suas ações biopsicossociais.

4 TERRITÓRIO E COMUNIDADE

A autora Dirce Koga analisa sobre a importância do território ao estabelecer que ele é um espaço voltado à convivência social, a autora enxerga o território em sua dimensão cultural, política, social e econômica, possibilitando tanto identificar suas potencialidades como também as situações de violências produzidas e reproduzidas neste ambiente.

O território e a comunidade têm grande influência na vida dos indivíduos, é onde acontecem as relações sociais e a vida cotidiana, “A vida cotidiana é a vida de todo homem”, e assim se dá na cotidianidade das famílias que residem na comunidade.

“Vidas individuais e história é uma reação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passado lembranças narradas e vidas presentes” (MARTINELLI, 2014, p.8 apud BITTENCOURT & FRANCISCO, 2019, p. 199).

Portanto, é necessário compreender a realidade social de cada território, em alguns territórios de vulnerabilidade social a pobreza generalizada e a escassez de políticas públicas para a comunidade, induzem os seus residentes a tomarem decisões que conduzem ou não a condição à marginalização.

Para Heller, essas escolhas identificadas no dia a dia das pessoas são características elementares do cotidiano, é através dessas escolhas que as pessoas são “capazes” ou não de interromper este processo de subalternidade condicionada à sua situação econômico-social. A autora reafirma que “O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade [...]” (HELLER, 1970, p.19). Ademais discorre que na prática do cotidiano “não há vida sem imitação”

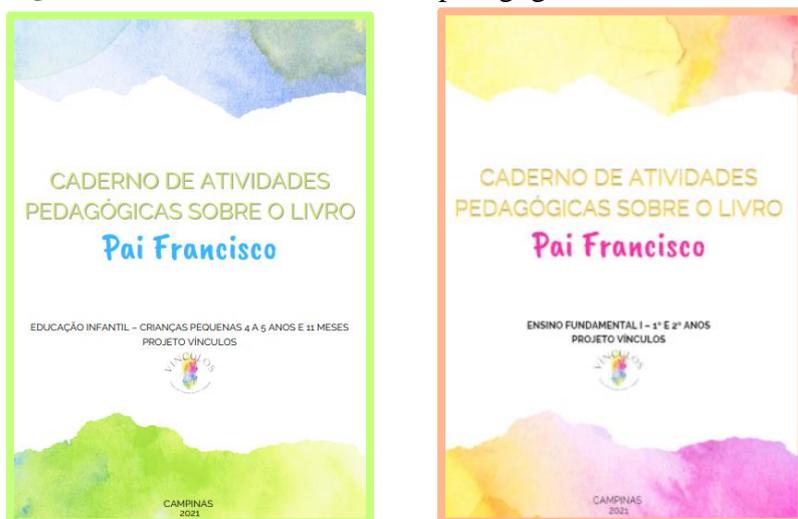
Este lugar é um pesadelo periférico. Fica no pico numérico de população
De dia a pivetada a caminho da escola. À noite vão dormir enquanto os manos
"decola" Na farinha... hã! Na pedra... hã! Usando droga de monte, que merda! hã!
Eu sinto pena da família desses caras. Eu sinto pena, ele quer mas ele não para!
Um exemplo muito ruim pros moleques. Pra começar é rapidinho e não tem breque
Herdeiro de mais alguma Dona Maria. "Cuidado, senhora, tome as rédeas da sua cria!"
Porque o chefe da casa trabalha e nunca está. Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar.
O trabalho ocupa todo o seu tempo. Hora extra é necessário pro alimento. Uns reais a mais no salário. Esmola de um patrão, cuzão milionário!
Ser escravo do dinheiro é isso, fulano.360 dias por ano, sem plano. Se a escravidão acabar pra você. Vai viver de quem? Vai viver de quê? O sistema manipula sem ninguém saber. A lavagem cerebral te fez esquecer. Que andar com as próprias pernas não é difícil. Mais fácil se entregar, se omitir. Nas ruas áridas da selva. Eu já vi lágrimas demais, o bastante pra um filme de guerra (Racionais MC's, 1997, “Periferia é Periferia”)

Ao observar a letra da música dos Racionais podemos compreendê-la como forma de expressão que compreende a característica de um território de vulnerabilidade social que impacta a vida de jovens que vivem na periferia, porém Heller cita a arte e a ciência como impulsionadores desta superação individual; processo ocorrido na vida de jovens, que através da arte, encontra novos sentidos à sua vida. A arte, como expressão artística, possibilita a ressignificação dos acontecimentos rotineiros na comunidade.

Quando o indivíduo está diante de uma manifestação artística é quase impossível permanecer voltado apenas a si mesmo, à sua singularidade. A atividades artística ou o contato com a obra exige que ele saia dessa condição absorvendo o que ela lhe diz, traz, faz sentir, enquanto experiência sensível e intelectual pertencente ao humano. Logo através desse tipo de atividade, os indivíduos se enriquecem, não serão mais os mesmos, sua individualidade estará mais rica de objetivações, motivações e exigências (BARROCO & TERRA, 2012, p. 109).

Pode-se dizer que o presente trabalho de extensão utilizou também da arte como uma ferramenta interventiva, na elaboração do caderno com propostas de atividades lúdicas sendo um para Educação Infantil¹⁵ e outro para primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental¹⁶, baseado no livro Pai Francisco da autora Marina Miyazaki, abordando temas relacionados ao preconceito que afetas familiares de pessoas de privação de liberdade. Segue a imagem das capas dos cadernos pedagógicos.

Figura 5 – Cadernos de atividades pedagógicas sobre o livro Pai Francisco



Fonte: MASSARO, 2021.

¹⁵ MASSARO et al. Caderno de atividade pedagógicas sobre o livro Pai Francisco. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0028127051b9c31266551?page=1>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

¹⁶ MASSARO et al. Caderno de atividade pedagógicas sobre o livro Pai Francisco. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/002812705750870afc8eb?page=1>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

No item anterior foi possível compreender a respeito do que é o território e suas relações com o indivíduo. Deste modo, vale ressaltar a questão das relações familiares no território. Este capítulo apresentará sobre o papel socioeducativo do serviço social com as famílias no combate ao preconceito da sociedade.

4.1 Papel Socioeducativo: A atuação do Serviço Social no combate ao preconceito contra os familiares de pessoas em privação de liberdade

O termo família consta na Constituição Federal de 1988 no artigo 226, o qual explana que família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Além disso, no inciso 4, destaca que a entidade familiar é a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) entende que a família é um “espaço privilegiado e insubstituível de proteção socialização primária, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida”. Confirma ainda que:

[...] estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade (PNAS, 2004).

Família, portanto, é o primeiro ambiente onde nascem as relações e é onde ocorre a amplificação do desenvolvimento das relações sociais, como também influencia nas condutas de valores, transportando ensinamentos que possibilitam a formação social (SCHENKER e MINAYO, 2003). Os acontecimentos que englobam e circunscrevem a unidade familiar acabarão por reverberar em todos os membros dessa unidade, de forma a impactar positiva ou negativamente seus membros. Podemos citar o mais casual exemplo até o mais complexo, em algumas famílias, se um ente da família passa por uma humilhação ou sofre injustiça em determinada situação, é provável que os outros membros sintam a “dor” como se fosse algo vivenciado por eles mesmos. A PNAS contempla a matricialidade familiar visando a superação da focalização no atendimento aos indivíduos, ou seja, que a família tenha um acesso articulado com outras políticas para atendimento em sua totalidade.

O serviço social atua pautado no Código de Ética e se coloca contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Segundo CFESS (2016), “o preconceito se constitui por meio da permanência de julgamentos de valor provisórios”. Embora os julgamentos de valor não se

restringam à moral - pois também avaliamos politicamente, esteticamente etc —, a avaliação preconceituosa tende a ser moralista, julgando diferentes situações com parâmetros morais.

Vive-se em uma sociedade que esbanja preconceito contra as minorias: pessoas negras, povos indígenas, pessoas da comunidade LGBTQIA+, a discriminação de gênero e as famílias de pessoas em privação de liberdade que não escapam desta situação. Essas comunidades são marginalizadas pela sociedade que as vê como pessoas de quem se deve manter distância, como se fossem criminosas.

O preconceito é elemento passível de afetar toda a esfera/unidade familiar, impactando até os membros com a mais tenra idade. A seguir, tem-se exemplo dessa perturbação com o seguinte excerto:

Sou uma menina de 12 anos que é excluída de toda atividade social porque meu pai é um ex - presidiário. Tento ser amável e simpática com todo mundo, mas não adianta. Minhas colegas de escola me disseram que suas mães não querem que elas andem comigo pois isso não seria bom para a sua reputação. Os jornais fizeram publicidade negativas do meu pai e apesar de ele ter cumprido sua pena ninguém esquecerá do fato. Há algo que eu possa fazer? Estou muito triste porque não gosto de estar sempre sozinha. Minha mãe procura fazer com que eu saia com ela, mas quero companhia de pessoas da minha idade por favor dê me algum conselho. Um proscita. (GOFFMAN, 1978, p. 39-40 apud MASSARO et. al, 2020).

O sistema jurídico penal brasileiro estabelece que, independentemente da gravidade da pena, ela não pode ultrapassar o apenado, porém não é isso que percebemos na sociedade. No sistema prisional brasileiro, a forma de privação de liberdade retrata a pena mais grave e, desde então, o indivíduo passa a viver longe de sua família, amigos, cultura, religião, costumes e é obrigado a se adaptar a um convívio com pessoas desconhecidas numa nova realidade. Outrossim, sua família sofre pela sua ausência, além da preocupação com sua sobrevivência no cárcere, passando a ter uma alteração na sua rotina, organizando dias de visitas, que geralmente são longos e cansativos, por conta da distância entre as penitenciárias e suas residências, entre outros fatores, que são reflexos de tal pena.

O preconceito contra as famílias do indivíduo recluso aumenta quando se trata de reincidência ou também quando outro membro da família adentra ao crime, naturalizando que esta família não é capaz de seguir eticamente na sociedade (BRECKENFELD, 2010, p. 21-22). Essa cobrança da sociedade é indevida, pois responsabiliza as famílias por manterem o bem-estar social, a fim de cuidarem e protegerem os seus membros, isentando o Estado de suas obrigações na proteção social dos indivíduos, caracteriza o chamado familismo, conforme Campos e Miotto (2003, p. 170). Ressalta-se que a proteção social não é uma saída extraordinária, mas é uma estratégia para a sobrevivência:

As ações públicas estão concentradas sobre famílias que faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de suas crianças e adolescentes. A falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias. Portanto, as ações que lhes são destinadas têm o objetivo de torná-las aptas para que elas voltem a cumprir seu papel sem comprometer a estabilidade social (MIOTO, 2000, p. 219 apud JESUS, 2005, p. 55).

Portanto, as famílias precisam ser atendidas, buscando viabilizar seus direitos sociais além da reflexão para contribuir no seu fortalecimento enquanto sujeitos buscando a independência das políticas sociais. Garcia (2003, p.108) salienta que muitas das famílias que têm um ente querido no sistema prisional possuem características similares de vulnerabilidade socioeconômica e pessoas na situação de vícios.

Desse modo, é fácil inferir que quanto maior a situação de proximidade com o indivíduo condenado, mais o terceiro sofrerá com os reflexos da punição. Assim, a família daquele o qual a liberdade foi cerceada torna-se o alvo mais certo a sofrer, de maneira imensurável, os resultados danosos, já que a plena personalização da pena não pode ser concretizada (CABRAL et al., 2015).

Além disso, entende-se que também as violências ocorridas na vida urbana acarretam a dificuldade da sociabilidade, Torres (2013, p.133) ressalta que situações de violência “[...] quase sempre associada aos pobres, a violência provoca medo, insegurança, mas também alimenta preconceitos, apartações e covardias”. Assim, pelo estigma social, quem produz as violências são aqueles considerados ameaçadores ao bom convívio social, julgados tanto pela cor da pele, quanto pelo modo de se vestirem.

Esses “elementos” são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia, não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio (CARVALHO, 2001, p. 217 apud FERREIRA, 2013, p.133).

O preconceito que estas famílias vivenciam pode ser visto como uma exclusão social, limitando, assim, as possibilidades de convivência em espaços comum, pela perda da vontade de socializar. Por consequência, cessam-se seus direitos mais básicos, como o direito à saúde, impossibilitando o indivíduo de acessar o centro de saúde por vergonha de ser reconhecido como alguém que tem um familiar recluso, como citado por umas das mulheres atendidas no CRAS.

Castel (2000) e Paugam (2000) referem que a exclusão social exprime uma ideia de dissociação social, contudo Costa (2007) refere igualmente que a exclusão social está fortemente associada à falta de acesso a sistemas básicos que em casos mais extremos pode levar a pessoa excluída a perder a sua própria identidade. “Ser excluído significa encontrar-se simultaneamente fora da ordem do trabalho e fora das redes concretas de solidariedade (JORGE, 2011, p.12).

A falta de informação sobre o auxílio reclusão fomenta o preconceito. As famílias ainda precisam lidar com os mitos e as *fakes news* criadas a respeito deste benefício previdenciário, além disso há o senso comum de que todos os reclusos e seus familiares recebem dinheiro do Estado. Explicando melhor, o auxílio reclusão é um benefício previdenciário garantindo apenas para as pessoas que estão asseguradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no prazo de, pelo menos, vinte e quatro meses, no entanto só é pago aos dependentes do contribuinte que está recluso em regime fechado; poderá receber o cônjuge (marido ou mulher) ou companheiro; filhos ou irmãos emancipados menores de vinte um anos ou de qualquer idade se inválido ou deficiente e também os pais cujo forem dependentes, conforme dispõe a partir do artigo 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Ressalta-se que é preciso compreender o auxílio reclusão enquanto um direito do indivíduo e não um favor do Estado. Faleiros (2006) comenta que para a provisão de serviços sociais, o Estado os legitima com discurso de bondade de atenção à família e de superação da miséria. Porém, vale lembrar que faz parte da proteção social, de acordo com PNAS-2004, a segurança de sobrevivência, dispondo sobre a garantia de renda mínima como prática da seguridade social. Neste mesmo esteio, Sposati (2007) afirma sobre os direitos sociais humanos, que procedem também do econômico.

Este debate em questão valida o projeto de extensão aqui mencionado, pois os vídeos informativos elaborados pelas alunas de serviço social evidenciam, neste sentido, a prática pedagógica. Alguns dos vídeos tiveram como tema o auxílio reclusão¹⁷, explicando que é um direito previdenciário e não são todas as pessoas reclusas que tem acesso a esse direito, desmistificando as *Fake News* sobre este assunto. O outro vídeo foi “Adolescente em Conflito Com a Lei”¹⁸, esclarecendo que um adolescente nesse contexto desfruta do direito à proteção integral, mostrando o que significa possuir desse direito e sobre a importância dele ser

¹⁷ AUXÍLIO-reclusão - Projeto Vínculos - Serviço Social. [S. l.: s. n.], 2021. (2min24s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1EUQMZrhj5w>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

¹⁸ ADOLESCENTE em conflito com a lei - Projeto Vínculos - Serviço Social. [S. l.: s. n.], 2021. (2min43s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBNWxObKRic>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

garantido. Por fim, o último tema foi Reabilitação Criminal¹⁹, a qual tem por finalidade ocultar os antecedentes criminais da pessoa que esteve presa, pois os antecedentes são um dos fatores que levam à exclusão social, tanto daquela que estava em situação de privação de liberdade, quanto da família dela.

Os vídeos foram produzidos no ponto de vista de direitos e se davam na perspectiva da dimensão pedagógica do serviço social, podendo assim contribuir para o processo de conscientização política e empoderamento, pois as informações explicitadas nos vídeos servem tanto para as famílias que compõe o público-alvo do projeto, quanto para a comunidade em geral, já que foi divulgada nas redes sociais e no *Youtube*, contribuindo para o melhor entendimento das questões, o que pode ajudar a diminuir o preconceito.

Referente às ações pedagógicas, Abreu (2016) as define como uma prática emancipatória, que promove a capacidade de mobilização e participação popular através de momentos de reflexão.

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade (ABREU, 2000, p.1)

Neste contexto, tais ações serão imprescindíveis para auxiliar a família e o ente neste processo, atuações que serão aprofundadas no próximo item.

4.2 A contribuição do Serviço Social no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários com as famílias de pessoas em privação de liberdade

Como abordado anteriormente neste trabalho, a família e os vínculos familiares têm papel fundamental na vida dos sujeitos. A seguir, abordaremos os desafios encontrados para a manutenção desses vínculos quando um dos membros familiares se encontra recluso.

A visita é um direito do recluso estabelecido no Art.41, inciso X, da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) e representa o principal meio da pessoa reclusa ter contato com familiares e receber notícias de fora do cárcere, como a situação do filho na escola, se a família está com alguma dificuldade financeira, entre outros. Portanto, a visita é

¹⁹ REABILITAÇÃO Criminal 1 - Serviço Social - Projeto Vínculos. [S. l.: s. n.], 2021. (3min50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eQx6ETaCVfs&t=61s>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

fundamental para a manutenção dos vínculos familiares, contudo, diversos fatores dificultam sua efetivação.

As unidades prisionais nem sempre se localizam no município ou no mesmo estado de residência da família, até mesmo no caso das cadeias públicas para os presos provisórios, ou seja, aqueles que ainda não estão condenados, dificultando a organização familiar para a realização da visita, contrariando o Art. 103 da Lei de Execução Penal que preconiza que “Cada comarca terá, pelo menos, 1 (uma) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar”.

Além disso, o processo de visita é moroso e burocrático, exige o enfrentamento de filas e muitas das vezes as famílias passam muito tempo na estrada para conseguir chegar no dia e horário determinado pela unidade prisional e nem sempre sabem como proceder para conseguir realizar a visita.

Acionar advogados e defensores públicos; organizar documentos e cadastrar-se na secretaria na Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), que vai expedir uma carteirinha obrigatória para a realização de uma visita; entender as regras cambiantes das unidades penitenciárias que regem dias de visita e objetos permitidos no jumbo, a sacola com mantimentos que presos podem receber de seus familiares; acompanhar o andamento de processos em fórum e audiências (LAGO, 2020, p. 2).

Ainda segundo Lago (2020), os familiares só conseguem essas informações de fácil acesso, devido ao trabalho desenvolvido pela Associação de Familiares e Amigos de Presos (Amparar)²⁰ instituição que tem sua sede e atuação na cidade de São Paulo, mobiliza sob as demandas oriundas dos familiares e reclusos na luta contra as prisões.

A visita também se apresenta como um meio de manutenção da sobrevivência do sujeito no sistema prisional, garantindo subsídios para as suas necessidades básicas, dado que os familiares levam produtos de higiene, sabonete, creme dental, vestimentas e o “jumbo”, que é a comida. No contexto da pandemia do COVID-19, as visitas foram suspensas, prejudicando a subsistência dos reclusos, visto que o envio desses materiais passou a ser feito através dos Correios, via Sedex, encarecendo os custos para os familiares. A pandemia também agravou o

²⁰ A Associação de amigos e familiares de presos/as (AMPARAR) possui como missão a defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares e a articulação destes enquanto grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania. FUNDO BRASIL. AMPARAR – Associação de Amigos/as e familiares de presos/as. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/amparar-associação-de-amigosas-e-familiares-de-presos-as>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

recorrente problema de falta de informação dos entes dos reclusos, restringindo a comunicação entre os familiares apenas ao envio de cartas pelos Correios, consoante Lago (2020).

A sentença da pessoa reclusa pode durar anos e o distanciamento dos familiares em decorrência de tanto tempo pode gerar consequências na vida de ambos, como na fragilidade dos vínculos familiares, o que também corrobora na dificuldade de ressocialização do regresso. A contribuição do Serviço Social é imprescindível, haja vista que trabalha com a questão social nas mais variáveis expressões do cotidiano que estas famílias vivenciam, como desigualdade social, desemprego, violação de direitos. Desta forma, conforme Yamamoto:

Questão social que, sendo desigualdade, é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 28).

Nesse sentido, o serviço social é de suma importância para incentivar e intermediar a manutenção de vínculos afetivos entre familiares e a pessoa reclusa, bem como funciona como suporte social no atendimento ao detento, ofertando escuta qualificada de suas necessidades, orientações sobre benefícios e direitos sociais, diálogo e reflexão com o recluso sobre a condição de liberdade, assim como propõe a reflexão entre os familiares, ressaltando a importância de acolhimento e do suporte ao recluso na possibilidade da saída (FONSECA, 2019, p. 196).

No projeto Vínculos, a contribuição do serviço social para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários foi limitado pelo contexto da pandemia que não possibilitou os encontros presenciais, como possíveis rodas de conversas e um maior contato com o público-alvo do projeto. No entanto, as produções de vídeos foram pensadas e planejadas para que este objetivo, de certa forma, fosse alcançado. Os vídeos foram gravados pelas próprias alunas sem o uso de programas de desenho que pudessem distanciar ainda mais o aluno do contato do ouvinte. O tema mais evidente nessa questão foi sobre a importância das visitas no sistema prisional²¹, considerando a situação da pessoa reclusa que está longe do núcleo familiar, sem qualquer notícia do mundo fora da prisão, compreendendo, assim, a importância da manutenção dos vínculos familiares para a pessoa reclusa. Outros vídeos que exibem a importância dos vínculos comunitários foram: “Você sabe o que é o CRAS?”²²; “Você sabe o que é o

²¹ VISITAS - Serviço Social - Projeto Vínculos. [S. l.: s. n.], 2021. (3min24s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=recfBhLnJjc>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

²² VOCÊ sabe o que é o CRAS? - Projeto Vínculos - Serviço Social. [S. l.: s. n.], 2021. (1min29s).

CREAS?”²³ demonstrando o que estes serviços ofertam para a comunidade e na relação que eles têm com o território, pois, a partir do momento que o indivíduo conhece o território, ele compreende também as potencialidades deste lugar, usufruindo o que é dele por direito. Os serviços ofertados pelo CRAS possibilitam que as famílias sejam referenciadas e tenham facilidade no acesso à rede através de encaminhamentos e informações direcionadas que viabilizam a garantia dos seus direitos, como, por exemplo, na obtenção ou regularização do CPF²⁴ e a inclusão no cadastro único²⁵, temas também produzidos pelo serviço social.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social – CEFSS (2014), os assistentes sociais atuam de diversas maneiras no sistema prisional, através do subsídio na produção de laudos e pareceres para assessorar a decisão judicial de progressão de regime. Destaca-se que a área sociojurídica representou um dos primeiros campos ocupacionais de atuação dos assistentes sociais na esfera pública, através do Juízo de Menores do Rio de Janeiro, lidando com as demandas subjugadas como “infância delinquente”.

A atuação do serviço social é ampla, é necessário compreender a complexidade para tentar diminuir os impactos que o sistema prisional causa na totalidade das famílias, dado como desafio para os assistentes sociais, pois está inserido em uma lógica onde a conduta é punitiva e degradante aos sujeitos e suas famílias.

Instituições voltadas para coerção, como prisões, delegacias, casas para jovens infratores, abrigos, instituições jurídicas, demanda ao assistente social atividades de controle e censura: avaliações de situações que envolvem os sujeitos criminalizados moralmente e julgados como irrecuperáveis pelo poder dominante. A ideologia dominante está incorporada nessas instituições de diversas formas, como mostram vários estudos (Wacquant, 2007; Batista, 2003a, 2003b). O discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade; as práticas de encaminhamento são seletivas, baseadas, muitas vezes, em critérios que envolvam avaliações morais, de classe e condição social. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo, reeditando o conservadorismo profissional, a não atender às novas requisições do estado policial, para não incorporá-las exercendo a coerção[...] (BARROCO, 2011, p.21 apud FONSECA, 2019, p.109)

O serviço social busca consolidar direitos com base no Projeto Ético-Político, atuando com a autonomia relativa para viabilizar que a população carcerária e suas famílias acessem as

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Oy6DIimg0pE>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

²³ VOCÊ sabe o que é o CREAS? - Projeto Vínculos - Serviço Social. [S. l.: s. n.], 2021. (2min16s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F06KcSJgb8Q>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

²⁴ REGULARIZAÇÃO do CPF - Serviço Social - Projeto Vínculos. [S. l.: s. n.], 2021. (2min32s).

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r4GlxY2dx7k>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

²⁵ CADASTRO Único - Serviço Social - Projeto Vínculos. [S. l.: s. n.], 2021. (2min03s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L50Q9o7Ixrw>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

políticas públicas e sociais, mesmo diante de um Estado ausente, tentando evitar, assim, a culpabilização dos indivíduos e a moralização da população carcerária.

5 O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOB A ÓTICA DOS ALUNOS E DOS PROFISSIONAIS

A pesquisa de campo foi desenvolvida com abordagem qualitativa, pois, de acordo com Minayo (1994), esse tipo de pesquisa abrange um nível de realidade que não pode ser quantificado. Por considerar um universo de significados, corresponde a um espaço mais profundo[...], baseado nos relatos de alunos participantes do projeto aqui descrito, uma vez que a participação dos alunos é a parte mais importante do desenvolvimento de um projeto de Extensão. Observar suas contribuições e aprendizados contínuos auxilia também a diagnosticar os avanços do projeto como método de ligação entre ensino-pesquisa.

As alunas entrevistadas serão chamadas por pseudônimos – para que não haja identificação de quem é a aluna. A pesquisa foi desenvolvida, sobretudo, de modo virtual, via plataforma *Google Meet* e através de conversas no formato de texto pelo aplicativo *WhatsApp*. Em seguida, seus relatos foram transcritos e separados de acordo com as categorias de análise elencadas no trabalho com base em grupos. Tais grupos foram criados considerando a participação comum dos alunos, bem como sua proximidade na realização em cada etapa dos trabalhos desenvolvidos durante o projeto.

O grupo número um é composto pelos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, pois estavam à disposição enquanto estudantes em fase de formação, para auxiliar as famílias em acolhimentos individuais pelo *Google Meet*. O grupo dois é composto por alunos dos cursos de Ciências Sociais e Relações Públicas (RP) que trabalharam em conjunto na formulação de publicações nas redes sociais. E o terceiro grupo é formado por alunos dos cursos de Pedagogia, juntamente com uma aluna de RP, responsável pela diagramação dos dois cadernos de atividades pedagógicas elaborado por eles.

As seguintes categorias de análise foram similares para alunos e profissionais:

- A extensão universitária e a relação com as famílias de pessoas em privação de liberdade;
- Percepção de como vivem os familiares de pessoas em situação de privação de liberdade
- Percepção da sociedade em relação às famílias de pessoas em situação de privação de liberdade;
- A importância da multidisciplinaridade no projeto de extensão.

As categorias voltadas para profissionais foram:

- Percepção de como vivem os familiares de pessoas em situação de privação de liberdade
- A importância da multidisciplinaridade no projeto de extensão
- Resultados que têm sido alcançados pelo Serviço Social,
- Importância da ação profissional do assistente social
- Desafios do Serviço Social;
- Pandemia

Com isso, a seção seguinte tratará dos resultados dos dados coletados com base nos relatos.

Análise das entrevistas com os Alunos

Na tabela abaixo veremos o perfil dos alunos entrevistados:

Tabela 1 – Caracterização das pessoas entrevistadas

PERFIL	ENTREVISTADA	IDADE	CURSO/PROFISSÃO	SEMESTRE
ALUNOS	Juliana	29	Serviço Social	8º
	Saete	24	Serviço Social	5º
	Nathalia	20	Relações Publicas	6º
	Luciana	23	Relações Publicas	6º
	Angela	19	Ciências Sociais	4º
	Jéssica	22	Ciências Sociais	4º
	Derli	23	Direito	6º
	Weslaine	20	Direito	6º
	Marina	24	Pedagogia	6º
	Djamila	32	Pedagogia	6º
	Shirley	24	Psicologia	10º
Monalisa	21	Psicologia	4º	

Fonte: Elaborada pela autora

Diante do exposto, constatamos a multidisciplinaridade dos cursos acadêmicos participantes do mesmo projeto de extensão. Contudo, os alunos foram selecionados para a entrevista conforme sua disponibilidade de tempo. Quanto aos profissionais, são trabalhadoras do CRAS Jardim Novo Ângulo, local onde são assistidos os familiares de pessoas em privação de liberdade ou o CREAS para as famílias que têm criança e adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

- **A extensão universitária e a relação com as famílias de pessoas em privação de liberdade**

Nesta categoria podemos perceber as reais motivações dos alunos em querer participar de algum projeto de extensão universitária e em específico optarem por participar do projeto de extensão Vínculos, mencionado neste trabalho. Em geral, os alunos compreendem a extensão universitária como uma atividade importante, que contribui para a formação acadêmica e em consonância com as demandas da comunidade.

Vejam os depoimentos das entrevistadas sobre a participação na extensão universitária e a relação com as famílias de pessoas em privação de liberdade:

Grupo 1 (Serviço Social, Psicologia, Direito)

- *Eu acho que para as famílias a extensão universitária é uma rede de apoio muito importante. E para mim, como aluna, é muito importante para o desenvolvimento da minha profissão, principalmente para área que eu quero seguir, né, que é jurídica. (Monalisa, Psicologia).*

- *Agora, participando do projeto de extensão, eu sinto que eu tenho mais propriedade para falar que é uma situação que já achava que era 100% diferente, mas, como era tão distante, parece outro nicho para mim, eu ficava, nossa, tudo bem, existe estas pessoas, mas não sei como elas lidam com as coisas, e daí, de repente, a gente recebeu uma bomba de informação, o nosso grupo de estudo, né?! A gente lendo os textos realmente mostrando esta realidade. A psicologia teve muita dificuldade de achar bibliografia para trabalhar com este assunto, é um absurdo, absurdo, nossos textos foram totalmente adaptados. (Shirley, Psicologia).*

- Para nós, esta Extensão Universitária é relevante, pois nós treinamos e estudamos o conteúdo jurídico que será passado a essas famílias. Além de ser muito gratificante poder ajudar e contribuir para a comunidade de alguma forma. (Weslaine, Direito).

- Penso que a razão de ser de qualquer projeto de extensão é de superar a bolha acadêmica que existe na Universidade, logo, atingir a comunidade é fortalecer não somente o ambiente acadêmico, mas também o desenvolvimento da sociedade. Por isso, escolhi este projeto de extensão, onde posso ter a chance de ajudar a fortalecer uma parcela da comunidade que muitas das vezes não têm voz ou acolhimento, garantindo a elas breve conhecimento acerca dos seus direitos enquanto familiares e dos direitos de seu familiar que está em situação de privação de liberdade, direitos estes que são por vezes negligenciados. (Derli, Direito).

- A extensão universitária, a meu ver, deve ter como objetivo romper com a distância entre a universidade e a população da cidade. É importante que ela cumpra um papel social que extrapola a universidade em si e se aproxime dos diversos contextos e territórios da cidade. Nesse sentido, ao longo desse ano de projeto, foi possível observar que ele cumpriu um papel importante no auxílio da viabilização de direitos dessas famílias, de escuta, orientação. Além disso, o projeto é importante porque ele consegue dar mais visibilidade para os problemas que envolvem o sistema carcerário. É também um instrumento de denúncia, pesquisa e produção de conhecimento. (Juliana, Serviço Social).

- Eu acho importante para entender mais, pois apesar de ter um caso desse na minha família, cada família é peculiar, cada família vive uma situação. E acho muito importante se aproximar de outras famílias para entender o que aconteceu e ter estes vínculos com elas. (Salette, Serviço Social).

Grupo 2 (Ciências Sociais e Relações Públicas)

- Como aluna, para mim, participar do projeto é uma extensão da minha sala de aula e uma extensão que vai para fora, ainda mais rico, interessante, em questão de a gente colocar em prática aquilo que a gente aprende na faculdade [...]; chamou atenção para fazer parte do projeto de extensão, acho que por não ser um assunto muito discutido, pelo menos na minha realidade. O assunto do sistema prisional para mim sempre foi um tabu, sempre senti que era um tabu, e imagino que vocês falam mais sobre isso, mas no curso de comunicação ela não

está tão presente. Me chamou muita atenção o fato de conhecer mais, de poder trabalhar com isso, realmente inserir uma parte da sociedade que é uma grande parte como a gente vê, né? E que, realmente, merece atenção e a gente não olha, e fica este tabu mesmo sobre. Dificilmente a gente fala sobre o sistema prisional se gente não estiver vendo alguma notícia na televisão, não é um assunto que está presente no meu dia a dia e é um assunto que eu queria saber mais sobre, pra eu poder trabalhar com isso, entender mais e poder ajudar de alguma forma. (Luciana, Relações Públicas).

- Quando eu olhei o tema do projeto de extensão eu confesso que não fiquei tão interessada, eu fiquei mais interessada em participar de um projeto de extensão. Mas daí, quando a professora falou como era, de quais pessoas a gente estava lidando, daí eu gostei muito. Enfim, é uma parte da sociedade que eu nunca parei para prestar atenção, eu nunca foquei os meus olhos nisto para pensar que existe um problema. A gente sabe que existe, mas eu nunca procurei saber o porquê ou como daria para resolver, então, acho que conhecer mais este lado da vida, das pessoas, de causas sociais é o que me chamou atenção. Procurar saber entender e ver o que a gente pode fazer, tanto como indivíduos sozinhos e como coletivo. O tema ser uma coisa tão diferente de não estar presente no meu dia-a-dia, foi uma coisa que me fez querer participar. [...] participar do projeto de extensão, além de uma oportunidade de desenvolver, mesmo na faculdade, ali, o meu lado profissional, meu lado do curso de currículo e tal, porque isso também conta, e segundo é abrir o meu olhar também, eu me incluo na sociedade, de alguém que tinha uma visão totalmente diferente sobre este assunto e que agora enxerga as coisas de outra perspectiva de outro ângulo e saber como eu consigo ajudar, agora eu sei que posso ajudar de alguma forma estas pessoas. Para a família, acho (que) o projeto tem um foco grande que é a desmistificação em dizer: não você não é esta pessoa que foi presa, você não resumida a isso, existe quem pode te ajudar a ter informação, te mostrar um caminho onde você tem que ir. (Nathalia, Relações Públicas).

- O projeto tem uma grande importância para os familiares, pois, além de auxiliá-los com questões jurídicas, sociais e psicológicas ajuda a dar voz a essas pessoas e caminhar com elas em busca de uma sociedade que trate com justiça as famílias e seus familiares privados de liberdade. Acredito que, para mim, o projeto é importante no que diz respeito à compreensão das problemáticas desse sistema e de todos afetados por ele e, conseqüentemente, a possibilidade de, através desse entendimento, conseguir buscar mudanças efetivas na sociedade. (Ângela, Ciências Sociais).

- *Vai de encontro com as escolhas da minha vida de forma geral. O meu curso, mesmo entre aspas, vai contra o sistema que é imposto, contra o que é considerado normal, as questões sociais, que vai revolucionar muito pensamentos. Que vai olhar para as pessoas que são marginalizadas pela sociedade, então meu olhar de tentar entender como funciona o sistema prisional? Por que as pessoas são tão excluídas? Porque todo mundo sabe que existe o sistema prisional, mas o que chega pra gente é o senso comum, o preconceito, chega a exclusão. Então meu interesse é humanizar estes corpos. [...]. (Jéssica, Ciência Sociais).*

Grupo 3 (Pedagogia)

- *Eu gosto muito desta parte humanizada da educação, de não só pensar na educação como um pacote de produto ou mercadoria, mas pensar em todos os indivíduos que têm por trás, inclusive, as famílias. Participar do projeto de extensão possibilitou uma vivência que não tenho contato com familiares ou pessoas em privação de liberdade e eu nunca pensei neste foco das crianças, de como impacta as crianças, então, eu pensei em conhecer mais de perto e pra mim é enriquecimento humano, sou muito grata, pois eu acredito muito na Educação como um motor básico humano, sem a educação a gente não sobrevive. Educação de vários tipos, não só, necessariamente, a tradicional, a educação que a gente vê dentro de sala, mas a educação é um motor, pra mim é um alcance muito mais sensível. Como eu falei, eu gosto muito deste contato humano, desta parte mais humanística mesmo, pensar no indivíduo de toda história, sabe, toda autenticidade dele, o lado emocional e isso foi bom, porque estourou aquela bolha social que eu vivia, me abriu os olhos que eu não tinha alcance mais, principalmente entender que, assim, fazendo o meu máximo, eu estou fazendo o mínimo de alguém, de um jeito que pode mudar, plantar uma sementinha. Pra mim o projeto é enriquecedor, mas muito desafiador, não os resultados, mas os frutos deles são mais do que eu esperava de ver que pode transformar algo em alguém. [...] para as famílias, dar acesso à informação acho que é o principal e não menos importante das ações do projeto, ofertar este acolhimento, este espaço de se sentir abraçada, sentir parte de algo e vê que não está sozinha e que não é assim: Ah, eu sou filha de bandido, sou esposa de bandido, não, primeiro que você não é, você é algo muito além disso. As crianças também não devem ser julgadas de forma alguma por erro de um pai, de um marido. Este apoio, está proximidade e contato humano que está em escassez. (Marina, Pedagogia).*

- *Eu gosto muito de trabalhar com o público deixado de lado e vi que o projeto de extensão tinha o intuito de ajudar pessoas que não tinham informações para ter seus direitos. [...] para os alunos, traz experiências ao trabalhar com a realidade da sociedade e mostra o nosso papel e o quanto faz diferença na vida de pessoas. Muito além de informações, o projeto mostra a importância de ter vínculos e como isso é benéfico para as crianças e adultos, sem vínculo eles podem facilmente voltar a prática de coisas erradas.* (Djamila, Pedagogia).

Observa-se que nas falas do grupo 1, o depoimento da aluna (Nathalia, RP) há uma diferença que se destaca das demais respostas unânimes sobre o interesse no tema dos demais grupos, ela revela que não tinha interesse nesta temática, mas, sim, em participar de qualquer projeto de extensão. Contudo, ao entender melhor os objetivos e quem era o público-alvo do projeto apresentado, despertou em si o desejo de participar. Ainda em comparação deste mesmo grupo, para Luciana, RP, falar sobre o sistema prisional era um tabu, por ser algo distante da sua realidade, como também para Shirley, Psicologia que afirma “*parece um nicho novo para mim*”.

No grupo 3 (curso de pedagogia) o assunto do sistema prisional também se mostrou ser distante da realidade dos alunos, aparecendo na fala da Marina, que expressou a preocupação de como este assunto impacta a vida das crianças que vivem neste contexto, um fato que ela nunca tinha pensado. Por outro lado, no mesmo grupo, a aluna Djamila apresentou semelhança com depoimento da aluna do grupo 1, Salete, Serviço Social: ambas expuseram identificação com projeto de extensão por terem contato com pessoas em privação de liberdade e pretenderem entender mais sobre o assunto, pois, de acordo com Salete, mesmo tendo um familiar recluso, “*cada família é peculiar*”. Ambas citam a importância dos vínculos para as famílias nesta situação.

Nos depoimentos de todos os grupos predomina a ideia de que a relação entre a extensão universitária e a sociedade tem extrema importância e amplitude. No grupo 1, por exemplo, Juliana expõe na sua fala que a extensão deve cumprir um papel social que extrapola a universidade, ainda Monalisa declara que a “*extensão é uma rede de apoio importante para as famílias*”.

No grupo 2, a fala da aluna Luciana, RP menciona que participar do projeto é como se fosse uma “*extensão da sala de aula*”. Neste grupo nota-se uma caracterização em vários depoimentos de que a extensão universitária contribuiu também para o aprendizado da temática sobre sistema carcerário e como vivem as famílias que possuem um familiar em privação de liberdade.

Analisando uma fala de Marina do grupo 3 e de Derli do grupo 1 encontra-se uma mesma expressão: a quebra da “bolha social”. Isto é: as alunas consideram que viviam cercadas por uma realidade, de certo modo, limitante, antes de refletirem sobre o assunto.

Por fim destaca-se a relevância em torno da pluralidade dos depoimentos acerca de "provocação" que os alunos sentem em querer fazer algo a respeito das famílias que possuem um familiar recluso. Destaco, mais uma vez, estes relatos que, com certeza, enriquecem e evidenciam a importância da extensão universitária, tendo em vista que "é um processo educativo e transformador social no território onde se concretiza." (MARTINS, 2019, p. 53)

Vejamos, a seguir, alguns relatos das alunas:

“[...] fazendo o meu máximo, eu estou fazendo o mínimo de alguém” Djamila, Pedagogia.

“[...] enxerga as coisas de outra perspectiva de outro ângulo e saber como eu consigo ajudar, agora eu sei que posso ajudar de alguma forma estas pessoas” Nathalia, Relações Públicas.

“[...] entender mais e poder ajudar de alguma forma” Luciana, Relações Públicas.

“[...] possibilidade de através desse entendimento conseguir buscar mudanças efetivas na sociedade” Ângela, Ciências Sociais.

“[...] ter a chance de ajudar a fortalecer uma parcela da comunidade que, muitas das vezes, não tem voz ou acolhimento” Derli, Direito.

“[...] É também um instrumento de denúncia, pesquisa e produção de conhecimento” Juliana, Serviço Social.

“[...] muito gratificante poder ajudar e contribuir para a comunidade de alguma forma” Weslaine, Direito.

- **Percepção de como vivem os familiares de pessoas em situação de privação de liberdade**

A prisão de um ente querido provoca nas famílias muitas mudanças no seu cotidiano, elas necessitam de uma reorganização seja financeira, para custear os custos com a logística da

visita: transporte, compra de produtos de higiene, alimentação para levar ao recluso; disponibilidade de tempo para realizar a visita visto que, em muitas das vezes, os familiares cumprem pena em municípios distante. Dispor de tempo para contatar serviços jurídicos e adequar as regras e burocracias que englobam o sistema prisional, além de lidar com a situação de afastamento do familiar, causando impactos emocionais. Assim, conforme exposto por Jorge, 2011, p. 26 "A prisão de um membro da família, e em especial do marido/pai altera as dinâmicas internas de uma família [...] situação financeira, entrada dos ordenados como modo de sustento da família, o suporte emocional e o plano de vida podem ser afetados."

Vejamos nos relatos sobre a percepção de como vivem estas famílias.

Grupo 1 (Serviço Social, Psicologia, Direito)

- Ah, é muito situação muito complexa, uma situação muito delicada, eu acho, e depende muito de cada situação também, tem uma mega questão de diferença de gênero neste quesito, mas, no geral, de qualquer maneira, é uma situação muito delicada, agonizante, eu imagino. Principalmente, a gente tendo conhecimento da precariedade do sistema prisional do Brasil assim, eu acho que as pessoas que têm um ente querido recluso, eu imagino que deve ser horrível, uma agonia sem fim. (Monalisa, Psicologia).

- [...] eu vejo uma situação muito precária, não é nem precária a palavra, além de ser diferente, não sei se eu tenho uma palavra certa para falar isto, mas muito sozinhas, sem ter um apoio, pois, como é um problema totalmente social a questão do cárcere, por exemplo, como envolve as questões das famílias. [...] para as famílias é uma coisa que está indiretamente é o que é contado, é o que elas vêm lá de dentro quando elas vão lá, é uma situação muito triste, porque a família inteira acaba tendo que abraçar uma causa que uma pessoa da família ou duas, três acabaram fazendo, e estão lá reclusos de liberdade, é uma situação muito vulnerável, às vezes, pode misturar a questão social da pessoa, às vezes, não ter grana, e aí implica em não conseguir ter um contato, achar um advogado, é muito delicado, não dá nem para falar.[...] as famílias, às vezes, saem muito prejudicadas porque elas se excluem da própria sociedade por causa de alguém que está preso ali, então acho que é bem delicado e nem tem uma palavra para explicar. (Shirley, Psicologia).

- *As famílias que auxiliamos no grupo de extensão são famílias totalmente desamparadas. O Estado não faz o mínimo para ajudá-las, nem mesmo passando informações claras. Por sorte, o CRAS Novo Ângulo faz um ótimo trabalho com essas pessoas. (Weslaine, Direito)*

- *É uma situação bastante difícil, porque a privação de liberdade fragiliza as relações e conexões sociais, o que acaba por fragilizar a própria relação familiar. Ainda, é relevante citar que a privação da liberdade também não busca a responsabilização das condutas, que poderia construir novos caminhos de relacionar entre a pessoa em privação de liberdade e sua família, fortalecendo vínculos ou até mesmo recriando-os. (Derli, Direito).*

- *O Brasil sendo um país com uma das maiores populações carcerárias, a situação dessa população, vítimas do sistema carcerário é de violação dos mais diversos direitos, à saúde, alimentação, convivência familiar, entre outras coisas. Esses problemas, a meu ver, não se limitam à pessoa que está encarcerada, mas rebate em todo o seu grupo familiar, que, além da privação de convívio, passa por diversas discriminações na sociedade, dificuldade de conseguir emprego, culpabilização, dificuldade no trato das questões jurídicas etc. (Juliana, Serviço Social).*

- *É muito complicado, no geral, é complicado o acesso de informações para o familiar saber como a pessoa está. Às vezes, o meu tio é transferido e leva meses para a minha avó saber para onde ele foi, o porquê ele foi transferido. É uma situação de descaso. Porque as pessoas acham que a família é culpada com a pessoa que está reclusa, e tem muito preconceito, quase ninguém ajuda. Então, eu percebo mais a questão da culpabilização da família e a falta de informação. Ele já chegou a ficar muito doente lá dentro, quase morreu e a família não ficou sabendo de nada. E eles também não pensam na distância. Por exemplo, a minha avó mora em Campinas, e eles não pensam em qual cidade mandar o preso. Tanto faz para eles, se a família não tem condições, que se dane. Não tem cuidado nenhum. (Salette, Serviço Social).*

Grupo 2 (Ciências Sociais e Relações Públicas)

- *[...] eu sinto que estas famílias são de alguma forma até mais vulnerabilizadas, porque são afastadas da sociedade mesmo, as crianças não são mais permitidas para brincarem com outras crianças, esposas e maridos são afastados de círculos sociais por conta disso, então eu as vejo realmente como uma parte vulnerável, socialmente vulneráveis e, de alguma forma,*

realmente invisíveis, afastada dos convívios sociais e não é mais falado sobre. (Luciana, Relações Públicas).

- O que mais me chama atenção é saber quanta desinformação existe no mundo, sabe? Eu entendo que elas passam por um período muito sensível, pois seu familiar foi preso, você vai ficar sem ver ele, não sabe o que vai acontecer com ele, mas, principalmente, você não sabe o que fazer a partir daquele momento. Eu sinto que é um momento muito sensível, principalmente, pela falta de informação, transforma o que está acontecendo, que já é muito ruim, em 5 vezes pior, pois junta o fato que é ruim da pessoa estar presa com o que você não saber o que fazer agora. Então, vejo que o maior vilão é a desinformação e a falta de acolhimento que tem com estas pessoas. (Nathalia, Relações Públicas).

- Os familiares de pessoas privadas de liberdade vivem uma situação de marginalidade social, no qual estão sempre posicionados como inferiores por ter um familiar nessa condição. (Ângela, Ciências Sociais).

- Vejo como uma situação de exclusão e desamparo, acredito que, muitas vezes, estas famílias não possuem um aparato do estado e nem acolhimento da sociedade. Muita família em situação vulnerável, além de enfrentar muito preconceito. (Jéssica, Ciências Sociais).

Grupo 3 (Pedagogia)

- Eu não imagino o desafio que deve ser, é muito longe da minha realidade mesmo. Nunca tive algo próximo, nossa, me mata ouvir aquele absurdo que bandido bom é bandido morto, sabe? Estas atrocidades assim. Imagina para uma mãe ouvir isso? E eu gosto muito do projeto porque ele não focaliza no indivíduo, a justiça está aí para isso, o nosso foco é nas famílias [...]. (Marina, Pedagogia).

- [...] as famílias sofrem e além delas estarem sozinhas sem seu familiar, se sentem abandonadas pelo sistema, pois a pessoas que está privada da liberdade fez algo errado e a família se sentem como erradas também [...]. (Djamila, Pedagogia).

Na interpretação das falas nota-se constantemente repetições de palavras com o sentido parecido em todos os grupos: “situação muito delicada, agonizante”; situação muito triste;

realmente invisíveis; as famílias sofrem; famílias totalmente desamparadas; situação bastante difícil; situação de marginalidade social; é muito complicado no geral; é muito angustiante; uma situação de extrema vulnerabilidade, social, cultura e emocional”.

Considerando que a família é a primeira instituição onde se estabelecem as relações sociais e que é também, segundo Miotto (2010, p.167) "um ambiente complexo[...] uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos", é notoriamente impactada por qualquer situação que atravessa seu núcleo. Nos casos de famílias com ente recluso de liberdade, existe uma complexidade ainda maior.

No grupo 1, Salete relata essa problemática citando o descaso que acontece no sistema prisional pela falta de informações aos familiares a respeito das condições de saúde dos entes reclusos ou sobre transferência de unidade prisional. Esse grupo também traz outras reflexões das percepções do sistema prisional, Juliana destaca “*o Brasil como sendo o país com uma das maiores populações carcerárias do mundo, contendo as diversas violações de direito as quais são refletidas por todo o grupo familiar*”, Monalisa também compreende “*o sistema prisional do Brasil como um lugar precário para sobreviver*”.

Um dos índices dessa precariedade é a superlotação que torna os cárceres “*depósitos de humanos*”, conforme Branco (2017, p. 367). O encarceramento em massa contribui para superlotação nas unidades prisionais e isso é consequência de uma sociedade punitiva que tem um fácil encarceramento em relação aos crimes de drogas, segundo Valois (2021, p. 453), 35,1% das pessoas reclusas são devido a esse motivo. Outro fator é a morosidade que ocorrem os processos judiciais.

No grupo 2, a questão predominante é a percepção que os alunos apontam sobre as famílias estarem em uma situação mais vulnerável e até mesmo marginalizadas socialmente por terem familiar recluso, a reflexão sobre a falta de informação também surgiu em um dos depoimentos, como algo prejudicial aos familiares.

Já Marina do grupo 3 explicita que “*não imagina o desafio que deve ser para os familiares que vivem nesta situação*”, ela traz uma fala expressiva do senso comum na sociedade que naturaliza a punição, sofrimento para aqueles que cometem um crime “*bandido bom é bandido morto*”.

Contudo percebemos que entre os grupos, mesmo aquelas pessoas que não tinham proximidade da realidade das famílias que tem um ente querido, em todos os depoimentos, mostraram refletir sobre a situação dessas famílias.

- **Percepção da sociedade em relação às famílias de pessoas em situação de privação de liberdade.**

Nesta categoria podemos notar as percepções dos alunos sobre a situação das famílias que têm um familiar recluso e o quanto isso abarca o sofrimento dos familiares por todo julgamento e preconceito da sociedade que os estigmatizam e os colocam em uma categoria de “pessoas perigosas”.

Heller (2000) explana que é mais fácil aceitar uma “verdade dada”, generalizar uma situação pautada em preconceito, do que refletir sobre o assunto, mesmo que isso cause sofrimento ao outro, pois no cotidiano acabamos caindo em pensamentos cristalizados e absolutos, quando deveríamos deixar uma margem de movimentos e possibilidades para o indivíduo se reconectar, acreditando no desenvolvimento genérico da humanidade. Enquanto a sociedade não refletir sobre a situação dos familiares com pessoas privadas de liberdade, sempre haverá o preconceito e a exclusão social destas famílias.

Grupo 1 (Serviço Social, Psicologia, Direito)

- Acho que ninguém para pensar sobre isto, [...] eu realmente nunca parei para pensar nas famílias. Então, eu imagino que, para mim que me interessa pelo assunto que tô dentro de um grupo sobre isto neste momento, já era alguma coisa mais distante da minha mente, pra quem não tem interesse pelo assunto, que acho que é a grande parte da população, por causa de todo estigma, acho que é quase que invisível as famílias nesta situação. Olha, eu acho que, no geral, a sociedade olha com um olhar de culpabilização, talvez como uma parte que humaniza pessoas que para eles é desumanizada, [...] a pessoa que está presa quase não é um ser humano. E acho que a família desta pessoa humaniza esta pessoa de alguma forma, faz com que, quem está vendo de fora lembrar que é um ser humano. [...] ao mesmo tempo uma culpabilização, uma coisa meio sei lá, passando a mão na cabeça de vagabundo. (Monalisa, Psicologia).

- [...] acho que a sociedade julga muito, muito assim, mesmo, coloca muito culpa nestas famílias, [...] aquela família [...] já colocam como um problema, ou como perigosa, por exemplo, se o pai foi preso, a mulher e os filhos são todos visto daquela forma, tem que ter distância, não pode chegar perto. (Shirley, Psicologia).

- Na comunidade essas famílias são excluídas e sofrem muito preconceito. As crianças também são grandes vítimas disso, principalmente nas escolas. O curso de pedagogia desenvolve um trabalho muito interessante nesse âmbito. (Weslaine, Direito).

- A percepção, a partir de uma análise de senso comum da sociedade, em relação a essas famílias, é duas: ou não educaram corretamente os filhos, ou eles desvirtuaram da educação familiar e são a ovelha negra da família. Logo, não existe meio termo, não se analisa a complexidade humana que comporta erros, muito menos se entende que existe diferença considerável entre culpabilizar e responsabilizar. (Derli, Direito).

- É a culpabilização, toda vez que as pessoas descobrem que minha vó tem um filho que está preso, que era usuário de drogas, traficante, rola aquele olhar torto, as pessoas pensam, boa pessoa ela não deve ser.[..]. Ela participava de uma igreja em Campinas, mas quando o pastor descobriu que meu tio estava preso, ele meio que expulsou a minha avó da igreja, não queria mais que ela fosse. Então tem muito preconceito. De achar que a família também é errada que a família também corrobora. (Salette, Serviço Social)

- [...] Há uma sensação de que os erros possivelmente cometidos pela pessoa encarcerada justificam toda uma cadeia de sofrimento e privação de direitos não só dela, como também de sua família. Uma ideia de que essa família, muitas vezes personificada na mulher, na mãe, na esposa, "merece" a situação pela qual está passando já que gerou um conviveu com um criminoso. (Juliana, Serviço Social)

Grupo 2 (Ciências Sociais e Relações Públicas)

- [...] Tem muito estigma em cima destas famílias e um dos nossos principais objetivo é quebrar um pouco deste estigma, e entender que estas famílias não são os familiares delas e os familiares delas não são os crimes que eles cometeram. (Luciana, Relações Públicas)

- Bom me incluindo em sociedade, acho que a gente não vê muito sabe? E não foca os nossos olhos e a gente resume estes vínculos das pessoas que ficaram aqui que não foram presas, a gente às resume ao parente que foi preso. Dá para entender? Tipo a gente não os vê como a família de alguém de alguém que foi preso, a gente os vê como alguém que também foi preso, parece sabe? Parece que quando uma pessoa que tem uma pena, foi condenada a alguma coisa,

a família que ficou parece que vai junto, sabe? Sofrer o mesmo peso e que não deveria no caso". (Nathalia, Relações Públicas)

- A sociedade afasta essas famílias do âmbito social, pois são estigmatizados por ter um familiar privado de liberdade. Desta forma, essas pessoas que são afetadas emocionalmente e muitas das vezes economicamente por ter um familiar recluso, ainda precisam passar por situações vexatórias e ficam ainda mais vulneráveis. (Angela, Ciências Sociais)

- Acredito que a sociedade olha com um olhar discriminatório, muita culpabilização. Principalmente se for mulheres, por exemplo se uma mulher tem um filho que vai preso, colocam muito culpa na mãe. (Jéssica, Ciências Sociais)

Grupo 3 (Pedagogia)

- A sociedade exclui e culpabiliza essas famílias, e faz um julgamento cruel com a família que não abandona e vai visitar essas pessoas, é triste demais. (Djamila, Pedagogia)

- Acho que é um pré julgamento, é algo muito raso, é falar assim: aí se ele fez isso, se ele rouba alguém é porque não teve educação, é muito distante da realidade mesmo, a gente nunca vai entender. é muito triste que acontece na verdade, os relatos que a professora Camilla passou eu me emocionei muito, porque na escola todo mundo evita contato com a criança, porque fala ah é filho de bandido. Como uma criança vai crescer em um ambiente assim? Como ela vai ser diferente de algo que é o mínimo que ela tem contato. Esta ideia de que ela não merece afeto porque o pai dela foi uma pessoa ruim e não é verdade. A gente comete erros. [...], eu acho que da sociedade é um julgamento excessivo é algo cruel, algo que devasta que destrói todo mundo que está em volta deste familiar. (Marina, Pedagogia)

Ao analisar os depoimentos, duas falas se complementam no que se refere ao grupo 1, Monalisa, psic. tem a percepção que a sociedade no geral tem um olhar de culpabilização aos familiares e que ninguém até mesmo ela nunca tinha pensado na situação destas famílias. Assim como (Shirley, Psicologia) que também aponta sobre a culpabilização e o julgamento da sociedade.

Segundo o (CFESS 2014-2017), o preconceito se constitui por meio da permanência de julgamentos de valor provisórios. O julgamento da sociedade sobre os familiares de pessoas

privadas de liberdade é um exemplo disso, as pessoas não têm o conhecimento sobre tal situação e permanecem os julgamentos oriundos de estigma.

Analisando os depoimentos do grupo 2 vale destacar a reflexão do (Luciana, Relações Públicas) que nos mostra claramente que a sociedade deveria ter empatia e compreender a situação dos familiares os isentando de toda culpa por ato cometido por alguém, é fundamental olhar para estas famílias sem nenhum julgamento ou culpá-las por ações deferidas de terceiros, pois é respaldada na Constituição Federal no artigo 5º que a pena não pode passar da pessoa do condenado. Ainda no grupo 2 (Angela, Ciências Sociais), aponta a questão que as famílias precisam enfrentar no sistema prisional, sobre isto ser uma situação vexatória. Neste caso destaca (SILVESTRE,2011 p.172) sobre as mulheres que realizam as visitas no sistema prisional, muitas das vezes passam por situações vexatórias e rígidas revistas e por vezes abusivas.

No grupo 3 deparamo-nos com o depoimento da (Djamila, Pedagogia) sobre a família que não abandona o ente querido no sistema prisional, e, portanto, é julgada cruelmente, assim como complementa Salete do grupo 1 citando um exemplo pessoal de preconceito vivenciado pela sua avó por querer manter o vínculo familiar com o seu filho recluso.

É interessante também refletir sobre o outro depoimento do grupo 3 o, da aluna (Marina, Pedagogia), a qual faz a seguinte pergunta:” *como uma criança vai crescer em um ambiente assim?*” Referindo se à discriminação e preconceito que sofrem as crianças, filhas (os) ou parentes de algum familiar recluso. Esta pergunta pode não ter uma resposta, talvez pelo fato de ser um assunto ainda invisível para a sociedade. Mas sabendo que a criança é um ser em constante crescimento é muito importante ressaltar como está se dando a construção de sua identidade neste contexto de preconceito. Pinho (2018) afirma que, a criança em contato com os indivíduos próximos compreende o mundo que o cerca a partir da compreensão que estas pessoas têm, ou seja se for uma percepção negativa, cuja emoções estão sempre entrepostas de mágoas, raivas, ódio, possivelmente disseminar essa percepção para a criança de alguma maneira.

Com relação aos demais relatos, todos os grupos apresentam a percepção no sentido que as famílias sofrem uma culpabilização por estarem nesta situação e acabam sendo vítimas de uma exclusão social, podendo assim estar expostas a uma vulnerabilidade social.

- ***A importância da multidisciplinaridade no projeto de extensão***

Em sua obra, *Educação e complexidade*, 2004, p. 51, Edgar Morin questiona: “Para que nos serviriam todos os conhecimentos parcelares se não os confrontássemos uns com os outros?” Trazendo assim a ideia das trocas de saberes para atingir um objetivo. O que nos remete à multidisciplinaridade e sua capacidade na articulação dos saberes. Compreende-se, assim, que a multidisciplinaridade propicia riqueza no diálogo e nas atividades propostas que utilizam esta abordagem. Conforme exposto por Bicalho, 2011, p.11 “[...] a multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo”.

Vejam os depoimentos separados em grupos sobre a percepção da multidisciplinaridade no projeto de extensão.

Grupo 1 (Serviço Social, Psicologia, Direito)

- Eu acho que o diferencial deste projeto é a multidisciplinaridade, porque a gente consegue auxiliar estas famílias de diversas maneiras, com acolhimento psicológico, acolhimento da galera do direito, do serviço social enfim, todo mundo tem sua importância, e isso faz com que o nosso objetivo seja bem alcançado. (Monalisa, Psicologia)

- O conhecimento de cada um para estar agregando mais informações. Imagina se só tivesse psicologia no projeto de extensão? A gente não saberia fazer os vídeos, não íamos saber nada de lei, não íamos saber a questão do serviço social, não ia saber nada do que poderia abranger.[...], acho que o conjunto dos cursos formou uma equipe que sem a multidisciplinaridade não estaria acontecendo, está sendo um fator muito primordial cada um ali funcionando, levando o seu conhecimento, ajudando de certa forma, a gente manda um vídeo aqui o pessoal de RP edita pra gente, te outro que manda uma notícia, o pessoal está todo muito ligado e de alguma forma estão contribuindo amplo com isso e se fosse só um curso teria falta, seria reduzido. (Shirley, Psicologia)

- Em todos os aspectos. A extensão não daria tão certo se não fosse pela multidisciplinaridade. Casa curso executa uma tarefa e para isso se utiliza de um conhecimento singular e, somados

todos, contribui demais para ajudar as famílias e para o desenvolvimento do projeto.

(Weslaine, Direito)

- O ser humano é um ser complexo e multifacetado, logo a abordagem multidisciplinar é elementar e torna o desenvolvimento das atividades do projeto certas. A situação que essas famílias passam não traz uma necessidade apenas de conhecimentos jurídicos, mas também de acolhimento psicológico, auxílio com os demais entes familiares e assim, ao partir de uma ação multidisciplinar, conseguimos atingir os problemas de forma holística e não parcial. (Derli, Direito)

- Permitem que o projeto consiga ter uma visão mais qualificada para as diversas faces do problema das famílias de pessoas encarceradas, uma visão de totalidade que não fica presa à uma só área de conhecimento. (Juliana, Serviço Social)

-[...] Eu achei sensacional ter um grupo de cada área, porque a gente não caminha sozinho. (Salete, Serviço Social)

Grupo 2 (Ciências Sociais e Relações Públicas)

- Acho que este é o principal ponto do nosso projeto, por isso que ele é tão rico, por isso que ele funciona bem e a cada vez está tendo mais retorno, realmente é esta multidisciplinaridade. quando a gente fala de um assunto tão complexo quanto o sistema prisional, as pessoas que estão inseridas neles, seus familiares egressos é uma questão complexa, e quando a gente fala de questões complexas a gente está vendo várias frentes e estas frentes só consegue ser atingidas quando a gente tem este multiprofissionalismo, estudantes profissionais que têm esta visão diferentes de vários lados pra gente conseguir unir sem ficar nenhum tipo de rebarba e nem um tipo de sobra, nenhuma parte que gente não atinja, então acho que realmente a gente consegue fazer um trabalho completo, seja levando informação para todos os âmbitos, que leve informação de um jeito que seja acessível como a gente da comunicação faz, a multidisciplinaridade é a parte mais legal por que a gente consegue atingir todas estas frentes e construir uma coisa útil e que seja útil para diversas situações no que precisar. (Luciana, Relações Públicas)

- Primeiro eu pensei, o que Relações públicas vai fazer neste projeto? Como eu vou conseguir ajudar? [...], mas aí a gente viu como RP pode ser útil na propagação de informação e mais

convivendo com os outros cursos, os vídeos por exemplo traz muitas coisas que a gente não sabia, a galera tem perspectiva do próprio projeto de formas diferentes. [...] Não seria o mesmo projeto se não tivesse estas perspectivas. (Nathalia, Relações Públicas)

- A multidisciplinaridade possibilita a compreensão dos diversos lados dos problemas encontrados no sistema penal, seja através das questões jurídicas, das políticas públicas, das questões emocionais ou das barreiras sociais. (Ângela, Ciências Sociais)

- É essencial, pois o sistema prisional é uma questão social muito complexa que dá para ser interpretada de diversas formas [...] então é um problema muito complexo para ser olhada por uma via só. Quando a gente tem uma equipe enorme que pode dar suporte em diversas áreas diferentes é muito importante, pois um suporte que a pessoa de Serviço Social daria não é o mesmo que o pessoal do curso de direito daria, como as alunas de pedagogia. [...] . (Jéssica, Ciências Sociais)

Grupo 3 (Pedagogia)

- Eu nunca imaginei algo que pudesse envolver pedagogia, relações públicas, direito, serviço social, eu sei que tem muito a ver com educação e todo mundo conversar na mesma língua e até as correções que ocorrem. Por exemplo no texto eu usei um termo, acho que foi presidiário e o pessoal de relações públicas explicou que não era legal, porque na cabeça de quem vai ler isso já tem um pré julgamento, eu pensei caraca, eu não tinha este esclarecimento, mas ela já pensou isso do marketing de como isso vai afetar quem foi consumir o produto. Não teria como ser de um curso só com uma ótica, então quanto mais divergência mesmo opinando sobre o mesmo ponto, eu acho que é um crescimento mútuo para todo mundo, é enriquecedor. (Marina, Pedagogia)

- “[...] Quando tem a junção das disciplinas é muito mais tranquilo chegar ao objetivo, pois várias pessoas estão olhando para um ponto e todas colaboram para chegar ao objetivo.” (Djamila, Pedagogia)

São unânimes os depoimentos sobre as ações multidisciplinares do projeto de extensão mencionado neste trabalho. Todos os grupos compreendem que a multidisciplinaridade trouxe abundância para o projeto.

O grupo 1 expõe que o diferencial do projeto é justamente a multidisciplinaridade, assim como destacado na fala de (Shirley, Psicologia) quando a aluna justifica que o conhecimento de cada curso agregou mais informações para que todos pudessem realizar as atividades propostas; ela ainda menciona que não saberia fazer os vídeos ou sobre leis se não houvesse o apoio de cada área específica, e que a somatória dos demais conhecimentos colabora tanto para auxiliar as demandas dessas famílias, como no desenvolvimento do projeto.

É relevante também a opinião da aluna de Serviço Social, Salete ao expressar: “a gente não caminha sozinho”.

No grupo 2 os depoimentos se repetem ao citar a situação dos familiares no contexto discutido como uma situação complexa, e por conta disso, é necessário a multidisciplinaridade para atingir todos os âmbitos desta questão. Ainda neste grupo, observa-se a fala de Nathalia, aluna do curso de Relações Públicas, que teve muitas dúvidas em saber como o seu curso poderia contribuir para o projeto. A partir disso, analisa-se que foi uma surpresa para este curso no potencial que eles têm no que diz respeito à propagação de informações nas redes sociais, juntamente com ciências sociais que acreditam que as ações multidisciplinares possibilitam a compreensão dos múltiplos problemas recorrentes do sistema prisional e as dificuldades que se abatem sobre os familiares, respectivamente.

Referente ao grupo 3, destaca-se um exemplo de experiência vivido pela aluna de pedagogia quando escreveu um texto no qual utilizava a terminologia “*presidiário*”. Sua experiência destaca-se pelo fato de ter sido, posteriormente, orientada pelos colegas de relações públicas a utilizar outra palavra, que não incitasse uma forma pejorativa ou preconceituosa no tratamento do tema.

Sendo assim entende-se que a participação multidisciplinar contribui para o conhecimento de ambas as partes envolvidas.

Em suma, a partir do projeto, diversos estudantes encontraram novas possibilidades de acolhimento de demandas, e aperfeiçoamento de suas habilidades e conhecimentos em suas áreas específicas, ainda durante o período de sua formação, tendo oportunidade de vivenciar na prática, o que poderia ser feito apenas após a formação.

No direito eles puderam acolher e ter a oportunidade de ultrapassar o juridiquês, possibilidades que os alunos não teriam se fossem atuar diretamente no seu campo de trabalho,

visto que o projeto é um meio pelo qual os alunos são estimulados a desenvolver sensibilidade com o público que poderiam atender fora dele. Na área da psicologia os alunos contribuíram com uma atuação não voltada para a saúde medicamentosa, organicista, mas para saúde mental, oferecendo um espaço de escuta e acolhimento. Compreendem este espaço muito importante tanto para os atendidos, que puderam expressar suas agonias e sofrimento psíquico os quais devido às condições financeiras teriam dificuldade de pagar um atendimento clínico terapêutico ou estarem sujeitos a aguardarem atendimento no Sistema Único de Saúde, por outro lado as alunas de psicologia devido às demandas complexas trazidas nos atendimentos tiveram a possibilidade de vivenciar uma experiência que contribuiu na sua formação acadêmica.

O curso de Relações Públicas criou uma identidade visual para o projeto desde da criação do nome até o logotipo, isso facilitou pois agora todos os materiais produzidos seguem um padrão, tornando-se mais facilmente reconhecíveis e a partir deste reconhecimento ajuda a marcar as pessoas. Considerando que os seres humanos são muito apegados às cores, facilita a sua aproximação com o projeto, além dos conteúdos serem divulgados nas redes sociais de forma interessante e mais acessível para todo mundo.

Para as alunas de Pedagogia o projeto contribuiu principalmente na reflexão enquanto futuras pedagogas trazendo a reflexão para os profissionais já atuantes na área da educação desde professores, coordenadores e diretores, assim como para os pais a pensarem como trazer a elucidação da realidade para as crianças que têm convívio com familiares em privação de liberdade e demais crianças de uma forma mais didática e além do mais, principalmente como escolher os pontos de vista, a partir de uma prática mais humanista. O caderno pedagógico produzido pelas alunas de pedagogia com atividades para educação primária é de suma importância, pois possui um papel fundamental na ampliação da concepção do acolhimento para as crianças assim como para seus direitos de viverem sem nenhuma discriminação na sociedade visando o respeito à sua autonomia e assegurando-as como portadoras de direitos.

Visto que a discriminação social, o preconceito, o encarceramento em massa e o racismo - que está atrelado a ele são expressões da questão social na nossa sociedade, os alunos de serviço social, compreendem que esse é objeto de sua profissão e viram no projeto a possibilidade de vivenciarem e se fortalecerem enquanto alunos para subsidiar a futura prática profissional, que se dará na viabilização na promoção de acesso às políticas sociais e à defesa da igualdade, postos como princípios do Projeto Ético e Político da Profissão.

Quanto aos alunos de ciências sociais o conhecimento teórico possibilitou que todos aprofundassem as questões da seletividade penal, a questão de gênero no sistema prisional e outros recortes, de raça, classe, interseccionais a estas questões. E contribuir para os próprios

alunos através dos estudos. O papel também de sensibilizar estas visões, e de adaptar de forma mais acessível e didática, visto que as pessoas ouvem falar do sistema prisional, mas não entendem como funciona, não entendem o perfil daquelas pessoas, o que facilita no pré julgamento.

Diante das reflexões no decurso dos depoimentos, compreende-se a diferença que as ações multidisciplinares trouxeram para a validação de aprendizado dos alunos assim como a disseminação de saberes para a reflexão da sociedade.

- ***Direitos Sociais e familiares de pessoas privadas de liberdade.***

Nesta categoria vamos analisar somente questões respondidas pelas alunas estudantes do curso de Serviço Social, referentes aos direitos sociais e familiares de pessoas privadas de liberdade como os vínculos familiares. Vejamos abaixo os depoimentos:

Eu acho que sim, tivemos vários feedbacks positivos, ajudou bastante estas famílias [...] acho que nossa profissão contribui bastante, impedir que estes vínculos não se rompam e não se fragilizem. (Salette)

É difícil dizer se o serviço social possibilitou esse acesso, [...], mas sem dúvidas a partir dos vídeos produzidos com temas do serviço social e dos acolhimentos realizados, o serviço social contribuiu para auxiliar o acesso a direitos dessas famílias. a partir da escuta e dos vídeos produzidos, o serviço social conseguiu contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (Juliana)

Os depoimentos são unânimes na perspectiva que o Serviço Social contribuiu para os vínculos familiares e comunitários através das ações desenvolvidas no projeto, isto porque a profissão compreende as mazelas vivenciadas pelas famílias e sobretudo aquelas que têm um ente em privação de liberdade.

Observa-se o quanto é difícil para os familiares manterem os vínculos devido aos limites impostos no contexto do sistema prisional, como por exemplo, a falta de recursos para conciliar os gastos financeiros, para visitar um ente recluso, a falta de informação e orientação necessária para conseguir realizar os trâmites de todo o processo no que se refere ao acesso aos direitos, como a entrada no auxílio reclusão, as condições de sobrevivência por ter um ente a menos contribuindo com o custo diário do cotidiano da família.

Observa-se um agravamento no quadro da pobreza e miséria das famílias no contexto atual de pandemia e nas consequências que isso trouxe devido às mínimas condições socioeconômicas, que dificultaram o convívio saudável da família, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar, como a quebra de vínculos familiares. Entende-se que muitas famílias estão sendo negligenciadas pelo Estado, que não proporciona a elas uma estabilidade social e tão poucas condições de uma vida humana decente, com acesso ao mercado de trabalho e moradia. Esperamos que assim a família seja a única responsável por se manter.

Entendendo que a família é uma instituição social, construída e reconstruída historicamente, a partir de suas relações, é nela que acontecem os primeiros contatos, ou seja, a família é um espaço de socialização, porém ela não deve receber a responsabilidade de se manter, em decorrência dos problemas sociais que a englobam. O Serviço Social vai contra esta centralidade da família e acredita na perspectiva que ela deve ser subsidiada pelo Estado através da garantia de seus direitos, inseridos nas Políticas Sociais e Políticas Públicas. Segundo MIOTO (2010, p. 172), a responsabilidade da proteção social não está restrita às famílias.

5.1 A análise das entrevistas com os Profissionais

Tendo em vista os depoimentos dos alunos sobre a temática dos familiares de pessoas em situação de privação de liberdade é válido ressaltar também a compreensão dos profissionais da área de serviço social que atuam na prática com as intervenções necessárias demandadas por este público-alvo, assim como a visão da coordenadora do projeto de extensão Camilla Massaro que se dispõe a coordenar o projeto e subsidiar os alunos através do seu entendimento sobre o sistema prisional. A mesma juntamente com a professora e diretora do curso de Serviço Social da PUC Campinas, Maria Virginia Righetti, criaram um grupo de estudo em Agosto de 2016 chamado “Sistema Prisional, Direitos Humanos e Sociedade com a proposta de estudar, refletir e dialogar com alunos no aprofundamento do conhecimento teórico a respeito da temática específica. Vejamos a seguir o perfil das entrevistadas.

Tabela 2 – Caracterização das pessoas entrevistadas.

PERFIL	ENTREVISTADA	IDADE	FORMAÇÃO	OCUPAÇÃO
PROFISSIONAIS	Camilla Massaro	39	Doutorado em Ciências Sociais, Mestre em Educação Escolar, Especialista em Gestão da Educação Pública e Pedagogia	Cientista Social e Pedagoga
	Eliane Silva	42	Serviço Social	Agente de Política Social, Coordenadora do CRAS Jardim Novo Ângulo, município de Hortolândia/ SP
	Karina Lopes	35	Serviço Social	Coordenadora do CREAS no município de Hortolândia/ SP

Fonte: elaborada pela autora.

- **Percepção de como vivem os familiares de pessoas em situação de privação de liberdade**

Nesta primeira categoria, a qual já foi analisada também com depoimentos dos alunos, os profissionais relatam sobre a percepção de como vivem os familiares de pessoas em situação de privação de liberdade.

- Em resumo é muito angustiante né? O que a gente sente dessas famílias, é que elas estão confusas, com muita dificuldade de acessar os serviços mesmo, de saber o que está acontecendo? O que precisa ser feito? Ou seja, quais são os passos que precisam ser feitos, legalmente falando e outra coisa, é a própria questão de ter uma pessoa reclusa, é muito angustiante. (Karina, assistente social)

- Eu vejo por dois lados, se você for ver do ponto de vista profissional na área da assistência é uma situação complexa, quando eu falo complexa eu falo em todos os níveis, por exemplo no nível cultural. O Brasil não tem uma cultura de reinserção, e sim uma cultura de prisão de punição. Quando isso acontece a pessoa fica marcada pelo resto da vida dela. E as famílias

diante desta cultura, há um bloqueio, por exemplo: Uma mãe que tem seu filho solteiro recluso, está a parte da juventude do filho, este momento com a família vai ficar bloqueado. As famílias entram em um sofrimento muito grande e nem sempre este sofrimento é externizado assim a pessoa não se coloca, não se fala no assunto e há um silêncio muito grande. Tudo isto se configura quando a pessoa sai da prisão, ela não consegue se reinserir socialmente, principalmente se a pena for muito grande. Um exemplo de alguém que foi preso por tráfico de drogas e foi condenado a 8 anos, quando ela sair da unidade prisional, estará com o comportamento institucionalizado e vai encontrar um Brasil totalmente diferente de que quando foi preso. Se falarmos um pouco sobre o estudo, então vamos mais além, pois esta pessoa estará despreparada, não conseguirá ser reinserida e a família em virtude da cultura que nós temos, ela vai cobrar muito desta pessoa. Ou seja, os conflitos familiares estão postos, se formos ver do ponto vista financeiro ou social, a tendência é as famílias ficarem extremamente fragilizadas [...] então eu vejo as famílias em uma situação de extrema vulnerabilidade, social, cultura e emocional, pois querendo ou não uma parte da família não está se desenvolvendo totalmente e isto atrapalha toda estrutura familiar e a família se desorganiza. (Eliane, assistente social)

- [...] situação das famílias ela é ainda mais dramática por que a sociedade não se preocupa com este tema, não se importa, parece que nem percebe que junto com cada pessoa que está privada de liberdade tem uma família, tem uma mãe, um filho, uma esposa, marido, pais, irmãos, muitas vezes estas famílias elas se encontram em uma situação de bastante vulnerabilidade se a gente for considerar que a maior parte da população que está privada de liberdade pertencente às camadas mais pobres da sociedade, estas famílias também são e na maior parte das vezes estas famílias ficam desamparadas em relação aos seus direitos também por parte dos Estado que é muito precário o atendimento a elas. [...] Ainda infelizmente a sociedade tem uma percepção majoritariamente insensível e preconceituosa em relação a estas famílias por exemplo: quando uma pessoa diz que tem um parente que está privado de liberdade, ela tem medo de ser demitida do trabalho ou de perder a amizade com outras pessoas que não querem conviver com estas pessoas. (Camilla, coordenadora)

Considerando os depoimentos dos profissionais podemos perceber vários apontamentos relevantes já mencionado neste trabalho, um deles é sobre como as pessoas em privação de liberdade e seus familiares são punidos sendo tratados com preconceito devido a situação em que se encontram. Na fala da Eliane, ela comenta que o Brasil tem uma cultura de punição e

que quando uma pessoa é presa ela é marcada para o resto da vida, além disso há situações em que a própria família reproduz a lógica da sociedade desconsiderando as questões que envolvem o sujeito, uma delas é a falta de capacitação profissional enquanto pessoas institucionalizadas e conseqüentemente a falta de oportunidade no mercado de trabalho. Nesse mesmo esteio complementa Camilla ao dizer que parentes que possuem alguém recluso tem receio de serem julgados e com isso perdem a oportunidade de manter as relações sociais, empregos entre outras situações. Portanto estas famílias sofrem um processo de exclusão social, conforme CFESS 2014, p.14 o preconceito é disseminado por meio da cultura expressando o modo dominante de pensar e de se comportar, de valorar os objetos e as relações sociais.

É notável também a percepção dos três depoimentos sobre o sofrimento das famílias, Karina cita ser uma situação muito angustiante, assim como Eliane que as vê em uma situação de extrema vulnerabilidade emocional, social. Seguindo este viés Camilla denuncia a questão da invisibilidade ao dizer sobre a percepção da sociedade “[...] parece que nem percebe que junto com cada pessoa que está privada de liberdade tem uma família [...]].

Diante do exposto nas entrevistas nota-se que há a necessidade de efetivação de um trabalho em conjunto com a comunidade para o enfrentamento dos preconceitos em relação a estas famílias, assim como políticas públicas efetivas no tocante da reinserção social do regresso, reiterando que o mesmo deve ser visto em sua totalidade e para isso podemos pensar nas ações no campo da multidisciplinaridade como citado na próxima análise.

- ***A importância da multidisciplinaridade no projeto de extensão***

- Acho que a multidisciplinaridade contribui em todos os aspectos. Se a gente for pensar no ser humano, o ser humano tem que se desenvolver em sua integralidade. Nós temos o pessoal da psicologia, serviço social, direito, das relações públicas, pedagogia. E se a gente for trazer para o campo do serviço social, a gente torna isso com uma ação intersetorial. Porque se não fossem alunos estaríamos conversando com área da saúde que é onde a maioria dos psicólogos ficam, pessoal do serviço social, estaríamos falando com a secretaria de educação referindo se a pedagogia, estaríamos em contato com a secretaria de governo pessoal das relações públicas. Estas ações nos ajudam a ver a família como um todo, pois conseguimos ter um olhar para criança, para mulher, para toda estrutura familiar, então ter alunos de muitos cursos está sendo muito rico. (Eliane, assistente social)

- *É muito importante porque nós mesmos enquanto assistente social a gente depara com questionamento das famílias que a gente não sabe responder, que são no âmbito jurídico, psicológico e assim ficamos mais limitado. Enquanto serviço no município já temos que trabalhar em rede justamente por isso, então acho que ter profissionais de todas as áreas completa o projeto, você consegue orientar e ajudar as famílias em todos os aspectos. (Karina, assistente social)*

- *Em 2020 a gente teve uma primeira experiência com este projeto que já tinha um caráter multidisciplinar, mas que era bastante limitado em relação a quantidade de cursos que estavam presentes. Agora 2021, pensando de uma maneira mais aprofundada neste tema e pensando o que a gente poderia fazer para conseguir os objetivos do projeto eu fui planejando no plano de trabalho que eu elaborei que quanto mais curso estivesse presente mais abrangente seria nossa atuação; então a gente poderia construir mais este conhecimento com mais embasamento, então aplicar para curso do direito, de pedagogia, psicologia de relações públicas de modo que estes alunos pudessem trazer o que estão aprendendo na sua faculdade e possibilitasse o horizonte de atuação do nosso projeto. Hoje terminando o projeto em 2021 eu percebo que foi essencial para a gente conseguir encarar os desafios de um projeto de extensão de forma remota, a contribuição que estes cursos deram para o projeto vínculos. (Camilla, coordenadora)*

Observa-se que nas falas das profissionais Eliane e Karina também está destacada a importância do trabalho em rede municipal para atender às diversas demandas das famílias. Eliane ainda comenta: “*Se a gente for pensar no ser humano, o ser humano tem que se desenvolver em sua integralidade.*” esclarecendo que o atendimento multidisciplinar possibilita olhar para a família como um todo, Karina menciona enquanto assistente social: “*a gente se depara com questionamento das famílias que a gente não sabe responder [...] e assim ficamos mais limitados*”. Reafirma-se, assim, mais uma vez, a importância das ações multidisciplinares. É relevante também a opinião da Camilla ao expressar sobre a sua experiência enquanto coordenadora do projeto de extensão, que de um ano para o outro cresceu relativamente a quantidade de cursos envolvidos ampliando o engajamento sobre a temática desenvolvida.

De acordo com o código de ética do Serviço Social (1993) dispõe que sempre que possível deverá incentivar a prática profissional interdisciplinar, o assistente social como executor de políticas públicas, desenvolve serviços em vários segmentos, com a participação múltipla de profissionais. Explicitado exemplo do CREAS, lugar de trabalho da entrevista. É

um serviço que oferta Proteção Especial de Média Complexidade, tendo segundo a Resolução do CNAS 17/2011 equipe de referência composta por profissionais reconhecidos normativamente: advogado, assistente social e psicólogo que para atendimento dos usuários articulam com a rede intersetorial, saúde, educação, política de habitação etc.

Destaca-se assim importância da multidisciplinaridade no atendimento as famílias dos detentos, pois é possível criar estratégias de ações conjuntas sob várias perspectivas profissionais que subsidiam uma metodologia de intervenção, ademais, para novas formas de organização do trabalho, viabilizando melhores medidas que possam facilitar de alguma maneira o acesso aos direitos dos usuários, como profissão de caráter interventivo, cabe a análise da questão na dimensão da singularidade, particularidade e totalidade (Guerra, 2000). Portanto, convém mencionar a relevância da atuação do assistente social abordado na próxima categoria de análise.

- **Importância da ação profissional do assistente social**

Considerando a importância da ação profissional do assistente social, em diversos espaços ocupacionais, destaca-se aqui sobre a Política Nacional de Assistência Social, devido aos assistentes sociais entrevistadas estarem atuando dentro desta política. O profissional tem na sua formação embasamentos teórico, técnico e político o qual capacita para atuar nas diversas demandas que chegam nos CRAS e CREAS.

A PNAS menciona no artigo 4º sobre o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade. Portanto se faz de suma importância que estes princípios possam ser assegurados. Vejamos a seguir os depoimentos.

- O cerne da nossa profissão é a defesa dos direitos, então a atuação do assistente social com as famílias com pessoas privadas de liberdade é desafiadora, mas ela é essencial, como se diz, foi para isso que eu nasci. Estamos falando de famílias que não estão só vulneráveis na questão financeira, elas estão vulneráveis no seu direito. A pessoa que está lá cumprindo uma pena é o dever dela que está sendo cumprido, mas precisamos ver a questão do direito dela, o direito de receber as visitas, de ser reinserido, ter uma política pública que pense nisto. E as famílias que estão do lado de fora muitas vezes não tem dinheiro para visitar, a mãe tem o direito de ir visitar o filho, o filho tem direito de ver o pai, a esposa tem o direito de ver o marido.[...] Então

para o serviço social as demandas que este público traz é a cerne da nossa profissão, é defender os direitos deles, por isso que o serviço social é um profissional de luta, estamos lutando contra um senso comum, quando sociedade afirma que bandido bom é bandido morto e por isso merece apodrecer na cadeia. Nós estamos falando ao contrário disso, mostrando que a pessoa reclusa também tem direitos. (Eliane, assistente social)

- [...] a primeira coisa é a orientação no sentido de encaminhamentos que possibilitam visibiliza direitos sociais que a família tem e que às vezes ela nem conhece ou não sabe como acessá-los, orientar, acompanhar ou fazer encaminhamentos engloba a família toda, os encaminhamentos na maioria das vezes são para área jurídica outros para área da saúde, para psicoterapia. Acho que é extremamente importante para família se organizar, como conversar com as crianças, como receber esta pessoa quando ela volta para o grupo familiar[...]. (Karina, assistente social)

- [...] então temos um conjunto de direitos garantidos na lei. Mais a gente percebe que há dificuldade imensa de grande parte da população ter estes direitos respeitados e são violados constantemente e ação do assistente social eu vejo neste tema de familiares em privação de liberdade podem contribuir para que estas pessoas encontrem os caminhos para o seu próprio fortalecimento no entendimento que elas são sujeitos portadores de direitos e conseguirem reivindicar que estes direitos sejam respeitados, e também junto com a assistente social elas encontrarem este caminho, o direcionamento aos serviços públicos adequados que podem contribuir para ajudá-los neste momento difícil, como cadastro único, encaminhamento para os setores da área jurídica, como defensoria pública e outros lugares [...] e principalmente a responsabilidade do assistente social em contribuir para que estas pessoas consigam superar a situação de vulnerabilidade, não só assistir naquilo que é mais imediato mas proporcionar elementos de garantia de direitos para que as pessoas possam superar estas condições e ter a sua autonomia e buscar sua vida com dignidade. (Camilla, coordenadora).

Com base em todos os relatos sobre as experiências vivenciada pelos alunos neste projeto de extensão e também sobre a percepção dos profissionais enquanto as produções elaboradas já mencionadas aqui, na perspectiva de viabilizar os direitos dos familiares de pessoas privadas de liberdade já pode ser considerada a importância da ação profissional, visto que foi através da atuação profissional do assistente social, com acompanhamento, encaminhamentos, conforme orientações do Código de Ética Profissional que viabilizou o

acesso aos direitos sociais do público alvo do projeto. Sobre o acompanhamento, segundo (CFESS, 2014, p.74) não deve se confundir com monitoramento, mas sim elemento de aprimoramento na relação extramuros que se estabelece.

Com relação aos depoimentos houve uma pluralidade ao citarem sobre a importância de as famílias saberem seus direitos e sobretudo como acessá-los. Diante disso evidencia-se a grande valia da atuação dos assistentes sociais que trabalham como executores das políticas públicas.

Ao observarmos criticamente as repostas, nota-se um aspecto relevante no depoimento da Eliane ao dizer *“que o serviço social é um profissional de luta[...] estamos lutando contra um senso comum, quando a sociedade afirma que bandido bom é bandido morto”*. Nesse sentido é importante a dimensão pedagógica do serviço social, na tentativa de promover a autonomia, consciência crítica e superação de estigmas e preconceitos dos sujeitos sociais. Ademais a fala da Camilla destaca sobre a importância de os usuários não serem assistidos somente nas necessidades imediatas, mas que possam conseguir superar as diversas vulnerabilidades.

Contudo para concretização dos direitos sociais é necessário reconhecimento do Estado para efetivação da proteção social (Sposati (2004))

- **Desafios do Serviço Social**

- [...] depois de tentar sair do senso comum o maior desafio é obter recursos financeiros, quando a gente fala sobre o direito à visita. Um exemplo, quando o filho está preso em outro Estado ou em município distante? Nós não temos recurso para viabilizar o transporte para família. E a população que está reclusa não é prioridade nenhuma para o governo. Não adianta você ter uma ideia boa, uma equipe que quer trabalhar com este público, pois vai esbarrar na falta de recursos. Porque o essencial é você conseguir que haja este contato, até para a pessoa que está reclusa sentir que o vínculo não foi quebrado. [...] Muitos não têm acesso à internet ou tem um pacote de dados insuficiente para realizar chamada, outra coisa às vezes as famílias precisam ir em vários lugares para conseguir fazer documentação, deixar tudo em ordem [...] e a gente não tem recurso para viabilizar isso. [...] eu vejo como um desafio muito grande a ausência de recurso. Esta questão não é mencionada a nível federal, a reivindicação por verba, não é nem cogitada e a população fica mesmo é na invisibilidade. Não se tem um programa, uma reserva financeira específica que a gente possa garantir a visita

para estas pessoas. E assim não consegue trabalhar o vínculo familiar se as pessoas não estão se vendo, pois o elo que a pessoa reclusa tem com o mundo externo é por meio das visitas[...]. Aquela esposa com o passar do tempo, se ela não for visitar o marido, não saber nada sobre ele, ficar sem contato nenhum, este vínculo vai se dissolver e a criança vai ficar perguntando, mãe cadê o meu pai? Até que chega um ponto que os vínculos vão se rompendo, com o rompimento do vínculo quando esta pessoa sair da unidade prisional, vai buscar uma família que já não existe, de repente a esposa já se organizou com outro companheiro. E aí tem aquele filho o qual cresce sem nenhum vínculo[...] a saída do indivíduo causa um impacto muito grande nas famílias e probabilidade da pessoa estar retornando ao cárcere é muito maior.
(Eliane, assistente social)

- Inúmeros né? Primeiro quebrar esses preconceitos que vem de fora e outras vezes vem do próprio serviço, há o desafio de ajudar as famílias nesta questão da culpabilização, pois a maioria se culpa por estarem nesta situação. Para gente conseguir romper com o histórico que talvez venha com a família, é um trabalho de longo prazo, costumamos dizer que no CREAS é um serviço de formiguinha, não adianta achar que vai entrar no caso e conseguir resolver de imediato, porque nunca vai, é preciso entender que as famílias têm uma história de vida com muitas violações de direitos e violências atribuídas, que muitas das vezes se repetem, então acho que esta orientação, este fortalecimento, este convencimento é o mais difícil, convencimento no sentido delas próprias entenderem que a situação que se encontram, está sendo violado o direito de alguém, está rompendo vínculo, por que muitas das vezes para elas é normal, elas viveram isso né? Então romper com isso é muito difícil. (Karina, assistente social)

- Os dois principais desafios são: primeiro é ajudar a comunidade que está referenciada naquele território a superar os seus preconceitos e compreender estes familiares garantido uma sociabilidade, uma convivência social saudável. E acho que o segundo desafio no contexto que a gente vive é conseguir garantir estes direitos, porque a gente vive em um momento de desmonte das políticas dos direitos sociais direitos humanos. Então acho que o serviço social tem um papel muito importante, já que ele tem o conhecimento do território a qual ele trabalha, então ele é um ponto de referência. [...]. (Camilla, coordenadora)

Dando continuação ao depoimento da Camilla, foi perguntado sobre o seu olhar de cientista social em relação a esta temática, ela destaca:

- Alguns dos problemas que os familiares de pessoas em situação de liberdade enfrentam, são derivados de uma estrutura social, de algo que estrutura a nossa sociedade. Primeiro a questão de classe, porque as pessoas que estão privadas de liberdade são majoritariamente pessoas das classes pobres, da classe trabalhadora, são majoritariamente negras, são majoritariamente desprovidas da escolaridade completa[...] isso significa que a gente tem na sociedade o que a gente chama de filtro de seletividade penal , ou seja que apesar de todo mundo cometer crime é só um grupo de pessoas[...] que passam por este filtro, são as que vão ser consideradas suspeita pela a polícia, que vão ter um controle, uma vigilância maior dos organizadores de repressão, as que vão ter penas maiores, são as que não vão ganhar uma possibilidade de um pena alternativa ou de pagamento de fiança, pagamento de multa e que vão acabar sendo presas. então isso também se relaciona com a ideia do desmonte dos direitos, a gente tem uma visão por parte das pessoas que governa o país, que este grupo da sociedade têm menos direitos ou que ele não merecem ter acesso aos direitos ,então quando a gente pensa nesta situação, deparamos com a necessidade ainda maior de um compromisso ético, compromisso de responsabilidade destes trabalhadores que atuam na ponta agindo com as comunidade de lutar cotidianamente para que estas políticas não sejam desmontadas. A gente tem que pensar a situação das pessoas privadas de liberdade dentro do contexto da sociedade que a gente vive, infelizmente não é um contexto favorável. (Camilla, coordenadora)

Como a violação dos direitos é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos familiares e que deve ser, junto ao serviço social, superada. Por outro lado, também há o trabalho de reflexão e conscientização através do diálogo para que as famílias não se sintam culpadas por estarem nesta situação, mencionado por Karina.

Nos relatos de Eliane e Karina vemos como o preconceito é a primeira barreira encontrada pela assistência e como o desmonte desse preconceito é essencial para conseguir ajudar os familiares, logo em seguida, ambas falam sobre as dificuldades do encontro, da convivência entre as famílias e a pessoa reclusa e como esse afastamento dificulta ainda mais o processo de sobrevivência da pessoa privada de liberdade.

Vale ressaltar, como é apontado por Eliane, que as questões financeiras, os recursos, são grandes influenciadores no que diz respeito ao afastamento dos familiares, não há políticas públicas que visam subsidiar visitas nas penitenciárias mesmo que seja por outros motivos ou apenas com intuito de manutenção de vínculos familiares, o que favorece a reincidência no

sistema prisional, segundo JORGE, 2011, está precarização das condições de trabalho associadas aos recursos potencializa a progressiva perda de direitos aos usuários.

Diante da questão da reinserção no sistema prisional o Serviço Social precisa agir na contradição da sociedade que rotula a pessoa reclusa como delinquente pelo resto da vida, segundo Torres 2003, p.81 ter passado pelo cárcere representa um estigma para o apenado, e isto gera a impossibilidade concreta para reinserção na vida social em liberdade.

Camilla aponta sobre o contexto social de desmonte de políticas públicas, devido a lógica neoliberal que prioriza outras questões e fragmenta a atenção dada ao ‘aprimoramento’ das políticas sociais, ademais cita sobre a seletividade penal que tem contribuindo para o encarceramento em massa da população negra no Brasil, compreende assim os desafios como a problematização da lógica da judicialização das expressões da questão social e da criminalização da pobreza CFESS, 2014.

Entretanto embora existam muitos desafios que englobam as questões do cárcere e as diversas condições vulneráveis que se encontram os familiares de pessoas privadas de liberdade, como no enfrentamento da violação dos direitos humanos, o serviço social se coloca pautado no projeto ético político, com valores democráticos para garantir práticas que não despreze aos direitos humanos.

Com isso podemos analisar na próxima categoria alguns resultados alcançados pelo Serviço Social.

- **Resultados alcançados pelo Serviço Social**

Esta categoria apresenta alguns resultados que foram possíveis devido a contribuição do Serviço Social no projeto de extensão.

- O resultado junto às famílias é ao longo prazo, mas eu vejo que já houve uma reflexão diferenciada a este respeito, elas já compreendem não precisam se esconder devido estar vivenciado este tipo de situação[...] nós tivemos este ano a nossa conferência municipal e enquanto secretária de assistência é importante dizer que uma das decisões da conferência foi a implantação de um projeto a nível municipal que trabalhe com famílias de pessoas reclusas. [...]Então vejo que estamos caminhando, estamos plantando sementes, se já na conferência conseguimos isso, eu fiquei muito contente. [...]. Outro exemplo de resultado, é poder dialogar com as famílias e refletir sobre várias situações, no caso de uma mulher que está com o esposo

preso há cinco anos, pode ser que quando ele saia do presídio, eles não fiquem mais juntos, então pergunto para ela, com você vê isso? Naquele momento de conversa você proporciona para usuária toda liberdade, pois ela nunca tinha feito esta reflexão. [...] Então ela não terá esta cobrança como uma obrigação para com o seu esposo, e isto também fortalece ela enquanto mulher [...] contribui para o diálogo dos dois [...] ela pode chegar nele quando ele sair e falar olha você saiu, a gente vai se reorganizar só que não vamos ficar juntos ou até mesmo vamos ficar juntos. Parece que não, mas este vínculo foi fortalecido de uma maneira correta, porque ela vai saber se é só uma amizade, se ainda é uma família, e para ele vai poder conversar e saber qual apoio ele terá desta pessoa. As pessoas têm muita ilusão a respeito do fortalecimento de vínculos, acham que o fortalecimento de vínculos é a família Doriana, todo mundo de mão dada tomando café da manhã e não é. Fortalecer vínculos comunitários e vínculos sociais é a pessoa conseguir se identificar enquanto sujeito, é a pessoa entender o seu papel na sociedade; [...] outro resultado é que as mulheres conseguiram de uma certa forma, criar uma rede de apoio. No nosso grupo de whatsapp é bem silencioso, elas quase não falam, mas mandam muita mensagem pra mim e para a professora Camilla no privado. É uma característica de pessoas que têm muito traumas, que já sofrem muito, mas elas conseguiram entender que existe uma rede apoio para elas. Para nós isto já são vínculos comunitários que estão sendo fortalecidos. [...] outro resultado, nós tivemos um caso de uma participante do grupo [...] ela chegou pra nós e disse: “eu tenho certeza de que já é para meu marido sair, aliás pelas minhas contas já era para ele ter saído” então as alunas do direito e a professora Camilla orientaram passo a passo e falaram sobre a defensoria pública [...] e ela conseguiu, o marido saiu, realmente ela estava certa[...] E isto foi muito bom, por que menos de 15 dias ele conseguiu ser inserido em um serviço de geração de renda, só que passaram se os dias eles não ficaram juntos, no entanto, não houve tanto conflito, ela já estava fortalecida e eles se separaram em uma situação mais organizada, ele continuou no programa, e ela está desenvolvendo a vida dela. [...] E é isso que a gente espera, o fortalecimento de vínculos não é o feliz para sempre da Disney, mas é que a pessoa se identifique enquanto cidadão enquanto sujeito de direito e que a pessoa consiga se desenvolver socialmente. (Eliane, assistente social)

- Quando a gente consegue trabalhar com a família para elas conseguirem sair da situação de risco ou se tiver com os vínculos fragilizados a gente consegue retomar isto. A gente evita inúmeras consequências, tanto de outros familiares incidirem em atos infracionais, de acolhimento institucional de crianças, de problemas psicológicos futuros, agressões, todas as

violações de direitos, se a gente conseguir trabalhar com a família acho que a gente evita que aconteça neste núcleo familiar. (Karina, assistente social)

- [...]a disponibilidade de produzir material que fosse útil, contemplando informações muitas vezes de direito também ou e acesso a serviços que estas mulheres pela sua condição de vulnerabilidade sozinhas não poderiam alcançar [...]acho que a gente conseguiu oferecer um projeto na área do serviço social um serviço de utilidade pública mesmo com orientações diretas, explícitas, feitas de maneiras didáticas para que fosse acessível para todas as pessoas, e pudessem contribuir de alguma forma para que estas mulheres ficassem mais fortalecidas se empoderando dos seu direitos, reconhecendo quais são os direitos e os trâmites que elas precisam recorrer para conseguirem aquilo que elas têm direitos ou precisam.[...]. (Camilla, coordenadora)

Nota-se nos relatos constantemente sobre o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários como um dos principais resultados obtidos através do projeto de extensão, Eliane explana sobre alguns atendimentos realizados, demonstrando que através do diálogo foi possível fortalecer as famílias como sujeitos de direitos, destaca-se a compreensão no entendimento que as famílias tiveram, sobre não precisar se esconder devido ter um familiar recluso, este fato é de suma importância pois tira a família invisibilidade que no mais elas se colocam, devido ao receio de pré julgamento pela sociedade. Em consonância também com o referencial teórico, contribuem no fortalecimento da sua identidade e o seu pertencimento ao território vivido, ou seja, afastando-se da exclusão social. O almejo pela ampliação dos direitos se faz presente na intervenção do serviço social, observa-se assim o depoimento da Karina, ao mencionar a situação do acolhimento institucional de uma criança que vive sobre violações de direito. Deste modo tal reflexão, tem a sua importância quando se trata da rede de proteção social, SPOSATI,2004 estabelece como o objetivo de proteção ao ciclo da vida, com dimensionamento de apoio as fragilidades derivadas do cotidiano como também as consequências dos eventos humanos que provocam rupturas e vulnerabilidades.

Outro fator importante foi a atenção do município através da conferência municipal de assistência social ao levarem em consideração uma pauta relevante para eventuais novas políticas públicas mediante a falta de recursos financeiros para viabilizar o direito a visita.

Enquanto a coordenadora do projeto, menciona a relevância da produção de material informativo onde os alunos dispuseram de informação básica sobre como acessar determinados benefícios/serviços, informações estas que não seriam possíveis de fácil acesso e compreensão

caso não houvesse o projeto de extensão, em vista que a linguagem intelectual e rebuscada nos processos sociojurídico distância no entendimento das famílias e réus. Borges 2019

- **Pandemia**

Considerando o contexto atual da pandemia e os impactos diretamente na vida de milhares de pessoas, podemos analisar nos depoimentos seguintes a percepção dos profissionais sobre o que possibilitou ou impactou de forma positiva e negativa no projeto de extensão.

- Como tivemos que fazer tudo virtualmente e aí é diferente do presencial, mas em outro sentido muitas pessoas até preferem não se expor no grupo se fossem de forma presencial. Estas orientações que foram feitas, talvez algumas famílias tenham aproveitado melhor. A gente percebeu que todos os tipos de violações cresceram na pandemia. Trazendo muitas consequências. Mas para o projeto eu vejo que deu certo. (Karina, assistente social)

- Na questão do projeto em si ajudou, porque o projeto inicial da professora Camilla não era trabalhar conosco, era trabalhar dentro do presídio. [...]O lado ruim é que não conseguimos fazer atividade presencial né, o contato humano seria muito importante, fazer uma roda de conversa, o presencial ele é melhor então isto impactou negativamente. Mas o que impactou de forma positiva, é que a gente conseguiu desenvolver muitos trabalhos com excelentes ótimas. E os vídeos eles não ficam restritos ao CRAS novo ângulo, elas passam para as amigas, então o alcance tem sido muito bom. [...] uma reflexão sobre a importância da vida e a questão digital também veio para alertar os governantes de como levar acesso da internet para pessoas mais vulneráveis, fazê-los refletirem e reverem esta questão e na área social como fazer que estas famílias acessem o direito a visita? Se a visita é virtual, como as famílias vão acessar? Então a pandemia nos trouxe muito dissabores, mas também serviu para nos tirar da zona de conforto. (Eliane, assistente social)

- Causou muitos impactos, o primeiro foi a gente ter que repensar o projeto todo, porque o projeto de extensão universitária ele se dá na vida cotidiana com a comunidade, no fortalecimento de vínculos da universidade com a comunidade, a nossa disponibilidade de aprender com comunidade e isto a pandemia nos tirou. Ela impossibilitou de fazermos em formato presencial e também impossibilitou que a gente fizemos encontros pelas plataformas virtuais pela condição de material destas mulheres, em relação do acesso às plataformas,

acesso à internet, de modo que a gente teve que optar por um tipo de extensão que tenha uma relação um pouco mais distante da vida da comunidade, então acho foi o maior impacto. Por um lado, tivemos que usar bastante a criatividade com um resultado qualitativo que pudesse contribuir de algum modo com os nossos objetivos, mas por outro lado ela dificultou bastante o nosso trabalho porque a extensão precisa de pessoas, precisa de olho no olho, precisa de contato. e isso não aconteceu ainda infelizmente. (Camilla, coordenadora)

O projeto de extensão em parceria com o CRAS Jardim Novo Ângulo, só pôde ser desenvolvido devido ao surgimento da pandemia do COVID-19 essa, que teve seu caráter pandêmico determinado em 11 de março de 2020, uma vez que tratava-se de uma doença de grande risco e de fácil disseminação a partir do contato entre as pessoas. Este quadro, que poderia, então, à primeira vista, parecer apenas limitante ao se considerar a necessidade do isolamento social, e, com ele, o fechamento das unidades de assistência social e das universidades, passa a ser uma possibilidade para novos olhares, caminhos e demandas, impactando diretamente, é claro, o plano de trabalho inicial. A esse respeito Camilla aponta a necessidade de ter repensado o projeto como um todo, ressaltando a preocupação de que ainda se pudesse atingir os objetivos da extensão universitária em proceder com os vínculos da universidade com a comunidade “à interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos” (BRASIL, 2018)

Karina, por sua vez reconhece que a pandemia tornou-se um agravante do quadro geral de todos os tipos de violações de direitos, sendo este um aspecto similar àquele retratado por LAGO, 2020, ao apontar que a pandemia agrava vulnerabilidades e violações não só da dignidade dos indivíduos reclusos, como também de seus familiares. Assim, o depoimento de Eliane faz coro às denúncias desse cenário ao retratar a violação do direito à visita, que deve ser garantido ao recluso, mas que esteve suspenso em todas as unidades prisionais sem qualquer apoio ou alternativa para aqueles que esperariam dentro e fora dos muros, adaptações lentas e pouco efetivas, isto é, as visitas passaram a ser feitas de forma remota. A partir disso é que o abismo social que separa essa população das condições adequadas de acesso a serviços essenciais torna-se ainda mais evidente. Dito de outro modo, não estão postas as condições materiais, como o acesso à internet e aparelhos digitais adequados para fazer chamadas de vídeo e ligações das famílias com pessoas privadas de liberdade, impossibilitando assim a manutenção dos vínculos familiares com os reclusos neste tempo de pandemia. Por outro lado, alguns pontos positivos foram destacados nos três depoimentos: Eliane menciona que os materiais digitais produzidos pelo projeto podem ser compartilhados para outras pessoas além daquelas participantes do projeto com maior facilidade, com isso reitera que, desse modo, as

informações e orientações disseminadas pelos vídeos podem contribuir para os processos de empatia da comunidade para com estas famílias. Karina partilha da percepção positiva sobre as contribuições do meio virtual no que diz respeito a um maior “conforto” possibilitado pela distância da tela ao tratarem de assuntos sensíveis. Para Camilla, os meios sociais contribuíram para o processo de criatividade dos participantes do projeto de extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este trabalho de conclusão de curso, buscou enfatizar as ações no âmbito da multidisciplinaridade desenvolvida no projeto de extensão universitária, visto que a extensão universitária possibilita a correlação da fundamentação teórica da academia com a prática vivenciada na comunidade, entrelaçando saberes e demandas, enriquecendo ambas as partes. A partir da reflexão sobre a percepção das condições vulneráveis que vivenciam as famílias de pessoas em privação de liberdade, envoltas de preconceito e estigmas sociais provindas da sociedade, tornam-se extremamente importantes ações que contribuem para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários fazendo, assim, com que estas famílias possam se sentir pertencentes a um território e que são detentores de direitos sociais.

Identificamos, ao dissertar, o quanto os familiares sofrem com a falta de informação sobre seu familiar recluso, suas condições de sobrevivência dentro do sistema prisional, e as dificuldades encontradas no que se refere à manutenção dos vínculos familiares, vivenciando, desse modo, diversas formas seus direitos violados.

No estudo buscamos abordar por diferentes perspectivas, as condições precárias do sistema prisional e como ele foi criado em torno do objetivo de penalizar o indivíduo a partir de processos desumanos e, sobretudo, na seletividade penal, que resulta no encarceramento em massa da juventude pobre e negra em virtude do racismo estrutural, isto é, os meios pelos quais se busca legitimar que estes corpos sejam condenados e punidos na mais perversa forma. Esta é a condição aqui debatida em suas contradições: mesmo diante de leis que garantam a manutenção da dignidade e direitos humanos para todos os indivíduos - condição tal a qual não deve estar excluído aquele que é recluso - a realidade se faz distante, com indicadores cada vez mais alarmantes de superlotação carcerária, insalubridade, falta de assistência médica, entre outros.

Desse modo, o serviço social se faz presente para garantir que os direitos previstos em lei sejam garantidos, assim como fomentar políticas públicas que viabilizem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das famílias que vivem nestas condições, assim como

trabalho em rede intersetorial para que o atendimento seja feito visando a subjetividade e considerando a totalidade de cada família.

Os resultados da pesquisa reafirmam a importância da multidisciplinaridade para trabalhar um tema complexo que muito pouco é falado;

Portanto, por meio dessa pesquisa, compreendemos que todo o conhecimento subsidiado pelos diversos cursos, proporcionou a fluidez do diálogo entre os alunos e troca de saberes, principalmente no que diz respeito à disseminação de informações produzidas de forma específica, direcionada e inteligíveis ao público-alvo.

No decorrer da pesquisa nota-se também que a maioria dos entrevistados não tinham proximidade com o tema do sistema prisional e muito menos conhecimento das situações que vivem as famílias de um ente recluso. Todo o conhecimento sobre esta temática a qual proporcionou uma vasta experiência aos envolvidos no projeto de extensão vínculos, tem como protagonistas a Extensão Universitária que entre muitos objetivos, estabelecer uma comunicação com a comunidade é essencial para que um projeto seja eficiente e eficaz, com caráter político e social. Tal aspecto de movimento com o protagonismo da comunidade, foi limitante para o desenvolvimento das atividades do projeto vínculos, visto que as atividades presenciais foram impedidas e substituídas pelo modo remoto, distanciando uma comunicação, devido a situação da pandemia COVID-19.

A partir desse entendimento sobre a pandemia e os desafios que acarretam, se viu a importância do Serviço Social em atuar com o público-alvo do projeto de extensão principalmente no que se refere ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, evidenciado na categoria de análise: Desafios do Serviço Social, pois como já vimos as famílias que tem um ente recluso encontram dificuldades na manutenção dos vínculos familiares o que pode ocasionar muitas vezes a reinserção do apenado no sistema prisional. Destarte, não há políticas públicas que visam assistir este público, dessa forma, os assistentes sociais, como executores destas políticas não conseguem de fato atender integralmente as demandas destes familiares entre elas, possibilitar o direito a visita nas unidades prisionais ofertando condições financeiras de deslocamento.

Contudo, para que os familiares de pessoas reclusas e os reclusos sejam vistos como sujeitos de direito é necessário que além de haver responsabilização do Estado por estas famílias garantindo os seus direitos sociais, é necessário que hajam também caminhos de desmistificação de estigma social criado e nutrido continuamente pela sociedade, para que assim, o corpo social extra-muros esteja, ele sim, pronto a reconhecer, com equidade, a participação de todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social E Organização Da Cultura: Perfis Pedagógicos Da Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Mobilização social e práticas educativas**

ADMIN. **CRAS em Hortolândia-SP: Novo Ângulo - [Endereço e Telefone]**. CRAS. 22 mar. 2019. Disponível em: <https://cras.site/cras-em-hortolandia-sp-novo-angulo/>. Acesso em: 26 set. 2021

ARAÚJO, Marina Miyazaki. **Pai Francisco**. Ilustração Marcus Vinicius Vasconcellos. 1ª ed. São Paulo: Polén/Jandaíra, 2015.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, ed. 32, p. 1-26, 2011. DOI 10.5007/1518-2924.2011v16n32p1. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n32p1>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Lei 12.435, de 06 de Julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 de Julho de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. 22 jun. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BORGES, J. Brasil: Ideologia Racista e Sistema de Justiça Criminal. In: CARNEIRO, S. Coleção Feminismos Plurais. **Encarceramento em Massa no Brasil**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRANCO, Cíntia Lopes; QUEIROZ, Imar Domingos. “Vida nua” e estado de exceção: as penitenciárias de Mato Grosso. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, p. 383-410, jul./dez. 2017.

BRASIL. Constituição Federal (1988).

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei 7210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRECKENFELD, Maria Araci Martins. **Efeitos intergeracionais da sanção penal na**

família.2010. 44f. Monografia. Curso de Psicologia, Universidade de Fortaleza, 2010.
CABRAL, Y. T.; MEDEIROS, B. A. A FAMÍLIA DO PRESO: EFEITOS DA PUNIÇÃO SOBRE A UNIDADE FAMILIAR. **Revista Transgressões**, v. 2, n. 1, p. 50-71, 9 fev. 2015

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M; **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Nota Técnica “Abolicionismo Penal” e possibilidade de uma sociedade sem prisões. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NotaTecnicaFabioSimasJeffersonLeeAbolicionismoPenal.pdf> . Acesso em: 29 ago. 2021.

CEFSS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Série Assistente Social No Combate ao Preconceito, caderno 1**. Brasília, 2016.

CEFSS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Série 4 Atuação de Assistentes Sociais No Sociojurídico, subsídios para reflexão**. Brasília, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001

_____. Marilena Chauí e a reflexão sobre a universidade, cadernos Espinosanos, São Paulo Nº 37 P. 147-170 jul./dez, 2017 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epinosanos/article/view/137715/137286>.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Brasília, 1993.

COUTINHO, W. M.; SILVA, A. L. A. O Serviço Social dentro da Prisão. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

COSTA, A.; Silva, P. B. **Extensão Universitária Brasileira: Possibilidades, Limitações E Desafios**. São Paulo: Nelpa, 2011.

DAMÁZIO, Daiane da Silva. **O Sistema Prisional no Brasil: problemas e desafios para o Serviço Social**. 2010. 91 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120663>. Acesso em: 8 dez. 2021.

DEPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, julho a dezembro de 2020. Painel informativo Dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>. Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, dezembro de 2019. Painel informativo dezembro/2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DOCUMENTÁRIO: **13º Emenda**. Disponível: Netflix, ano 20.

FALEIROS, Vicente de P. O serviço social no mundo contemporâneo. 2001. In FREIRE, Lucia M. B.; FREIRE, Silene de M.; CASTRO, Alba T. B. (orgs) **Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O serviço Social no cotidiano: fios e desafios** Serv. Soc, São Paulo, N. 120 P. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XrdJnS7BXrFDxY4V3mG6yqj/?lang=pt&format=pdf> .
 Acesso em: 30 nov. 2021.

FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?**. [S. l.]: Cortez, 2008. 185 p.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social E Extensão Universitária: Reflexões Sobre Formação Profissional**. Disponível m: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22784>.
 Acesso em: 08 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhte**. 41. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FORPROEX – **Fórum Dos Pró-Reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras**. 1987. Disponível Em: Acesso em 10 dez. 2021.

FONSECA, Kely Hapuque. O Trabalho de assistentes sociais no sistema penitenciário paulista. 2019. 328 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22789>. Acesso em: 25 nov. 2021.

FREDERICO, O. A. Ouve-se e escreve-se histórias: O lugar e o contexto dos errantes do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia/ SP. Dissertação de Mestrado . Centro de Ciências Exatas , ambientais e de tecnologia. Pontifícia Universidade Católica - PUC/Campinas. Campinas, 2021. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1507/2/Ot%c3%a1vio%20Augusto%20Frederico.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

FREIRE, Paulo **Comunicação ou extensão** Paz e Terra, 1983. 93p.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais Da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. In: Machado, Aline Maria Batista. Serviço Social E Educação Popular: Diálogos Possíveis A Partir De Uma Perspectiva Crítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 151-178, Jan./Mar. 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. São Paulo: LTC, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Administração Penitenciária. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2021.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 06º ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JORGE, E. M; PONTES, R. N. A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões. In: **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 175-187, 2017.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/26444/15750>. Acesso em: 29 ago. 2021.

JORGE, Carlos Manuel. **Prisionização Secundaria: a outra face da prisão**. 2011 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia: Exclusão e Políticas Sociais) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões **Textos & Contextos** (Porto Alegre), vol. 16, núm. 1, enero-julio, 2017, p. 175-187. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

KARAM, Maria Lúcia. **Sem o Fim da Guerras às Drogas Não Haverá Desmilitarização S/D** (13º Emenda). Disponível em: <https://desmilitarizar.files.wordpress.com/2015/02/maria-lucia-karam-sem-o-fim-da-e2809cguerra-c3a0s-drogase2809d-nc3a3o-haverc3a1-desmilitarizac3a7c3a3o.pdf>. Acessado em 20 jun. 2021.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serv. Soc. Rev, Londrina**, v.16, n.1, p30-42, jul./dez. 2013. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17972/14622> acessado em 26 nov.2021

LAGO, N. Na linha de frente: atuação política e solidariedade de “familiares de presos” em meio à COVID-19. In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-80>. Acesso em 21 mai. 2021.

MARQUES, S. F. **O desacreditado e o desacreditável: Considerações sobre o fazer técnico do Assistente Social no Sistema Prisional**. Disponível em:

http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1326743484_Artigo.%20Simone%20vers%C3%A3o%20final.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

MASSARO, C. M. **Estado penal, necropolítica, sistema prisional e direitos humanos: Considerações em tempos de pandemia**. In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-49>. Acesso em 21 mai. 2021.

MASSARO, C. M. et al. **Pessoas com familiares em presídios: Como posso ajudar?** 2020. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/Cartilha-pessoas-presas-atualizada-19_11.pdf. Acesso em 23 mai. 2021.

MASSARO, C. M. et al. Caderno de Atividades Pedagógicas sobre o livro Pai Francisco El. 2021. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Caderno de Atividades Pedagógicas). Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0028127051b9c31266551?page=1>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MASSARO, C. M. et al. Caderno de Atividades Pedagógicas sobre o livro Pai Francisco EF. 2021. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Caderno de Atividades Pedagógicas). Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/002812705750870afc8eb?page=1>. Acesso em 01 dez. 2021

MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2010, 14 p. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/trabalho-com-familia-e-servico-social.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

MIOTO, R. C. T. Família e Política Social. In: Boschetti, I; Behing, E. R.; Santos, S. M. M; Miotto, R. C. T. (Org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora, 2008, v. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021

MIRANDA, W, G. Falência das prisões: realidade ou ficção. In: Revista Jurídica Ministério Público do Estado do Tocantins Ano XI Nº16 2018 p. 172-208 Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/biblioservicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Juridica-MPTO_n.16.pdf#page=174 . Acesso em: 16 ago. 2021.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NOGUEIRA, Maria Das Dores Pimentel. **Políticas Da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 2005.

PAULA, M. C.; et al. **A HISTÓRIA DO SISTEMA CARCERÁRIO E AS POSSÍVEIS CAUSAS DA CRISE ATUAL NO BRASIL**, Anais do 7º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/anais/sites/default/files/A%20HIST%C3%93RIA%20DO%20SISTEMA%20CARCER%C3%81RIO%20E%20AS%20POSS%C3%8DVEIS%20CAUSAS%20DA%20CRISE%20ATUAL%20NO%20BRASIL> . Acesso em: 10 jun. 2021.

PAULA, João Antônio De. **A Extensão Universitária: História, Conceito E Propostas**. P. 5-22. Disponível em: <<Http://Www.Dche.Ufscar.Br/Extensao/Aextensouniversitriahistriaconceitoepropostas1.Pdf>> Acesso em: 15 dez. 2021

PEDROSO, R.C. Utopias penitenciárias, projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. In: Revista de História n.136, p.121-137, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18816/20879>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREZ, F. Da euforia ao silêncio: familiares se chocam em reencontro com presos. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/da-euforia-ao-silencio-familiares-se-chocam-em-reencontro-com-presos-10082021>. Acesso em: 01 set. 2021.

PLACIDO, V. L. S. Memorial Cartográfico- lugares enunciados: percepção e potencialidades CRAS Novo Ângulo- Hortolândia/SP. PROEXT: PUC- Campinas, 2021.

REENTRADAS e Reiteraões Infracionais, um olhar sobre os sintomas socioeducativo e prisional brasileiros BRASILEIROS, 2019 <https://www.conjur.com.br/dl/panorama-reentradas-sistema.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021

SAPORI, L. F.; et al. **Fatores Sociais determinantes da reincidência social da reincidência criminal no Brasil**, Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 32 N° 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hsHmd9MqqNkWDscr3ps7bFy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SÁ, Jeanete (Org.). Serviço Social e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVESTRE, Giane. Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6728> . Acesso em: 28 nov. 2021.

SPOSATI, Aldaíza, **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social** Serv. Soc. Soc., São Paulo, N. 116, P. 652-674, Out./Dez. 2013 Disponível Em:<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>

STOCHERO, T. Defensoria denuncia governo de SP a órgão internacional por superlotação e racionamento de água em presídios na pandemia. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/28/defensoria-denuncia-governo-de-sp-a-orgao-internacional-por-superlotacao-e-acionamento-de-agua-em-presidios-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TORRES, Andréa A. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do serviço social. **Serviço Social & Sociedade**. N. 67, ano XXII –Especial. São Paulo: Cortez, 2001.

TORRES, Abigail. **Reconhecimento dos profissionais do SUAS: (re) significado para o trabalho social no SUAS**. In: Crus, José. (org.). Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. MDS. 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.

_____. **Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17662> acesso em: 10 dez. 2021.

TRINDADE, M.C **O nascimento de uma penitenciária: os primeiros presos da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1860-1865)**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/VjMbJXDFZbVcWHMGVrQB9TF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VALOIS, Luís Carlos **O direito penal da guerra às drogas** -- 3. ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Loic Wacquant; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, R.G: _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada na pesquisa de campo referente ao projeto de trabalho de conclusão de curso intitulado: Familiares de pessoas privadas de liberdade: ações extensionistas multidisciplinares e a contribuição do Serviço Social, sob a responsabilidade da aluna: Fabiana Cristina Zacarias Gomes Leopoldino e orientado pela Profa. Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá, desenvolvida através da Faculdade de Serviço Social – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Fui informada, ainda, de que poderei contatar/ consultar a orientadora, a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone nº (19) 3343-7019 ou e-mail: jmartinsdesa@puc-campinas.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é uma análise sobre as ações multidisciplinares desenvolvidas no projeto de extensão: Sistema Prisional, famílias e vínculos comunitários: buscando caminhos de acolhimento e respeito em 2021.

Fui também esclarecida que o uso das informações por mim oferecidas, são submetidas às normas éticas destinadas a pesquisas envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Minha colaboração se fará de forma autônoma, por meio de pesquisa qualitativa a ser gravada/ acessada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e ou sua orientadora. A aluna responsável pela pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Campinas, _____ de _____ de 2021.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da aluna: _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS ALUNOS

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Curso:
- 4) Semestre:
- 5) Qual foi a sua motivação para participar deste projeto de extensão?
- 6) Como você vê a situação das famílias que tem um familiar em privação de liberdade?
- 7) Qual a sua percepção sobre a sociedade em relação a essas famílias?
- 8) Qual a importância deste projeto de extensão universitária? Para as famílias de pessoas privadas de liberdade? Para você, enquanto aluno? Para a comunidade?
- 9) Em que aspecto a ação multidisciplinar contribui para a consecução dos objetivos do projeto?
- 10) Você enfrentou alguma dificuldade em trabalhar com este tema durante o período do desenvolvimento do projeto de extensão? Se sim, quais foram?
- 11) No seu ponto de vista no que o seu curso contribuiu para o Projeto de extensão?

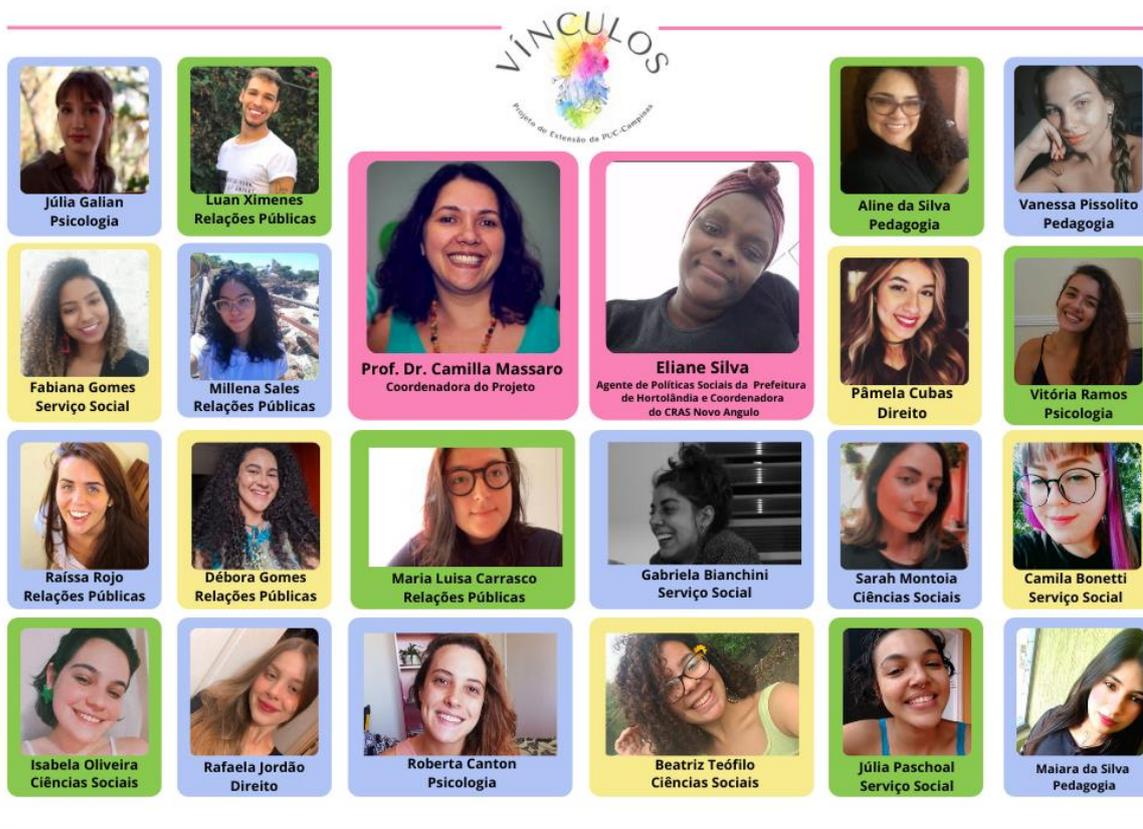
APÊNDICE C - PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA ALUNOS DO SERVIÇO SOCIAL

- 1) No seu entender, o Serviço Social possibilitou acesso aos direitos sociais das famílias atendidas?
- 2) O Serviço Social contribuiu para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dessas famílias?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS ALUNOS AOS
PROFISSIONAIS E COORDENADORA DO PROJETO**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Profissão
- 4) Como você vê a situação das famílias de pessoas em situação de privação de liberdade?
- 5) Qual a sua percepção sobre a sociedade em relação a essas famílias?
- 6) Qual a importância deste projeto de extensão universitária? Para as famílias de pessoas privadas de liberdade? Para você, enquanto profissional? Para a comunidade?
- 7) Em que aspecto a ação multidisciplinar contribui para a consecução dos objetivos do projeto?
- 8) Qual a importância da ação profissional do assistente social com os familiares de pessoas privadas de liberdade?
- 9) No seu ponto de vista, quais são os desafios do Serviço Social em viabilizar os direitos sociais aos familiares das pessoas privadas de liberdade?
- 10) Que resultados têm sido alcançados pelo Serviço Social no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na perspectiva dos direitos? Que outros resultados podem ser apontados?

APÊNDICE E – MOSAICO DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO



APÊNDICE F – LOGOTIPO DO PROJETO DE EXTENSÃO VÍNCULOS